

VINICIUS DE SIQUEIRA

**POLÍTICA, CULTURA E DESENVOLVIMENTO POLÍTICO**

*A Desideologização das Democracias no Século XXI*

UFMG - Belo Horizonte

VINICIUS DE SIQUEIRA

## **POLÍTICA, CULTURA E DESENVOLVIMENTO POLÍTICO**

### **A Desideologização das Democracias no Século XXI**

Dissertação de Mestrado apresentada, no âmbito do Projeto de pesquisa Macrofilosofia, Direito e Estado, Área de Estudos Estratégicos e da Linha de pesquisa Estado, Razão e História, junto ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre, sob a orientação do Prof. Dr. JOSÉ LUIZ BORGES HORTA.

[Fonte financiadora: Fundação CAPES].

---

S618p Siqueira, Vinicius de, 1992-  
Política, cultura e desenvolvimento político: a desideologização das democracias no século XXI / Vinicius de Siqueira. – 2020.

Orientador: José Luiz Borges Horta.  
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais,  
Faculdade de Direito.

1. Direito – Teses 2. Política e governo – Teses 3. Democracia – Teses  
4. Desenvolvimento político – Teses 5. Cultura política – Teses I. Título

CDU 32

---

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Meire Luciane Lorena Queiroz CRB 6/2233.



DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: DIREITO E JUSTIÇA  
BEL. VINICIUS DE SIQUEIRA

Aos dois dias do mês de março de 2020, às 14 horas, na Sala da Congregação da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, reuniu-se, em sessão pública, a Banca Examinadora constituída de acordo com o art. 73 do Regulamento do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, e das Normas Gerais de Pós-Graduação da Universidade Federal de Minas Gerais, integrada pelos seguintes professores: Professor Doutor José Luiz Borges Horta (orientador do candidato/UFMG); Professora Doutora Karine Salgado (UFMG) e Professora Doutora Patrícia Nasser de Carvalho (UFMG), designados pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, para a defesa de Dissertação de Mestrado do **Bel. VINICIUS DE SIQUEIRA**, matrícula nº **2018698251**, intitulada: **"POLÍTICA, CULTURA E DESENVOLVIMENTO POLÍTICO: A DESIDEOLOGIZAÇÃO DAS DEMOCRACIAS NO SÉCULO XXI"**. Os trabalhos foram iniciados pelo Presidente da mesa e orientador do candidato, Prof. Dr. José Luiz Borges Horta, que, após breve saudação, concedeu ao candidato o prazo máximo de 30 (trinta) minutos para fins de exposição sobre o trabalho apresentado. Em seguida, passou a palavra para a Profa. Dra. Karine Salgado, para o início da arguição, nos termos do Regulamento. A arguição foi iniciada, desta forma, pela Profa. Dra. Karine Salgado, seguindo-se-lhe, pela ordem, os Professores Doutores: Patrícia Nasser de Carvalho e José Luiz Borges Horta. Cada examinador arguiu o candidato pelo prazo máximo de 30 (trinta) minutos, assegurando ao mesmo, igual prazo para responder às objeções cabíveis. Cada examinador atribuiu conceito ao candidato, em cartão individual, depositando-o em envelope próprio. Recolhidos os envelopes, procedeu-se a apuração, tendo se verificado o seguinte resultado:

**Professor Dr. José Luiz Borges Horta (orientador do candidato/UFMG)**

Conceito: *aprovado com nota 100 (cem)* .....

**Professora Dra. Karine Salgado (Doutora/UFMG)**

Conceito: *aprovado com nota 100 (cem)* .....

**Professora Dra. Patrícia Nasser de Carvalho (Doutora/UFMG)**

Conceito: *aprovado 95,0 (noventa e cinco)* .....



A Banca Examinadora considerou o candidato.....*amorado*..... com a nota *9,8 (noventa e oito)*.... Nada mais havendo a tratar, o Professor Doutor José Luiz Borges Horta, Presidente da Mesa e Orientador do candidato, agradecendo a presença de todos, declarou encerrada a sessão. De tudo, para constar, eu, Priscila Campos Silva, Servidora Pública Federal lotada na Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFMG, mandei lavrar a presente Ata, que vai assinada pela Banca Examinadora e com o visto do candidato.

**BANCA EXAMINADORA:**

**Professor Dr. José Luiz Borges Horta (orientador do candidato/UFMG)**

**Professora Dra. Karine Salgado (UFMG)**

**Professora Dra. Patrícia Nasser de Carvalho (UFMG)**

**- CIENTE: Vinicius de Siqueira (Mestrando)**

## **Agradecimentos**

Muitas vezes, jovens demais, somos chamados a tomar decisões definidoras sobre nossos destinos. Nos demandam, nestes momentos, uma coragem e confiança em nós mesmos que verdadeiramente não possuímos. Entretanto, ansiosos, em uma ambição inexplicável, nos movemos rumo ao inexplorado. Nesses pontos onde a vida faz uma inflexão, é importante que acreditem em nós, em nosso potencial e nossa capacidade de lutar. Essa é minha história de gratidão.

Gostaria de agradecer primeiramente a nosso guia, nosso orientador, Prof. Dr. José Luiz Borges Horta, que em nenhum momento deixou de acreditar em seus jovens alunos, me incluindo entre estes. É essa capacidade, de enxergar em nós mesmos o que não conseguimos ver, que moveu alguns dos jovens mais brilhantes que conheço a se tornarem verdadeiras fontes de conhecimento e saber. Como orientador, uma fonte de inspiração inesgotável, como amigo, uma fonte de apoio e cuidado incondicional com todos nós.

Agradeço com especial carinho ao meu amado pai, há três anos desencarnado, que segue me guiando e projetando sua luz nesse plano. Seu olhar severo sempre disfarçava um amor incondicional e permanente por todos seus filhos. Em especial agradeço à minha mãe, que com seu jeito próprio, me apoiou intimamente nos últimos anos, não apenas ao longo do mestrado, mas no decorrer de toda a vida acadêmica desenvolvida nas carteiras da Universidade Federal de Minas Gerais.

Como grupo de pesquisa fui mais feliz, ao encontrar um ambiente, dentro do gabinete 1305, com algumas dos pensadores mais inteligentes que conheci na Faculdade de Direito da UFMG. Grato pelas conversas, diálogos e debates, crescemos juntos por estarmos juntos, e sigo confiante da certeza de que os laços ali criados seguirão para a vida toda.

Agradeço à Universidade Federal de Minas Gerais, que acredito pessoalmente ser a melhor universidade pública desse país, pelos anos de investimento, em infraestrutura e conhecimento, por abrir as portas e ampliar meu mundo em conhecimentos e oportunidades. Agradeço à CAPES (e às demais agências de fomento do ensino público federal em âmbito nacional e mineiro) pela bolsa de permanência, sem a qual muito provavelmente (não somente eu mas muitos dos colegas da Casa) não reuniriam condições financeiras para finalizar seus estudos.

Grato pelo resultado, mas certamente mais grato pelo percurso;  
Obrigado.

Para meu pai, que do outro plano assiste a tudo isto.

## Sumário

<b>1. Introdução</b>	p. 08
<b>2. Estado, Política e Cultura</b>	p. 25
2.1. Uma análise histórica da politização das sociedades	p. 33
2.2. De Weimar à Constituição de 1988	p. 44
2.3. A política e a falácia da desideologização	p. 57
<b>3. A subversão econômica do Estado</b>	p. 69
3.1. A distopia do Estado político pela economia	p. 70
3.2. Efeitos do globalismo antinacional e cosmopolitismo econômico	p. 80
3.3. O fim do Estado político?	p. 94
<b>4. Desenvolvimento Político: do direito à realidade</b>	p. 98
4.1. Indicadores de desenvolvimento político	p. 100
4.2. Critérios para o índice de desenvolvimento político	p. 107
4.3. O índice de desenvolvimento político	p. 123
4.4. Uma breve análise da aplicação do índice ao caso brasileiro	p. 131
<b>5. Manifesto pelo direito à política: por um retorno ao Estado político</b>	p. 135
<b>Referências Bibliográficas</b>	p. 143
<b>Resumo</b>	p. 153
<b>Abstract</b>	p. 154

“Cuando los ciudadanos dejan de prestar atención por la política llegan a las instituciones políticos que no prestan atención a los ciudadanos, y eso es muy malo para la democracia”.

ROSA DIÉZ

## 1. Introdução.

A terceira década do século XXI se aproxima rapidamente, como se o tempo insistisse em acelera-se, impetuoso, rumo ao futuro desconhecido que outrora se propusera glorioso, amplo de possibilidades e desenvolvimentos. É mais do que natural que nos empenhemos, neste momento de fechamento de um ciclo, numa análise minuciosa do que produzimos como sociedade ocidental, no decorrer dessa última década, não somente no que nos diz respeito como grupo civilizacional, mas além, como fruto do desenvolvimento político deste tempo, herdado e consolidado por nós.

A necessidade desse estudo – que se ancora certamente nas bases científicas que elevam as ciências **políticas** ao patamar de ciência, sem abandonar, no entanto, a ampla multidisciplinaridade e o engajamentos espirituais próprios da filosofia – jaz muito além da mera produção de um conhecimento superficial do estado político e social que se encontra, se propondo com um diagnóstico da situação própria (que não está clara e nem facilmente é compreensível) e, ambiciosa, busca propor movimentos de correção, realinhamento e superação do datado, do anacrônico, corajosos como sempre em desempenharmos nossos papéis dentro de uma sociedade que luta para reencontrar-se como expressão do seu ser, expressão do homem ocidental e de seus elementos fundantes, expressão verdadeira da essência de nossa civilização.

“O século XXI oferece um rico panorama de culturas em ebulição, muitas vezes pela via de conflitos civilizacionais. Samuel Huntington, pensador norte-americano, é o grande responsável pela proposição de um enfoque civilizacional para a compreensão da contemporaneidade.”<sup>1</sup>

O exercício de reflexão desse momento, desenvolvido e apresentado no corpo deste trabalho, surge, *inicialmente*, como um contraponto não somente aos horrores da década diretamente anterior, mas também se propõe como um

---

<sup>1</sup> HORTA, José Luiz Borges; RAMOS, Marcelo Maciel. Entre as veredas da cultura e da civilização. *Revista Brasileira de Filosofia*, São Paulo, Instituto Brasileiro de Filosofia, A. 58, N. 233, jul.dez. 2009, p. 249.

contraponto direto ao corrompido século XX, tentando traçar as linhas imaginárias que nos permitem construir paralelos, inferências e movimentos de inflexão, que nos ajudam a explicar o momento político e social vivenciado na atualizado, e *para além desta*, propõe uma busca de autoconhecimento, para com nossas raízes como civilização, como construção social histórica, uma vez claro que o entendimento não pode ser construído com pílulas homeopáticas, descolado do *todo* da construção historicamente falando.

O ambicioso *momentum* desse trabalho, uma construção do conhecimento da história da politização da sociedade ocidental, se faz essencial para o entendimento do próprio movimento experimentado na atualidade: a destruição do ‘*político*’ como elemento sagrado constituinte e indissociável da democracia e, por consequência, dos valores ocidentais estabelecidos desde os nossos ancestrais em solo grego.

Bobbio nos alerta, conforme trecho abaixo, que em Hegel podemos verificar que o Estado é uma construção que engloba a politicidade como construtor das relações sociais, entre elas a sociedade civil, ideia esta que ganharia força como resultado de uma sociedade menos politizada em contraponto ao próprio Estado:

“A interpretação da sociedade civil hegeliana como o lugar cujo anatomia deve ser buscada na economia política é parcial e, no que se refere à compreensão do genuíno pensamento de Hegel, acaba por levar a descaminhos. É controverso estabelecer qual foi o genuíno pensamento de Hegel na construção da seção dedicada à sociedade civil. Alguns estudiosos chegaram a considerar que ela foi concebida como uma espécie de categoria residual, na qual, após tentar durante cerca de vinte anos sistematizar a matéria tradicional da filosofia, Hegel terminou por recolher tudo aquilo que não podia ser incluído nos dois momentos bem delimitados e bem inseridos numa sistemática há séculos já consolidada: a família e o Estado.”<sup>2</sup>

Hegel, corroborando a colocação precisa de Bobbio, é um defensor da politicidade como instrumento das relações humanas, indispensáveis para a construção da de qualquer entendimento de mundo. Nesse sentido, a política, consolidada no próprio Estado, só pode ser entendida como uma esfera superior a própria família, logo, à própria sociedade civil e seus correlatos, como o indivíduo.

---

<sup>2</sup> BOBBIO, Norberto. *Estado, Governo e Sociedade*; Para uma teoria geral da política. Trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2007, p. 41.

O nosso recorte temporal buscará desconstruir a ideia de que o movimento de politização e despolitização, de amor e de aversão à figura política, de defesa e demolição do Estado como Estado de Direito, se encaixaria em um movimento único e puramente moderno, isto é, passageiro. Este é resultado direto de um processo *super informacional* capaz de mover grupos sociais inteiros através da desinformação. Buscamos também demonstrar tal movimento como uma experiência diretamente ligada ao modelo econômico e social vigente, que encontra nesse século elementos de amparo muito mais bem estabelecidos e consolidados, tecnológicos e econômicos, dotando-o com capacidade destrutiva atual nunca antes observada. O político como inimigo não pode ser considerado uma novidade, mas as ferramentas para disseminar tais ideias são na atualidade mais eficientes.

Corroborar nesse sentido a afirmação de Eduardo Magrani, em que adiciona que o influxo de informações desse século não nos converte necessariamente em uma sociedade mais pluralmente informada, tendendo, no entanto, para a situação contrária:

“A sobrecarga de informação, conhecida pela expressão em inglês ‘*information overload*’ (sobrecarga de informações) é um fenômeno que ocorre quando a quantidade de informação captada pelo indivíduo excede sua capacidade de processá-las, gerando dificuldades de várias ordens como, por exemplo, na filtragem das informações, bem como na compreensão e tomada de decisões.”<sup>3</sup>

É superficial, por consequente, afirmar que o ambiente político atual é mero fruto talvez somente da falta de brilho dos quadros políticos ou também da corrupção generalizada de um Estado que se vende por dentro, implementando uma agenda que se submete aos interesses daqueles que se tornaram verdadeiros senhores feudais do sistema econômico moderno. Nos ciclos de politização e despolitização observados na história, o atual é certamente aquele que mais propriamente se observa uma prevalência de ambos, alinhados e consonantes. Primeiro, uma opacidade política de tamanha ordem que nos permite a ironia de afirmar que não se fazem mais políticos como a coragem de antigamente, verdadeiros estadistas. Segundo, também é impossível desprezar o fator econômico, que arrogante e falsamente se propõe nos

---

<sup>3</sup> MAGRANI, Eduardo. *A Internet como Ferramenta de Engajamento Político Democrático*. Curitiba: Editora Juruá, 2014, p. 114.

dias de hoje maior, mais capaz, mais eficiente que o próprio Estado, além de dotado de capacidade de agir de maneira internacional, globalizado, sem fronteiras físicas, psicológicas, químicas e tecnológicas.

A desesperança, no entanto, tem papel fundamental, uma vez que se responsabiliza por promover a descrença generalizada, desincentivar o engajamento, promover a desinformação. O acesso que se busca universal à informação em nosso tempo também é responsável por uma subversão entre o relevante e o superficial; sabe-se um pouco de tudo e muito de nada, com jornais que não informam, livros que não ensinam, professores sem ideologias, escolas sem partidos.

Nesta linha de raciocínio podemos citar Yuval Noah Hariri, autor do livro “*Homo Sapiens - Uma breve história da humanidade*”<sup>4</sup>, onde o autor constata que a era da ignorância está instaurada, não pela nossa incapacidade de acessar informação mas pela nossa incapacidade em processá-la, aliada a um contexto político e econômico que cada vez menos se interessa por essa informação verdadeiramente desenvolvida e desenvolvendo-se.

Uma análise sociológica deste tempo, que de certa forma, todo trabalho do campo humanístico acaba por se arriscar a fazer, não precisa ir muito profundamente em qualquer sociedade para verificar uma população apática, individualista, consumidores em lugar de cidadãos, desinformada sobre seu tempo, sua história e seu projeto de futuro, desideologizada em sua essência, em seu projeto de nação, um instrumento certamente mais frágil no que tange ao desmonte ideológico, a substituição de um Estado de todos por um Estado de qualquer outra coisa.

Michelangelo Bovero adiciona que, na atualidade, as crises cada vez mais se confundem entre si, isto é, uma crise política é uma crise econômica e uma crise política é uma crise econômica, não por que se correlacionam intimamente, mas no sentido que se tornaram basicamente a mesma coisa:

“Na linguagem das ciências sociais, a noção de crise tem dois campos principais de aplicação: falamos normalmente de crises

---

<sup>4</sup> Sobre o tema, cf. HARIRI, Yuval Noah. *SAPIENS; A Brief History of Humankind*. Montreal: McClelland & Stewart, 2017.

econômicas e de crises políticas. Nos dois casos, o uso do termo oscila entre os extremos da acepção mais branda e genérica e da acepção mais forte e específica. No campo econômico, inúmeras análises tratam da ampla fenomenologia das crises conjunturais e/ou setoriais; mas é facilmente distinguível uma corrente de estudos dedicados à grande ou às ‘grandes’ crises, a de 1929 e, atualmente, a de 2007, frequentemente orientados à elaboração ou ao desenvolvimento de uma ‘teoria da crise’ como tal, com atenção primeira às chamadas ‘crises cíclicas’ do sistema capitalista. No campo político, os estudiosos costumam distinguir as crises de ‘funcionamento’, como, por exemplo, as crises de governo, das crises ‘estruturais’, que ameaçam a identidade ou a existência mesma dos sistemas e dos regimes políticos, nacionais, regionais ou internacionais.”<sup>5</sup>

Nesse sentido, demonstra que tal relação se constitui em um processo de desmonte duplo, que se embrenha em não mais golpear a política e a democracia por fora, mas toma-la pedaço a pedaço, destituindo-a de objetivo, de essência, de capacidade operacional, de humanidade, ao sequestrá-la. Resultado deste é que as pessoas em sua condição de membros daquela sociedade são destituídas de seus direitos, de sua finalidade e, posteriormente, podem ser descartada, sem utilidade a esse novo Estado que se apresenta. O Estado que se propõe como evolução do Estado de Direito não é social, mas é econômico, é um Estado máquina, um Estado sem direitos, da técnica e utilidade perecível das pessoas, onde não se aposentam mais os idosos e onde a educação como bem universal se torna supérfluo e questionável.

“Los expertos en economía han sido actores relevantes en la política al menos desde que la administración estatal y la comprensión sistemática del desarrollo económico han estado estrechamente vinculadas. (...) Sin embargo, en los últimos treinta años el papel de los economistas en las decisiones públicas se ha extendido radicalmente, constituyéndose en una de las profesiones más influyentes en la política actual.”<sup>6</sup>

José Ossandón, conforme trecho acima, destaca que uma das provas do ganho de relevância da esfera econômica é o próprio ganho de relevância do economista dentro das principais economias do globo, demonstrando que a técnica, e a capacidade de sua aplicação, deixam de ser elementos explicitamente relevantes para o mercado propriamente dito e começam a ser aplicados como medida de

<sup>5</sup> BOVERO, Michelangelo. Para uma Teoria Neobobbianna da Democracia. Trad. Marceloa de Azevedo Granato. São Paulo: FGV Direito SP, 2015, p. 15.

<sup>6</sup> OSSANDÓN, José. Economistas en la elite: entre tecnopolítica y tecnociencia. *In*: OIGNANT, Alfredo; GÜELL, Pedro (Orgs). *Notables, Tecnócratas y Mandarines*. Elementos de la sociología de las elites en Chile (1990-2010). Santiago: Ediciones UDP, 2011 p. 241.

qualidade dentro dos próprios governos, refletidos no próprio Estado e na construção deste.

Dentro desta mesma ótica, o político se converte em algo descartável nessa sociedade atual. Odiado, reprimido, questionável em sua necessidade e moral, fato este amplamente disseminado como senso-comum, encaminhado, redistribuído e compartilhado. Ideologias, de modo geral, são muito mal vistas no tempo presente, relativizadas a nível de doença mental que necessita auxílio médico, motivo de chacota, vergonhosa bandeira a ser escondida.

Mais claramente, ao definir o que seria uma ideologia, fica claro o por que de seu poder de gerar desconforto. Uma ideologia é, para além de uma possibilidade de visualizar a realidade, um anseio por alterá-la, constituindo-se uma ameaça como corte crítico da coisa posta, conforme define Macridis Roy:

“uma ideologia consiste de um conjunto de ideias e crenças através das quais percebemos o mundo exterior e ‘atuamos sobre nossa informação’. É um meio através do qual tentamos aprender e compreender o mundo. Finalmente, as ideologias são orientadas para a ação. Isto é, consistem de ideias compartilhadas por muitas pessoas que agem juntas ou são influenciadas a agir juntas de forma a alcançar fins postulados.”<sup>7</sup>

Destituídos de nossa politicidade, andamos pela cidade em nossos *smartphones*, antenados na próxima possibilidade de consumo, nos index econômicos e das bolsas de valores, nos conectamos à política somente quando a economia vai mal, por que esse é unicamente o tema que se centra a política nos dias de hoje. O máximo que nos arriscamos em política é gritar alguma palavra de ordem no carnaval contra o governo atual, e esquecer sobre isso logo em seguida e imediatamente. O engajamento político atual se reduz a palavras de ordem, decoradas e destituídas de qualquer estudo prévio de origem e consequências. **A política foi reduzida ao ódio.**

Na aldeia global, globalizada, dinâmica, instantânea, destituída de qualquer politicidade, a proposta das provedoras de internet em limitar a quantidade de dados da internet fixa de seus assinantes gera mais comoção e engajamento social (mas não político) que a venda do patrimônio nacional na calada da noite, em que

---

<sup>7</sup> MACRIDIS, Roy C. *Ideologias Políticas Contemporâneas*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982, p. 20.

preferimos não nos intrometer, uma vez que supomos basicamente nada disso pode ser mudado. Fica claro que se generaliza a perversão da apatia, da descrença e da desinformação.

O *identitarismo* surge como uma resposta natural da psique do homem ocidental, que se vê e se sente destituído de todo seu engajamento e capacidade política, sem entender que lhe falta o básico (por **que a política figura entre as necessidades básicas do cidadão no campo espiritual**). Optamos por nos dividir, separar, desmembrar, cada vez em grupos menores, intransponíveis em seus critérios *físicos* e barreiras ontológicas, materiais, pseudo históricas, revanchistas, que agem como instrumento de influxo de revolta, contra um sistema que não mais lhes atende, que é odiado e que despreza movimento de viés político, democraticamente estabelecido.

Helder Pereira vem em apoio no diagnóstico desta crise, tão marcante neste século, demonstrando um total descolamento para uma construção história de sociedade coletivizada, para uma quebra de indivíduos identitários diminutos:

“A chamada crise de identidade pode ser compreendida num processo mais amplo de deslocamento e mesmo de fragmentação do indivíduo moderno. Os quadros de referência que davam ao indivíduo uma certa sensação de pertinência em um universo centrado, de alguma forma, entram em crise, e passam a se constituir em algo descentrado e fragmentado. Característico do período do final do século XX (Hall, 2003, p.9), tal descentramento se opõe às culturas do passado que, a seu modo, forneciam aos indivíduos fortes localizações sociais. Estando em crise, a identidade se torna uma questão e, por isso, passa a ser tratada como algo passível de assimilação e compreensão pelo próprio indivíduo pós-moderno que quer ver, no seu descentramento, uma característica de sua própria localização social.”<sup>8</sup>

O significado dessa empreitada é que **cada vez mais nos consideramos ativamente sociais e cada vez menos politicamente atuantes**. Novamente as palavras de ordem se encavalam, buscam ressoar as demandas do grupo de que faço parte e a que somente os idênticos a mim podem ter acesso. Irônico em uma sociedade que evolui para se gabar em seu cosmopolitismo de sua aceitação

---

<sup>8</sup> PEREIRA, Helder Rodrigues. A crise da identidade na cultura pós-moderna. *Revista Mental*, Barbacena: v.2, n.2, jun. 2004. In: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-44272004000100007](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-44272004000100007). Consultado em Set. 2019.

e sua liberdade, experimentamos cada vez menos aceitação e liberdade. Não muito distante disso fica claro um crescente do conservadorismo, movimento anticíclico exatamente a essa proposta cosmopolita e globalizantes de “valores universais”, sociedades plurais e fronteiras inteiramente abertas, irrestritamente.

“Em paralelo ao abandono da politicidade, há uma deserção do Estado como meio de enfrentamento ao mercado e uma inconsequente mitificação da sociedade civil como espaço de luta, algo que não guarda nenhuma coerência e que, na virada do século XX para o século XXI, gera inocuidades como o festejado Fórum Social Mundial.”<sup>9</sup>

A sociedade civil subverte-se então, de um ambiente onde o debate deveria se converter em politização, para um completo monstro de ação descoordenada independente, onde os atos são realizadas localmente, sem nenhuma estruturação para dentro do sistema político, demonstrando mais uma vez o nível de despolitização que enfrentamos.

**O identitarismo pode ser considerado a *pseudopolítica* dessa década**, uma versão pasteurizada, menor, destoante do real política, ironicamente apolítico. É a política que não se atreve a se engajar no locus onde surte efeito, no âmbito das casas de decisão, legitimamente e democraticamente eleitas para esta finalidade, os parlamentos e nos partidos políticos, acreditamos. É o resultado direto de uma sociedade que não acredita na política, nem na tradicional nem tampouco na construção política de um novo caminho. Busca traçar para si uma sinuosa proposta que parte para o paralelo a política e esvazia assim o próprio Estado, a democracia e sua legitimidade. É também resultado de uma sociedade desvinculada de sua história, de suas crenças e suas ideias, de seus objetivos como união em sociedade em seus pactos e propostas.

Uma população cada vez menos conectada a sua cultura, amplamente demandada que se globalize em seus costumes e em seus valores, destituída de sua história e de suas lutas, percebe-se como atuante somente por engajar-se em ações locais, de grupo e identitária, e **colaboram decisivamente para a tomada do núcleo**

---

<sup>9</sup> HORTA, José Luiz Borges; FREIRE, Thales Monteiro; SIQUEIRA, Vinicius de. A Era pós-ideologias e suas Ameaças ao Estado de Direito. *Confluências*, Niterói, UFF, v. 14, n. 2. dez. de 2012, p. 5.

**político por aqueles que se movimentaram para desviarem o Estado de suas essências.**

E a cultura tem papel fundamental para entendermos a construção desse jogo de substituição do político, do Estado e da democracia. Ao destituir a pessoa a condição única de indivíduo, dotado de ação meramente consumista no âmbito social, destitui-se dela a construção histórica que, citada anteriormente, diz respeito à nossa condição como homens ocidentais, moldados e construídos em suas lutas históricas políticas, consolidadas na construção do Estado de Direito, na legitimação democrática de suas angústias, anseios, demandas e insatisfações. Culturalmente, fomos ensinados, na civilização ocidental de que fazemos parte, a resolver nossas pendências e mazelas politicamente, por meio do debate. Mesmo quando a democracia se viu subvertida, em pontos temporais distintos e menores, este foi o caminho pelo qual nós nos desenvolvemos como sociedade.

Uma sociedade “desnuclearizada” de sua essência é uma sociedade pronta a ser conquistada, tomada e colonizada. Zygmunt Bauman nos alerta sobre a era do consumo, onde a sociedade se converte em não apenas em mercado, mas instrumento de transformação das próprias pessoas em produtos:

“Na sociedade de consumidores, ninguém pode se tornar sujeito sem primeiro virar mercadoria, e ninguém pode manter segura sua subjetividade sem reanimar, ressuscitar e recarregar de maneira perpétua as capacidades esperadas e exigidas de uma mercadoria vendável... A característica mais proeminente da sociedade de consumidores – ainda que cuidadosamente disfarçada e encoberta – é a transformação dos consumidores em mercadorias.”<sup>10</sup>

José Luiz Borges Horta e Marcelo Maciel Ramos destacam o conjunto de construção cultural como expressão da coletividade e da pluralidade de um povo no caminhar de sua história. O político, como expressão da cultura, é expressão do próprio ser cultural daquele povo que o criou:

“O caráter histórico da cultura é frequente nas definições do termo. A cultura compõe-se de um conjunto de atributos e produtos transmitidos através das gerações, num processo de acumulação e

---

<sup>10</sup> BAUMAN, Zygmunt. *Vida para Consumo*; a transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2008, p. 20.

evolução social, que só pode ser compreendido numa perspectiva histórica.”<sup>11</sup>

O identitarismo, típico do movimento de globalização, desmantela não apenas o ser cultural de sua história, de seus valores, mas o arremessa no abismo do vazio existencial, do qual somente o reconhecimento no igualitarismo é capaz de socorrer-lo, teoriza a atualidade. Não se trata aqui em demonizar o movimento de globalização, mas pesar os impactos reais de seu espraiamento, para além do encurtamento de distâncias e pluralidade cultural, denunciando a presente pasteurização cultural dos seres.

Eduardo Magrini corrobora o fato de nos tornarmos cada vez mais uma sociedade fragmentada, identitária, fechadas não somente socialmente, mas duplamente, politicamente serrados em bolhas, polarizados:

“Em pesquisa realizada pela Orgnet301 a partir da base de dados do site *Amazon*, avaliou-se o padrão de compra de livros políticos a partir de 2003. *Orgnet* demonstrou a partir de sua amostragem que a maioria das pessoas compra livros de viés político ‘liberal’ ou ‘conservador’, mas não ambos. No *Facebook*, uma análise de 2008 demonstrou que nossos ‘amigos’ nas redes sociais são mais propensos a concordar com nossos posicionamentos políticos do que estranhos aleatórios. No entanto, demonstrou também que tendemos a imaginar nossos amigos mais parecidos conosco do que eventualmente são, tanto como resultado, quanto efeito dos filtros-bolha. Em pesquisa feita a partir da base de dados do *Twitter*, publicada em 2011, demonstrou-se forte polarização, sobretudo na avaliação dos *retweets*.”<sup>12</sup>

A guerra de **nós** contra **eles** se intensifica. Um olhar mais atento percebe que não se trata de um conflito político entre visões e ideologias, mas sim um ambiente onde o debate como motor de mudança não mais tem espaço, não abrange a coletividade. O debate é reduzido a grupos igualitários que se estranham, se negam, se atacam. Como grupos estes não se engajam politicamente, nem no que se refere à composição política ou o ambiente político, permanecem presos em seus pequenos guetos, intocáveis e inacessíveis ao menor risco de comprometimento e necessidade de afirmação política. Se intensifica assim a radicalização da sociedade, avessa ao

---

<sup>11</sup> HORTA; RAMOS. *Entre as veredas... Cit. p.257.*

<sup>12</sup> MAGRANI, *A Internet como Ferramenta... p.132-133.*

político, avessa ao debate, avessa a qualquer tipo de discordância, seja em suas ideias quanto concepções de mundo, ideologicamente disfarçado e moralmente deformado.

Norberto Bobbio, em seu “*A era dos direitos*”, é responsável por nos alertar não somente sobre o advento do “fascismo” da ideia do indivíduo<sup>13</sup>, tão plenamente amparada na psique do capitalismo de massa, mas também, finalmente, como doença deste tempo, que subverte a ideia democrática como um construção coletiva, social, política. É esta a responsável por espriar a segregação em grupos cada vez mais distintos, e diminuir o cidadão a condição de indivíduo:

“É hoje dominante nas ciências sociais a orientação de estudos chamada de ‘individualismo metodológico’, segundo a qual o estudo da sociedade deve partir do estudo das ações do indivíduo. Não se trata aqui de discutir quais são os limites dessa orientação; mas há duas outras formas de individualismo sem as quais o ponto de vista dos direitos do homem se torna incompreensível: o individualismo ontológico, que parte do pressuposto (que eu não saberia dizer se é mais metafísico ou teológico) da autonomia de cada indivíduo com relação a todos os outros e da igual dignidade de cada um deles; e o individualismo ético, segundo o qual todo indivíduo é uma pessoa moral. Todas essas três versões do individualismo contribuem para dar conotação positiva a um termo que foi conotado negativamente, quer pelas correntes de pensamento conservador e reacionário, quer pelas revolucionárias. O individualismo é a base filosófica da democracia: uma cabeça, um voto.”<sup>14</sup>

Dita que, nesta visão, não somente a ideia da individualização do ser, despido de sua condição política social, mas também eleva o ser moral para uma condição supostamente superior ao ser político. O ser moral é individualista e supera o ser cultural e o ser político, pois se baseia na concepção de mundo construída na condição individual e pessoal de reflexão (ou de grupo identitária), desprezando a construção política como construção de grupo. Auxilia, certamente, a consolidação deste movimento, a farta disseminação das concepções morais, baseadas em concepções fundamentais religiosas, de gênero e, até mesmo, no tocante a raça.

É a construção social do individualismo, essa sim coletivizada e difundida, que destrói o ser político e a ideia de politicidade, menosprezando a herança cultural como formador psicológico de visualização da realidade. Byung-Chul

<sup>13</sup> Sobre o tema *cf.* BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Trad. Carlos Nelson Colinho Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

<sup>14</sup> BOBBIO, *A era dos direitos. loc cit.*

Han adverte sobre a imposição capitalista do ser individualizado, despido de sua coletividade e consciência de grupo, para além de uma ideia coletiva de rede online, mas rede social real:

“As descrições do *animal laborans* moderno de Arendt não correspondem às observações que podemos fazer na sociedade de desempenho de hoje. O *Animal laborans* pós-moderno não abandona sua individualidade ou seu ego para entregar-se pelo trabalho a um processo de vida anônimo da espécie. A sociedade laboral individualizou-se numa sociedade de desempenho e numa sociedade ativa. O *animal laborans* pós-moderno é provido do ego ao ponto de quase dilacerar-se. Ele pode ser tudo, menos ser passivo. Se renunciasse à sua individualidade fundindo-se completamente no processo da espécie, teríamos pelo menos a serenidade de um animal.”<sup>15</sup>

Na visão de Byung-Chul Han o homem escolhe desistir de sua vivacidade política e tornar-se um micro capitalista, explorador e escravo de si mesmo.<sup>16</sup> Neste ponto a ótica da relação senhor-escravo se inverte, uma vez que não há mais senhor e escravo, porém nos tornarmos, individualmente, micro representações de senhores e escravos de nós mesmo. Nessa ótica capitalista que diminui o ser a condição unicamente de indivíduo capitalista, fica mais fácil enxergar como se instauram tais doutrinas identitária, versões anêmicas da vida política real e atuante.

Vemos multiplicarem-se os exemplos desses grupos não ideológicos e identitários, que são avessos à política e promovem a chamada “nova política”. Uma nova política que se disfarça de política, mas se baseia essencialmente em proporções ideológicas e morais da sociedade e da vida política em sociedade, embrionária de uma nova fase neoliberal de diminuição do tamanho do Estado (ironicamente, para salvar o próprio Estado) e que muito se ampara na ideia da divisão dos grupos em seres apolíticos, distintos em sua natureza política.

“A moral, entretanto, é um retorno a si próprio, à liberdade interna do sujeito, aos motivos determinantes da ação, isto é, às razões que levaram alguém ao cumprimento da lei moral. Ela não se satisfaz

---

<sup>15</sup> HAN, Byung-Chul. *Sociedade do Cansaço*. Trad. Enio Paulo Giachini. Petropolis, RJ: Vozes, 2017, p. 43-44.

<sup>16</sup> Byung-Chul Han desenvolve o tema em outras obras, tais como: HAN, Byung-Chul. *Sociedade da Transparencia*. Trad. Enio Paulo Giachini. Petropolis, Rj: Vozes, 2015 e HAN, Byung-Chul. *Psicopolítica*. Trad. Alfredo Bargas. Barcelona: Herder, 2014.

com a ação puramente, ela exige a motivação no dever, e só este é capaz de dar à ação valor moral.”<sup>17</sup>

Certamente também é digno de nota o sequestro da política por ideologias disfarçadas de não políticas e não ideológicas. Como exemplo mais emblemático podemos citar a judicialização da política, constituída em uma resposta rápida que não leva em consideração o decantar natural do processo político, e que visa atender a uma sociedade da eficiência, da rapidez, da velocidade e da entrega. Esse viés é vivenciado em escala global, a **justiça como movimento de subversão do político, como forma de aceleração da implantação do apolítico dentro do processo político**. Funciona também como mais uma das evidências desse movimento de promoção de caminhos alternativos ao político, onde não só o econômico funciona como atalho, mas onde ideologias outras se propõem também como possibilidade, como fórmulas mágicas.

“No contexto da judicialização da política, surge um conceito igualmente importante para a compreensão do protagonismo institucional do Judiciário: o de ativismo judicial, que expressa um modo criativo e expansivo de interpretar o direito, pela potencialização do sentido e do alcance de suas normas, para ir além da simples interpretação, com invasão da esfera de competência de outros poderes, até mesmo com o estabelecimento de novas condutas não previstas na legislação em vigor, o que resulta em contornar o processo político majoritário.”<sup>18</sup>

Já não é possível aguardar as decisões políticas no tempo da política, buscando alternativas mais eficientes e velozes; amparadas em concepções individuais, vemos surgir tais movimento de massa que submetem a política ao individual.

A política como resultado democrático da vontade popular se aglutina a este **movimento de acirramento da neutralização do contraditório**, castrado em sua essência, em sua ideologia, transforma-se em versão infecunda de si mesma, incapaz de responder às demandas assim apresentadas no seio da sociedade. O

---

<sup>17</sup> SALGADO, Karine. A República o justo e suas conseqüências na leitura de Kant. In: HORTA, José Luiz Borges, SALGADO, Karine; *História, Estado e Idealismo alemão*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017, p. 45.

<sup>18</sup> NUNES JUNIOR, Amandino Teixeira. *A judicialização da política no Brasil*; estudo de casos de comissões parlamentares de inquérito e fidelidade partiária. Brasília: Câmara dos Deputados, 2016, p. 35.

sequestro do político<sup>19</sup> é notório nesse diagnóstico, facilitado pela própria incapacidade de percepção de tal movimento, levando a cabo uma agenda neoliberal, de diminuição da relevância, atuação e potência do Estado como Estado de Direito, promovendo o fortalecimento da própria despolitização, de dentro do Estado, para fora. Um ciclo que se retroalimenta, que corrompe, se multiplica e se espraia.

Vivenciamos uma clara proposição de um novo projeto de Estado, que não é estado, mas sim uma versão anarquista onde o livre comércio vigora irrestritamente, sem fronteiras, sem ideologia e, finalmente, sem a política e o próprio político. A consolidação de tal “estado” só pode ser satisfatoriamente alcançada com a própria destruição do Estado e do Estado de Direito como o conhecemos, em seus pactos, suas proposições, suas ideias, suas defesas. O derradeiro diagnóstico que aqui apresentamos é a tentativa de alerta para tal disposição da substituição do Estado por uma empresa privada, passando pela destituição da sociedade de sua história política e cultural.

“o neoliberalismo ganhou um estatuto forte no combate às ideias do Estado do Bem-Estar, eis que as considera prejudicial ao mercado, a verdadeira fonte da Democracia, justificando, portanto, a diminuição do Estado. ‘Ordem espontânea’ e ‘mercado’ são os slogans difundidos. Os sujeitos, segundo o modelo neoliberal, não podem depender do Estado que, pelo mercado e a seleção natural dos mais capazes, pode naturalizar as desigualdades sociais. A ‘Liberdade’ como valor democrático fundamental retiraria a legitimidade das ações estatais, salvo na repressão, claro. Assim é que o Estado deve ser mínimo na busca de ‘Justiça Social’, a cargo do mercado, mas com mão de ferro implacável na esfera penal, reprimindo as manifestações sociais que busquem o que Hayek denomina como paternalismo estatal. Afinal, o mercado das prisões demanda insumos. De um lado cria-se uma insegurança adubada ideologicamente e de outro cria-se mecanismos de assimilação da violência, numa escalada de controle social.”<sup>20</sup>

O alerta da destruição do Estado de Direito não é certamente uma novidade para os estudiosos do Estado ao longo das últimas décadas, embora, conforme aqui destacados, a disposição em promover tal substituição tenha se intensificado em força, mecanismos, capacidade e interesses.

---

<sup>19</sup> A expressão foi cunhada por José Luiz Borges Horta. Notas de classe e de orientação

<sup>20</sup> ROSA, Alexandre Moraes da. Discurso Neoliberal e Estado Democrático de Direito. *Ciências Sociais Aplicadas em Revista*, Marechal Cândido Rondon, UNIOESTE, v. 8, n. 15, 2º sem: 2008, p. 34.

Buscamos com esse trabalho, além de destacar o que se passa, entender melhor o que verdadeiramente vem sendo apresentado como alternativa, escancarar o nebuloso jogo que se forma sem que se perceba. É desejo de muitos que assim esse processo continue desenrolando-se na obscuridade, facilitando que sejamos pegos de assalto, na calada da noite, à sorrelfa, enquanto se dorme. Ao identificarmos os reais desencadeadores de tal movimento, pensamos que podemos tomar medidas que visem demonstrar possibilidades de ação, de mobilização política e pelo Político, dentro de um fortalecimento da cultura do Estado e pelo Estado.

É apresentados então a questão primordial deste trabalho, questão essa que tem sido combustível de nosso motor de indagação como cientistas e pesquisadores do Estado neste momento crítico: como identificar tal norte que poderia nos guiar e nos amparar, nesse momento de extrema escuridão vivenciado pelas democracias e sociedades ocidentais?

Munidos da evidente premissa de que nenhum modelo político na atualidade se encontra livre do pernicioso processo de desideologização, da transformação de cidadãos em consumidores em massa (ou a não conversão da massa em cidadãos, como se preferir), da destruição da política como motor de transformação social, do sequestro do Estado por ideologias diversas, pela própria proposta de um Estado meramente mínimo, gerenciável, virtual, instantâneo, nos encontramos em um momento de extrema desilusão, desesperanças, assim como vivenciados pelas sociedades, mas como pesquisadores do nosso tempo, da nossa estrutura política presente.

Luiz Villar Borda destaca não somente a concepção de um Estado que se propunha um estado social, que vem sendo dilapidado nessa nova concepção neoliberal de Estado, mas também joga luz ao fato de que um Estado menos intervencionista é a efetivação de um Estado menos político, esvaziado de proposta:

“La idea del Estado social, propiamente tiene su origen, como la del Estado de derecho, en Alemania y entre sus precursores más notables debe mencionarse a Lorenz von Stein (1815-1890), para quien el fin principal de la administración es la solución del problema social mediante la protección y asistencia a los más débiles. Von Stein, discípulo de la doctrina de Hegel, da cuerpo en

el derecho administrativo a ideas sobre la intervención de un Estado de bienestar originadas en el pensamiento de Leibniz y Wolff.”<sup>21</sup>

Amparados pela necessidade de um melhor entendimento da situação presente e de propostas de ação, surge a ideia desta pesquisa, culminando na ideia da construção de um *índice capaz de medir o desenvolvimento político comparado entre as nações*. A existência de índices remonta à décadas, matemáticos sim em sua essência, porém também úteis no que diz respeito a sua capacidade de demonstrar tendências, ranqueando, demonstrando as variáveis. No tocante a este índice, esperamos sermos capazes de, para além de entender melhor o movimento de despolitização das sociedades, de desmonte do Estado, entender como se relacionam politicamente os Estados, em suas nuances, em seu núcleo, buscando assim respostas que vão além do processo de extinção do político em seu interior.

O índice que aqui construiremos tem como ambiciosa função e objetivo demonstrar, levando em consideração a cultura e história desenvolvida em cada uma das sociedades, quais características dentro do Estado se mostram oportunas para o desenvolvimento das próprias sociedades, politicamente.

Ao observar e comparar as democracias e sociedades, pondo lado a lado casos que são notoriamente mais ou menos bem-sucedidos no que diz respeito ao desenvolvimento político, amparados certamente em suas histórias culturais fundadoras, como elementos consolidadores da sociedade cultural como a conhecimentos, acreditamos que seremos capazes de não apenas ranquear os níveis de desenvolvimento político, mas também destacar as variáveis que se colocarem como sistemáticas e necessárias como indispensáveis para a própria promoção da emancipação política efetiva.

Mediante análise desses dados, destacados e amplificados, é resultado esperado que consigamos propor diretrizes, modelos, concepções de Estado, que fortemente favoreceram (e favoreçam) o alcance de maiores níveis de liberdade política, liberdade ideológica e por consequência, maior desenvolvimento social. Uma vez que não nos deixemos prender a um modelo pré-estabelecido, uma vez que não

---

<sup>21</sup> VILLAR BORDA, Luiz. Estado de Derecho y Estado Social de Derecho. *Revista Derecho del Estado*, Bogota, Universidade Externado de Colombia, n. 20, dic. 2007, p. 83.

há um caso exclusivamente livre de nenhum ataque despolitizante e anti-estatal, um índice de desenvolvimento político muito pode ajudar na concretização de uma *virada para o Político*.

O desafio que se apresenta é enorme, no âmbito deste trabalho, como pesquisador e cidadão: buscase entender e promover propostas para combater esse movimento de despolitização. Surge também, como necessidade, o chamado a uma contraofensiva, nesse momento de extremo ataque ao Estado de Direito. Somos munidos de certeza da importância de agirmos, jogando vento novo para agitar a apática superfície das ideias do momento atual, exigindo de nós coragem de propor mudanças políticas em um momento em que a política (e seus aperfeiçoadores) não são apenas mal vistos, mas caçados (ou cassados) e humilhados.

É uma resposta que se faz necessária, uma proposição que busca responder o movimento de ódio ao político, da própria castração da liberdade política que se instaurou, da caça às bruxas contra o ideológico que foi normalizada e se coloca como alternativa única a sociedade. Não acreditamos em caminho a ser seguido sem questionamento ou modelo político despolitizado que seria a evolução do Estado como empresa privada e é nosso papel levantar o alerta sobre os danos de tais ideias de forma geral ao Estado de Direito e a harmonia da sociedade.

Estadistas que buscamos ser, defensores do Estado como único provedor, garantidor e ampliador de direitos, saímos a luta pela restauração do Estado de Direito, pelo respeito ao político e seus elementos fundadores, elementos frutos de nossa cultura, como seres políticos. A luta que aqui destacamos é política, e deve ser travada com e para a política, despertando a sociedade para os perigos da despolitização. É o que defenderemos ao longo deste trabalho.

## 2. Estado, Política e Cultura

O Estado moderno, consolidado na figura do Estado de Direito, é definitivamente a joia maior, ápice do desenvolvimento filosófico e ideológico, criada pela civilização ocidental<sup>22</sup>. Somente neste, e dentro deste, a civilização ocidental encontrou morada, segurança para seu desenvolvimento, nutrindo-o com suas ideias, visões e *utopismos*<sup>23</sup>. Resultado do movimento decisivo da expressão cultural atemporal de uma civilização, consolidado na construção histórica do homem ocidental, de seus ideias, seus anseios, suas ambições, suas prerrogativas e, assim de tudo, mesmo que em primeiro momento inconscientemente, na busca pela transformação, pela superação das limitações humanas visando extrair o máximo em sua essência *política*.

“A ideia de civilização foi desenvolvida pelos pensadores francês do século XVIII, em oposição ao conceito de barbarismo. A sociedade civilizada diferia da sociedade primitiva por que era estabelecida, urbana e alfabetizada. Ser civilizado era bom, pelo qual as sociedades podiam ser julgadas, e durante o século XIX os europeus dedicaram muita energia intelectual, diplomática e política à elaboração dos critérios pelos quais as sociedades não-europeias poderiam ser julgadas suficientemente ‘civilizadas para serem aceitas como membros do sistema internacional dominado pelos europeus.’”<sup>24</sup>

A civilização pode ser definida, conforme aprendido em Samuel P. Huntington, como culminar de organização cultural, política e religiosa como expressão de um grupo espacialmente localizado e inserido.

“Civilização e cultura se referem, ambas, ao estilo de vida em geral de um povo, e uma civilização é uma cultura em escrita maior. As duas envolvem os valores, as normas, as instituições e os modos de pensar aos quais sucessivas gerações numa determinada sociedade atribuíram uma importância fundamental.”<sup>25</sup>

Nesse sentido, a política é uma expressão direta da própria cultura daquela civilização, baseada em suas matrizes históricas e religiosas, indissociável

<sup>22</sup> Cf. HORTA, José Luiz Borges; *Historia do Estado de Direito*. São Paulo, Alameda, 2011 e ainda *O Estado de direito; História, Teoria e Crítica*. COSTA, Pietro; ZOLO, Danilo. (Orgs) Trad. Carlo Alberto Dastoli. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

<sup>23</sup> Sobre o tema, cf. ALMEIDA, Phillippe de Oliveira. *Crítica da razão antiutópica*. São Paulo: Edições Loyola, 2018.

<sup>24</sup> HUNTINGTON, Samuel Phillips. *O Choque de Civilizações; e a Recomposição da Ordem Mundial*. Trad. M.H. Cortez. Rio de Janeiro: Objetiva, 1996, p. 45.

<sup>25</sup> HUNTINGTON, *O Choque de Civilizações, cit.* p. 46.

nesse quesito como reflexo da concepção de mundo que ali se encontram sagradamente consolidadas.

No que se refere ao homem ocidental (pertencente à civilização ocidental, dentro da concepção de civilizações de Samuel P. Huntington<sup>26</sup>), a política é o oxigênio para sua existência, não somente como representação material, mas como expressão do próprio espírito, de sua essência, de seu desenvolvimento como resultado de sua composição histórica, de sua cultura<sup>27</sup>, representando sua capacidade de percepção da realidade do mundo exterior. Somos seres políticos. Somos a política.

A política nessa civilização é uma expressão da cultura, em uma relação simbiótica, indivisível, inquebrável. Nesse harmonioso movimento, o crescimento se deu mutualmente ligado, retroalimentado, uma expressão consolidada da mente da sociedade que o compõe, um retrato do projeto que aqui foi concebido como objetivo maior, direção, caminho a ser trilhado por esse povo que lhe compõe, por essa comunidade que age como corpo desse Estado, que o defende, que o transforma, que é a alma do Estado.

Nesse sentido, o Estado é materialização da política, presença física institucionalizada, representando a sociedade ali espelhada em suas vontades, anseios, dilemas morais e políticos. Conforme expressão consagrada por José Luiz Borges Horta, ‘toda cultura suficiente mente forte se estabelece em um Estado’, isto é, uma cultura terá como resultado final, quando possui capacidade culturais de auto afirmar-se, de organizar-se em um Estado. Noberto Bobbio adiciona sobre a essência do Estado:

“a palavra ‘Estado’ se impôs através da difusão e pelo prestígio do Príncipe de Maquiavel. A obra começa, como se sabe, com estas palavras: ‘Todos os estados, todos os domínios que imperaram e imperam sobre os homens, foram e são ou repúblicas ou

---

<sup>26</sup> O autor Samuel P. Huntington divide o mundo moderno entre ao menos oito civilizações: síncos, hindu, islâmica, ortodoxa, ocidental, latino-americana e africana. Conforme descrito no livro, na concepção de Huntington, embora a América Latina componha a civilização ocidental, esta acaba por evoluir por um caminho à parte daquele observado na Europa e na América do Norte. O caso brasileiro, no entanto, na concepção de do grupo de pesquisa que este autor integra, é diferente daquela defendida pelo autor do *‘Choque de civilizações’*. A nosso ver, a sociedade brasileira compartilha características políticas, linguísticas, organizações sociais, paradigmas históricos com a Europa, fato este que não justificaria dissociar a nação brasileira da civilização ocidental.

<sup>27</sup> Sobre o tema, cf. MAYOS, Gonçal. *Cultural Is Political*; Girs Culturals I Postcolonials, Gonçal Mayos *et all.* (Orgs) Barcelona: Dracmaycat, 2017.

principados'. Isto não quer dizer que a palavra tenha sido introduzida por Maquiavel. Minuciosas e amplas pesquisas sobre o uso de 'Estado' na linguagem do Quatrocentos e do Quinhentos mostram que a passagem do significado corrente do termo status de 'situação' para 'Estado' no sentido moderno da palavra, já ocorrera, através do isolamento do primeiro termo da expressão clássica status publicus. O próprio Maquiavel não poderia ter escrito aquela frase exatamente no início da obra se a palavra em questão já não fosse de uso corrente."<sup>28</sup>

Porém, enganam-se aqueles que buscam prender-se somente a uma concepção material do Estado, disseminando a ideia de que este é apenas um aparato mecânico, maquinário concreto e dissociado de essência mística. O Estado é sim consolidação institucional, mas só existe efetivamente quando incorporado da essência ética e política de efetivação da potência histórica e cultural que lhe precede.

“La teoría del Estado, en cuanto ciencia de la realidad, ha de mostrar-nos si y como existe el Estado, en cuanto unidad concreta que actúa en el tiempo y en el espacio. La teoría del Estado debe ser el conocimiento autónomo del Estado en sus leyes específicas. Si únicamente pudiera determinar el Estado como un mero fenómeno de expresión o como función de un contenido parcial de la realidad social o natural, no solo habría errado su misión, sino de además vendría a revelar que no estaba justificada su existencia.”<sup>29</sup>

Ora, se não devemos pensar um Estado apenas como materialidade, mas como expressão filosófica do que queremos ser, não nos limitando apenas ao que podemos ser, não podemos pensar o Estado como imutável construção material, logo, pensar o Estado como materialização histórica<sup>30</sup> é se prender à casca em detrimento do núcleo, é tangenciar o superficial desconsiderando totalmente o essencial, é se prender ao mínimo sem nem ao menos ansiar ao máximo.

Nesse sentido, Phillipe Oliveira nos adverte sobre a necessidade do pensar o utópico e utopicamente, no que se refere pensar com requinte a construção da realidade. Em sua “*Crítica da Razão Antiutópica*”, o utópico se coloca como uma medida de necessidade, possibilidade de construção em condições perfeitas, visando

<sup>28</sup> BOBBIO, *Estado, Governo e Sociedade.lítica, cit.*, p. 65-6.

<sup>29</sup> HELLER, Hermann. *Teoria del Estado*. Trad. Luis Tobio. México: Fondo de Cultura Económica, 1942, p. 155.

<sup>30</sup> O Materialismo histórico da doutrina marxista, ao se prender à ideia de infraestrutura, muito pouco faz para entender a essência da história na construção cultural do Estado. Prender à análise do Estado apenas a matéria é desconsiderar o Estado como construção ética, diminuindo um debate rico e amplo apenas ao campo das relações de classe, dentro de sistemas econômicos. A doutrina marxista, marcadamente ateia, desregrada de misticidade, enxerga apenas as aparências do mundo, para utilizarmos a alegoria de Platão, sendo, no entanto, incapaz de atingir o núcleo filosófico, para promover algum entendimento do Estado como núcleo político.

um resultado superior, vislumbrado apenas em situações mentais em considerações perfeitas, um ponto móvel que nunca se aproxima, porém é responsável por mostrar o Norte que buscamos alcançar. A visão do autor não deve ser meramente repescada quanto à sua aplicação ao ensinamento e desenvolvimento do conhecimento jurídico, propriamente dito, mas pode e deve ser entendida como capacidade de sucesso e entendimento da realidade do tempo presente, visando o aperfeiçoamento do projeto e a execução da realidade. O utópico deve ser o nosso projeto maior como sociedade.

“Acreditamos que a literatura utópica (que, desde Morus, esmerasse por detalhar o cotidiano de mundos paralelos) poderia servir como fonte de inspiração, para que o *crisis* desenvolvam uma alternativa teórica coerente com o liberalismo jurídico. Toda formação social encerra em si o germe de sua própria destruição: desde seu nascimento, a Modernidade capitalista patrocina mobilizações antimodernas e anticapitalistas. [...] Precisamos ser, a um só tempo, iconoclastas (para desconstruir o sistema) e projetistas (para reconstruí-lo) – na tentativa de erigir uma autentica ponte para o futuro, a utópica (negligenciada pela esquerda contemporânea) pode ser uma arma decisiva.”<sup>31</sup>

A própria criação da ideia do Estado, incipiência que se tornaria o que hoje concebemos como Estados modernos, representou a seu tempo um utopismo, uma ideia que certamente foi posta à prova quanto a sua aplicação e sua efetividade. Tudo que é posto à prova pode ser facilmente enveredado em um caminho de mediocridade. Não foi assim com a ideia de Estado que resultou no que vivenciamos hoje (embora tenhamos sim caído em mediocridade, mas somente na atualidade) e não deve ser assim com a construção que buscamos para o futuro. Podemos e devemos pensar a construção de um Estado amparados na máxima ética que podemos conceber como sociedade política e civilização ocidental que somos.

É nesse sentido que é na história que encontramos a construção do Estado, conforme ensina Jose Luiz Borges Horta, descrevendo parte nuclear do sistema de pensamento hegeliano. Analisar filosoficamente a história é perceber como esta pode ser relevante para construir o utopismo que almejamos para a própria construção de Estado.

“Hegel, no entanto, parece crer menos em uma História mistificadora de suas grandes personagens que em um História na qual até mesmo os heróis são instrumentos de um destino superior

---

<sup>31</sup> ALMEIDA, *Crítica da razão antiutópica*, cit., p. 55.

estabelecido lógica (*logos*), teológica (*Deus*), absoluta ou racionalmente. O Napoleão que salta aos olhos treinados para o raciocínio dialéticos não é o corso Napoleão Bonaparte, mas o sentido histórico de Napoleão Bonaparte: Hegel vê o Imperador, mas reconhece a alma do mundo, como de resto a terá reconhecido em Alexandre, em César ou no herói lastimavelmente oculto em seu texto, Carlos Magno.”<sup>32</sup>

Refletindo historicamente, o local do surgimento do Estado Moderno é um dos campos de debate mais controversos, intensos e ricos entre os estudiosos do Estado, sua formação e suas bases históricas. Seja na rica e efervescente *Florença* ou na ambiciosa *Pisa*, devemos sempre prestar homenagens aos gregos, nossos irmãos que lançaram base para a ideia de democracia, de pólis, de povo. Uma das características marcantes da civilização ocidental é sua capacidade de aproveitar em sua coletividade cultural, reutilizar e misturar sua riqueza cultural, seja política ou religiosa: nosso sincretismo social.

A ideia de diferenciação civilizacional se faz imprescindível neste momento, uma vez que se baseia na concepção de que, o desenvolvimento social corresponde diretamente ao desenvolvimento cultural dos povos, e possui como marca maior, por consequência, a sua diversidade. Não se trata de ranquear, dividir ou promover o estranhamento entre as civilizações que coabitam neste solo, mas buscamos sim demonstrar que a riqueza cultural existe, e além de rica e prospera, ela é diferente, no que se refere ao desenvolvimento civilizacional, em sua história, seus resultados e, finalmente, em seus objetivos como projeto civilizacionais. Não podemos mais abrir espaço para que o igualitarismo capitalista continue subvertendo culturas.

Vale aqui fazer uma justa diferenciação entre a igualdade e o igualitarismo. Conforme defendido por Bobbio abaixo, a igualdade dentro de uma sociedade é desejável e dever ético do Estado, uma vez que demonstra uma busca por promover oportunidades iguais a todos os cidadãos de uma sociedade. O igualitarismo, por sua vez, é danoso a sociedade, pois beira o facismo, isto é, a ideia

---

<sup>32</sup> HORTA, José Luiz Borges. Hegel, Paixão e História. In: HORTA; SALGADO, *História, Estado e Idealismo alemão, cit.*, p. 79.

de que todos devem ser iguais e que a diversidade não é desejável é um crime contra a própria essência social.

“A igualdade como ideal supremo, ou até mesmo último, de uma comunidade ordenada, justa e feliz, e portanto, de um lado, como aspiração perene dos homens conviventes, e, de outro, como tema constante das teorias e ideologias políticas, está habitualmente acoplados ao ideal de liberdade, considerando, também ele, supremo ou último.”<sup>33</sup>

A diferença predispõe liberdade, liberdade de debater, de agir, de propor coisas e ideias diferentes. Finalmente, a liberdade deve ser total na liberdade de ser, propriamente na liberdade política. **Não há política sem liberdade, e sem política, o Estado mingua, definha e desmorona.** A liberdade é a expressão do caminhar do espírito na história, isto é, conforme ensinamentos hegelianos postulados por Román Cuartango, não pode e não deve ser represado ou temido:

“Según se ha dicho, el espíritu representa, frente a la naturaleza, el reino de la libertad. En efecto, la consideración de la realidad subjetiva desde la perspectiva del espíritu hace posible delimitar el dominio dentro del cual se puede conferir verdadero significado al concepto de la libertad.”<sup>34</sup>

Na dialética hegeliana, toda a história é um processo de condensação que resultará em aprendizagem, constante melhoria pela elucidação, em Hegel. Porém, somente com a luta política, amparada no ético, é que efetivamente podemos construir um movimento de suprassunção<sup>35</sup> tal aprendizado, por mais traumático que este seja.

**Defender a diferença é defender o próprio político, uma vez acreditamos que diversificação cultural é exatamente a única resposta possível à pasteurização cultural da pós-modernidade,** expressão dos modelos culturais e globalizados deste tempo, que desprezam a *História* e a história da cultura dos povos, seu direito de auto afirmação cultural e sua necessidade de expressão, como parte do

<sup>33</sup> BOBBIO, Norberto. *Direita e Esquerda; Razões e significados de uma distinção política*. Trad. Marco Aurelio Nogueira. São Paulo: Editora UNESP, 1995, p. 95.

<sup>34</sup> CUARTANGO, Román. *El Poder del Espíritu; Hegel y el Êthos Político*. Madrid: Abada Editores, 2016, p. 23.

<sup>35</sup> Conforme termo utilizando pelo Prof. Dr. José Luiz Borges Horta e Prof. Dr. Joaquim Carlos Salgado ao longo dos seminários Hegelianos, cursos didáticos sobre as obras e a filosofia hegeliana realizadas no âmbito da Faculdade de Direito da UFMG ao longo das últimas décadas, em que o autor deste texto teve a chance de participar ao longo dos últimos 4 semestres.

ser daqueles que a compõem. Entender tal diferenciação, conforme proposto por Samuel Huntington, é naturalmente um movimento de respeito da realidade, da expressão do Espírito do Tempo:

“Uma civilização é a entidade cultural mais ampla. As aldeias, as religiões, os grupos étnicos, as nacionalidades, os grupos religiosos, todos têm culturas distintas em diferentes níveis de heterogeneidade cultural. A cultura de um vilarejo no sul da Itália pode ser diferente da de um vilarejo no norte da Itália, mas ambos compartilharão uma cultura italiana comum, que os distingue de vilarejos alemães. As comunidades europeias, por sua vez, compartilharão aspectos culturais que as distinguem de comunidades chinesas ou hindus. Os chineses, os hindus e os ocidentais, entretanto, não são partes de nenhuma entidade cultural mais ampla. Eles constituem civilizações. Uma civilização é assim o mais alto agrupamento cultural de pessoas e o mais amplo nível de identidade cultural que as pessoas têm aquém daquilo que distingue os seres humanos das demais espécies. Ela é definida por elementos objetivos comuns, tais como língua, história, religião, costumes, instituições e pela auto-identificação subjetiva das pessoas.”<sup>36</sup>

Claramente a cultura se distingue, se diversifica, se multiplica, como expressão histórica cultural de um povo em seu movimento de autoafirmação na história. Expressão política de seu tempo, tomando de exemplo a civilização ocidental, podemos destacar como movimento de espraiamento cultural a própria diversificação da política, levado a cabo na condição das ideologias políticas.

As ideologias políticas são a expressão da liberdade cultural e espiritual do homem ocidental (embora não precisemos limitar ao conceito somente a psique ocidental, podendo ser ampliada). Liberdade cultural por que demonstra a capacidade da cultura em gerar expressões políticas diversas, ricas, plurais, como resposta a questões variadas, amparadas no anseio dos homens daquele momento histórico. Liberdade espiritual por que demonstra a presença do espírito do homem ocidental, expressão cultural de sua busca pelo aperfeiçoamento do Estado através da política, através da construção espiritual e potente de mundo, aperfeiçoado e levados a máxima potência, em sua intenção, represados apenas pelas relativas limitações materiais humanas.

---

<sup>36</sup> HUNTINGTON, *O Choque de Civilizações, cit.*, p. 47.

Nesse sentido, o papel das ideologias, expressão cultural política de uma miscelânea desenvolvida pela potencialidade do desenvolvimento da sociedade ocidental, é definida por Robert Henry Srou:

“A ideologia, como todo discurso, é um conjunto de representações mentais. Define-se, mais precisamente, como sistema de evidências doutrinárias ou como justificações de interesses. Sejam claros: toda ideologia é um sistema de princípios, valores e crenças que expressam interesses objetivos de dado agente coletivo. Implica, portanto, luta, afirmação de uma identidade contra outra identidade. Porque todo agente coletivo tem interesses próprios e estes se confrontam com os interesses dos demais agentes coletivos. Estabelece-se, por via de consequência, uma luta com base nas contradições (oposições estruturais) que os separam de todos.”<sup>37</sup>

As ideologias são expressões políticas típicas do próprio ambiente de politização, debate e embate democrático dentro da democracia. Em sua diversificação, no entanto, elas não deixam de se amparar no próprio político, uma vez que esta é a fonte que alimenta, nutre e dá base a esses próprios conjuntos de ideias, de visão de mundo, de concepção política de movimento social e sociedade.

Nessa relação, o Estado, a política e a cultura são elementos complementares, indivisíveis, inseparáveis em sua essência, em sua capacidade de entendimento mútuo e complementar, para aqueles que buscam um entendimento real da construção histórica do Estado de Direito. Não restam dúvidas, chegado a esse ponto, que tal consciência é arma primeira, bandeira a ser levantada nesse momento em que nos aproximamos do movimento contrário a este aqui descrito: a destruição do político como construção histórica cultural, e por consequência, a própria destruição do Estado e dos direitos. A desonestidade do nosso momento histórico é a proposição de um mundo sem ideologias, um mundo sem políticas, um total desprezo ao espírito ocidental, fomentador do movimento histórico de construção da própria essência ocidental.

Finalmente, conforme ensina José Luiz Borges Horta, não devemos temer a diversidade, a diferença, pois esta é parte fundamental para construção do próprio sistema político.

---

<sup>37</sup> SROUR, Robert Henry. *Classes, Regimes, Ideologias*. São Paulo: Ed. Ática, 1990, p. 58.

“Hegel reconhece uma tensão entre o Estado Ideal e os estados reais, introduzindo, conforme acentua Jean Hyppolite, conceitos-chaves na tentativa de compreensão da oposição entre *natureza* e *positividade* e, bem assim, entre Razão e História. No sistema hegeliano, aparece a nítida oposição, que urge, ultrapassar, entre o natural, apreensível pela racionalidade, e o construído no plano real. (...) Afirma Hyppolite: “Em Resumo, o Estado opõe-se à natureza. Ora, é precisamente esta oposição que Hegel pretende transcender.”<sup>38</sup>

## 2.1. Uma análise histórica da politização das sociedades

O século XX foi um século traumático no que diz respeito ao tocante às ideologias e a própria política. A Europa dizimada pela Segunda Guerra mundial, expressão máxima da ideologia fascista do nazismo de Adolf Hitler, resultaria no genocídio judeu e no terror à existência das próprias ideologias. É lançado o alerta, semente plantada e germinada, do que iríamos colher nas décadas seguintes. O fascismo, como expressão ideológica, em sua essência combatia o próprio político, a própria democracia, o próprio debate. Irônico é que ao tentar combater os efeitos dessa ideologia nefasta, optamos por promover uma caçada ideológica contra as próprias ideologias, aflitos que os erros do passado pudessem novamente se repetir, incrédulos da ideia de que o Espírito do Tempo viria a nos conduzir novamente ao rumo da história, dotando o homem ocidental de armas para combater politicamente tal anomalia.

Nenhum processo filosófico deve ser analisado fora da história. Amparados nessa tônica, do século XX devemos considerar marcos como a criação da ONU e a declaração dos direitos humanos em 1948. A segunda guerra mundial, que foi certamente uma guerra pela imposição cultural germânica e de sua visão de mundo ao restante do continente europeu - também se pretendeu global, na visão de seu idealizador para promoção da celebração de seu *reich* -, também é fundamental para entendermos a proposição e consagração de direitos humanos universais.

O ocidente sempre se pretendeu universal, possui um caráter expansionista, que encontra certamente sua fonte na própria religião cristã. Não se

---

<sup>38</sup> HORTA, *História do Estado de Direito*, cit., p. 27.

pode negar o caráter universalista do documento, que fica evidente logo em seu preâmbulo, que é decisivamente um reflexo dessa característica:

“Reconhecimento do direito à dignidade inerente dos iguais e inalienável de todos os membros da família humana é base da liberdade e paz no mundo.”<sup>39</sup>

Mais adiante também podemos citar o Pacto Internacional sobre Direitos Cívicos e Políticos, ratificado por exemplo pelo governo brasileiro, e que traz no primeiro parágrafo do artigo um do tratado:

“1. Todos os povos têm direito à autodeterminação. Em virtude desse direito, determinam livremente seu estatuto político e asseguram livremente seu desenvolvimento econômico, social e cultural.”<sup>40</sup>

Além desta, podemos citar a Declaração sobre o Direito ao desenvolvimento, que por sua vez deixa claro em seu texto, o direito ao desenvolvimento político como um dos pilares bases para o desenvolvimento humano.

“O direito ao desenvolvimento é um direito humano inalienável em virtude do qual toda pessoa humana e todos os povos estão habilitados a participar do **desenvolvimento econômico, social, cultural e político**, a ele contribuir e dele desfrutar, no qual todos os direitos humanos e liberdades fundamentais possam ser plenamente realizados.”<sup>41</sup>

Nesse sentido não se trata em menosprezar os avanços do documento, que buscou reafirmar, os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade defendidos na própria Revolução Francesa<sup>42</sup>, que também se propuseram universais. Porém é necessários a reflexão de que tais ideias são puramente reflexos da concepção ocidental do papel do homem e seu local no mundo. É relevante também estabelecer uma análise crítica de como os valores universalistas ocidentais acabam por se chocar exatamente com valores de outras civilizações.

Esclarece o ponto José Luiz Borges Horta, ao nos dizer um pouco mais sobre a história da cultura ocidental em sua *História do Estado de Direito*, e que nos

---

<sup>39</sup> ONU. Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948. Artigo XIX. Preâmbulo. Tradução livre de: ““Whereas recognition of the inherent dignity and of the equal and inalienable rights of all members of the human family is the foundation of freedom justice and peace in the world.”

<sup>40</sup> Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/d0592.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0592.htm)>

<sup>41</sup> ONU. Declaração sobre o Direito ao Direito ao Desenvolvimento, 4 de dezembro de 1986.

<sup>42</sup> HORTA, *História do Estado de Direito, cit.*, p. 246.

permite fazer inferências. É claro que Ocidente, como civilização ocidental, se propõe em sua condição expansionista cristã como elemento de pretensão universalista. De fato, tal movimento é experimentando nas maiores civilizações, onde a cultura como elemento definidor, se espraia, se expande, se converte em movimento de alargamento.

“Na verdade, o Ocidente nunca conseguiu não ser universalista. O grego estava pensando na essência universal das coisas, o romano queria produzir um Direito universal que pudesse ser aplicado a todos os povos, o cristão pensava em um valor universal, aliás *Kathólikos*. (A Igreja Católica proclama-se uma Igreja universal, voltada para todas as gentes).”<sup>43</sup>

A Declaração de 1948 é um avanço no tocante à identidade do homem ocidental, mas também pode ser lida como uma violência à autoafirmação cultural, na visão das demais civilizações, tornando muitas vezes o fato dos países serem signatários um mero artifício simbólico, uma vez que não se identificam, impossibilitando, culturalmente, a aplicação dos chamados direitos universais. José Luiz Borges Horta continua em seu raciocínio:

“Estamos diante de um dilema. Consagramos direitos que consideramos fundamentais. Outros povos, ou não acham que direitos sejam fundamentais, ou dão outros direitos como fundamentais. Como dizer a certos africanos que é certo a mulher ter os mesmos direitos que o homem? Como dizer aos chineses que é preciso haver propriedade privada? Como dizer aos russos que eles terão que tomar determinados valores como sendo deles? Esse é o desafio, a pergunta chave do século XXI e muito provavelmente do destino da humanidade.”<sup>44</sup>

Manter estas concepções em mente são relevantes para construir um conhecimento crítico sobre os muitos elementos que explicam a construção da atualidade, sem esquecer o passado. Mais além, conforme infere Eric Hobsbawn, entender o tempo presente é demorar-se na história, entender os desenrolamentos e os traumas do século passado, e suas consequências para a sociedade de hoje:

“A humanidade sobreviveu. Contudo, o grande edifício da civilização do século XX desmoronou nas chamas da guerra mundial, quando suas colunas ruíram. Não há como compreender o Breve Século XX sem ela. Ele foi marcado pela guerra. Viveu e pensou em termos de guerra mundial, mesmo quando os canhões se calavam e as bombas não explodiam. Sua história e, mais

<sup>43</sup> HORTA, *História do Estado de Direito*, cit, p. 246.

<sup>44</sup> HORTA, *História do Estado de Direito*, cit. p. 248.

especificamente, a história de sua era inicial de colapso e catástrofe devem começar com a da guerra mundial de 31 anos.”<sup>45</sup>

Nesse sentido, surgem autores, como Daniel Bell, que pregam não somente o fim das ideologias, movimento indispensável ao desenvolvimento político:

“No contexto de transformação da sociedade industrial para a sociedade pós-industrial, com a consolidação do fenômeno da chamada sociedade do conhecimento, o sociólogo norte-americano DANIEL BELL publica *O Fim da Ideologia* (BELL, 1960), proclamando — se bem que desde uma perspectiva conservadora — a desnecessidade do debate ideológico no novo marco social.”<sup>46</sup>

O caso de Fukuyama<sup>47</sup> é ainda mais extremo, uma vez que descreve e corrobora, pós queda do muro de Berlim (outro desdobramento direto da guerra e da submissão cultural de um povo), que não somente as ideologias estavam ultrapassadas, mas a própria história, que esta teria chegado ao seu fim, sem desdobramentos de maiores importância. Para o autor, a supremacia do capitalismo com a ascensão da unipotência norte americana, os EUA, frente à decadência soviética e seu modelo econômico, colocariam um fim a própria história. Materialistas como Karl Marx, continuam muitos presos para tentar construir uma concepção de mundo que desse espaço que permitisse entender a história além de puramente expressão da matéria, mas expressão do Espírito, como diria Hegel.

A prova de que Fukuyama estava enganado foi dada pelo tribunal da história. A história não acabou, na verdade se acelerou, em sua complexidade e potência. A história é como um ponto distante que sempre que tentamos alcançá-la se afasta com fôlego novo para nos surpreender.

A primeira década do século XXI representou para muitos um destoante movimento de efervescência política. As esquerdas ou pseudo-esquerdas vivenciavam uma onda favorável em diversos governos ao redor do globo, propondo uma renovação política de quadros, ideias e modelos. Vivenciamos fortemente a ascensão desses governos na América Latina, propriamente no Brasil de Lula, na Argentina dos

<sup>45</sup> HOBBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos*. O breve século XX – 1914-1991. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 30.

<sup>46</sup> HORTA; FREIRE; SIQUEIRA; *A ERA PÓS-IDEOLOGIAS E SUAS...* *loc cit.*, p. 122.

<sup>47</sup> FUKUYAMA, Francis. *O Fim da História e o Último Homem*. Trad. Aulyde S. Rodriguez. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

Kitchnen, no Chile de Bachele, na Bolívia de Morales, na Venezuela de Chaves, visto por muitos com a expressão da esquerda na região. Também Europa e os Estados Unidos da América do Norte passaram por movimento semelhantes, com exemplo maior de Barack Obama, o máximo experimentado pela conversadora USA.

Movimento de renovação esse capaz de gerar grandes esperanças para sociedade há muito maltratadas pelo achatamento promovido por um movimento neoliberal corrosivo vivenciado nos governos diretamente anteriores, no caso latino americano. Entretanto, falhamos em verificar a intensificação do processo que se desenrolava bem em frente a nossos olhos. A desideologização se intensificou e se acelerou, tomando de assalto todos os que, menos atentos, não perceberam o que aconteceria.

A gota populista em que se baseavam a maior parte destes governos não pode ser negada; o que não muito tardou, mostraram-se ideologicamente vazios e alinhados a uma doutrina “desenvolvimentista” capaz de transformar pessoas em consumidores em massa, mas pouco engajados em promover a formação de cidadãos participantes, perceptivos da situação política em que se inserem ou dispostos a participar ativamente em qualquer movimento de transformação dentro da política, pelo contrário, facilmente manipuláveis para os movimentos contra a política. Nesse sentido, é válido ressaltar que o populismo não é uma tendência nova ou meramente atual, é um movimento que se verifica há algumas décadas, que ganha espaço para se fortalecer nos bolsões de democracia, quando o vácuo de politicidade assim o permite:

“convém observar que se trata de um conceito com um dos mais altos graus de compartilhamento, plasticidade e solidificação, não apenas no espaço acadêmico da história e das ciências sociais, como transcendendo este espaço e marcando o que poderia ser chamado uma cultura política nacional. Ou seja, o exame da categoria exige o reconhecimento da ocorrência de seu deslizamento de uma retórica sociológica erudita para uma retórica política popular, presente nos meios de comunicação de massa e no senso comum da população.”<sup>48</sup>

Os elementos da despolitização já eram claros. Acreditava-se que a falta de informação era o maior problema das sociedades políticas em desenvolvimento,

---

<sup>48</sup> GOMES, Angela de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, Jorge. (Org) *O populismo e sua história*; Debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 20.

porém na realidade o estado *superinformativo* tecnológico que se desenvolveu foi responsável por provar o contrário: o movimento de desinformação é muito forte e real, promovendo um total desencontro entre a realidade, o fato, a verdade, gerando mais desengajamento que propriamente pluralização da informação.

George Orwell<sup>49</sup> é certamente um autor a frente de seu tempo, uma vez que previu com clarividência fatos que mais tardiamente iriam se concretizar na realidade de nossa sociedade. O livro, *1984*, descreve não somente o processo de domínio social, um escudo de controle total de seus cidadãos, uma era da pós verdade, da ressignificação das palavras, dos próprios fatos e da própria história. O chamado “Big Brother” que a todos assiste, a todos conhece e a todos dissuade, a substituição da política e da democracia. De fato, a implementação de igualitarismo de massa, dentro de uma sociedade, um crime para além do controle social total.

A democratização da internet, das redes sociais, da informação de um modo geral teve efeito contrário à promoção da participação política. A desinformação funcionou como uma arma de despolitização, uma vez que a superficialidade se converteu em uma opinião sobre aspectos da vida política sem embasamento no fato e sem levar a um engajamento reformista, mas puramente direcionado ao ódio ao político.

Os números referentes à participação da sociedade no processo democrático mais importante corroboram nossa linha de raciocínio, pois verifica-se uma queda consistente do engajamento dentro dos processos eleitorais. Seja no não voto, no chamado voto de protesto, o processo político eleitoral sofre um intenso esvaziamento de debate e participação. O engajamento político atual migra para uma polarização contínua, onde de modo permanente não se preza pela troca de ideias que possam construir posições conciliadoras, mas sim um real embate de posições rígidas e incapazes de ouvir ao outro.

Funcionam não somente como sinal de alerta, mas se convertem também em diagnóstico de um processo que se intensifica, de desesperança no próprio

---

<sup>49</sup> Sobre o tema, cf. ORWELL, George. *1984*. Trad. Heloisa Jahn e Alexandre Hubner. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

processo democrático. Os jovens são um termômetro para tal desenvolvimento uma vez que são os mais atingidos pela implementação de qualquer mudança política, uma vez que obviamente possuem mais tempo para experimentar tais desenrolamentos. Porém, os jovens ou estão avessos e despolitizados ou convertidos em verdadeiros promotores de políticas alternativas à política efetiva.

“Os jovens na Inglaterra estão menos propensos a participar das eleições que seus contemporâneos mais velhos. Num aparente resultado de diferença de abstenção entre gerações, Franklin (2004) conduziu uma análise extensiva internacional de tendências eleitorais e concluiu que idade, na Inglaterra, como em muitos outros países, é um elemento significativo para abstenção. Certamente, apenas 39% dos elegíveis para votar, entre 18-24, anos votou nas eleições gerais em 2001, caindo para cerca de 37% em 2005 (Comissão eleitora, 2005).”<sup>50</sup>

Parece que questões tratadas não se consolidam como de interesse dos jovens como por um desconhecimento generalizado sobre os impactos e, mais importante, em um movimento de desinteresse de se envolver e se engajar no processo de construção coletiva do político.

A tecnologia não representou um avanço rumo a universalização do conhecimento e da participação, mas sim se alinhou a um processo de massificação da alienação tanto quanto ao sistema, como quanto a realidade, deformando a esfera social em uma ameoba hiperconectada, globalizada em sua capacidade de acessar conteúdo em uma escala planetária, porém incapaz de encontrar a energia necessária para um engajamento local, despida de sua consciência como membro social e político atuante, muito distante de qualquer percepção do sentido de nação.

Byung-Chul Han adverte que os entes políticos pecaram e contribuíram para intensificar tal processo, propondo a ideia de que a política deixa de ser voltada para a construção social do político, a ideia do coletivo passa a ser disseminada como ultrapassada, com o avanço das tecnologias voltadas a comunicação em tempo real,

---

<sup>50</sup> HENN, Matt; FOARD, Nick. *Youth People, Political Participation and Trust in Britain*. London: Parliamentary Affairs, 2012, p. 48. Tradução livrede: “*Young people in Britain are even less likely to participate in elections than are their older contemporaries. In support of an apparent generational turnout gap, Franklin (2004) has conducted an extensive international analysis of electoral trends and concluded that age in Britain as in many other countries is a significant predictor of turnout. Certainly, only 39% of eligible 18 –24 year olds voted at the General Election in 2001, falling further to 37% in 2005 (Electoral Commission, 2005)*”.

com a internet na vanguarda. A individualização capitalista se intensifica na política; é a **psicopolítica**:

“El *Big Brother* benthamiano es invisible, pero omnipresente en la cabeza de los reclusos. Lo han interiorizado. En el panóptico digital nadie se siente realmente vigilado o amenazado. De ahí que el término «Estado vigilante» no sea apropiado para caracterizar al panóptico digital. En este uno se siente libre. Precisamente esta *libertad sentida*, que está ausente en el Estado vigilante de Orwell, es un problema.”<sup>51</sup>

O avanço tecnológico se constituiu em uma verdadeira prisão para o pensamento, em muito pouco auxiliando no advento de uma politização das massas, propriamente colaborando ao contrário, em uma mobilização contra o político e contra as instituições constituidoras do ambiente democrático propriamente dito. Não nos tornamos livres a partir da tecnologia, mas sim mais amáveis (ou melhor, avessos ao conflito), menos preparados, menos interessados, presenciando uma distopia tecnológica, um vazio do ser interno, alinhado a um tremendo e horripilante esvaziamento político.

Conforme alertara Orwell, e posteriormente Byung-Chul Han, a política passa a ser uma guerra por almas, não mais por corpos, podendo ser caracterizado pelo termo de guerra *Terra arrasada*.

É necessário, no entanto, tentarmos definir com mais clareza o processo de despolitização das massas (os motivos desse movimento serão melhor trabalhados no capítulo 3 desta dissertação) em contrapartida ao processo de desideologização. O processo de despolitização acontece correlato ao processo de desideologização, uma vez que a política em sua essência é um processo de construção cultural de visões de mundo, de propostas de transformação social da coletividade. A desideologização é a morte da política e a aceleração da própria despolitização. **Um ser sem ideologia é um vazio de intuição filosófica**, sem clareza crítica sobre seu pertencimento no mundo, uma confusão da alma que não é alimentada em sua necessidade mais básica, é o empobrecimento do espírito ao não realizar como ser político.

---

<sup>51</sup> HAN, *Psicopolítica, cit.*, p. 61.

Além desta problemática tecnológica, tão naturalizada em nosso tempo (porém muito fracamente problematizada em seus efeitos e consequências para nossa sociedade), é preciso destacar o panorama da sociedade do medo que se instala, pós ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, o maior atentado em solo norte-americano, convertendo-se em marco histórico do início da chamada guerra ao terror<sup>52</sup>. Nesse sentido destaca Patrick Reginaldo Nasser no prefácio do *A Origem do Estado Islâmico e o Fracasso da “guerra ao terror” e ascensão jihadista*, livro de Patrick Cockburn:

“Cockburn mostra como uma série de erros cometidos pelos Estados Unidos e seus aliados ocidentais criou as condições para o surgimento do ISIS. Em lugar, a invasão do Iraque em 2003 fez com que os sunitas fossem marginalizados. Em segundo lugar, o apoio ocidental aos insurgentes na Síria criou o cenário propício para tipo de combate implementado pelos ISIS. Assim conclui que a “Guerra ao terror” promovida pelos Estados Unidos foi um grande fracasso. Isso é verdade, desde que você acredite que realmente era esse o objetivo visado pelos políticos e agentes de segurança norte-americanos e britânicos.”<sup>53</sup>

Este é um marco relevante pois ajuda a espreiar uma percepção de que os pontos negativos da globalização como fenômeno se encontravam mais próximos das sociedades ocidentais do que está gostariam. Este movimento no mapa geopolítico é fundamental para entender a aceleração do próprio estranhamento tão típico deste século, experimentado certamente nos outros momentos dos encontros geográficos civilizacionais<sup>54</sup>, mas com um caráter expansionista e com capacidade de destruição nunca antes vista.

---

<sup>52</sup> A justificativa para a chamada “guerra ao terror” se mostraram demasiada obscuras e frágeis, lançaram a sociedade ocidental em uma cruzada pela restituição de sua maculada honra. Uma vez que as armas atômicas supostamente em poder de extremistas islâmicos nunca foram encontradas, não é hora de nos questionarmos se o conflito não é uma resposta direita também a um choque civilizacional entre o ocidente e a civilizações islâmicas? Nesse sentido, os ataques funcionam bem como justificativa a um movimento que nos parece ser mais complexo que apenas este.

<sup>53</sup> COCKBURN, Patrick. *A Origem do Estado Islâmico e o Fracasso da “guerra ao terror” e a ascensão jihadista*. Trad. Antônio Martins. São Paulo: Autonomia Literária, 2015, p. 18.

<sup>54</sup> As cruzadas entre os séculos XI e XIII são alguns dos exemplos típicos entre civilizações diferentes nas bordas civilizacionais, termo empregado por Samuel Huntington. As bordas são os limites entre as civilizações e, segundo o autor, historicamente são os pontos em que as guerras estariam mais propícias a se desenvolverem. Vale ressaltar que a ideia de civilização se baseia no conteúdo cultural, ganhando novos agravantes na religião desempenhada em qualquer civilização. Huntington descreve outros exemplos mais modernos, como é o caso entre o choque nas bordas entre a civilização europeia e a civilização mulçumana, novamente demonstrando o caráter cultural e religioso em tais conflitos.

A era do medo que se instala, essa aversão ao estrangeiro, com níveis crescentes de xenofobia, é também parte da problemática, uma vez que alguns políticos se utilizariam da retórica para nadar no vazio ideológico e na desinformação, de forma a constituir apoio político. A globalização diminui distâncias e nos aproximou, mas aparentemente ela nos trouxe perto demais.

Nesse sentido, destaca brilhantemente Demétrio Magnoli que o caráter da guerra é puramente cultural:

“Na tradição europeia, a guerra não é um desvio patológico, e sim uma etapa do fluxo incessante das relações internacionais. Essa visão, realista e cínica, forjada na geografia das rivalidades dinásticas e das disputas por territórios, não exclui o horror diante do sofrimento. Mas ela opera na moldura filosófica construída por Maquiavel, que separa a moral política da moral comum. Guerra é história. Guerra é cultura.”<sup>55</sup>

As chamadas guerras culturais, que são frutos do caráter expansionista das civilizações, amparados na própria religião, são inegavelmente aceleradas no tocante à globalização, na tentativa de planificação das sociedades no que se refere a seus valores, na imposição de uma universalização cultural, religiosa e de costumes, que surge como a conceituação problemática deste tempo.

O debate entre universalistas e relativistas (culturalistas) é intenso, uma vez que as duas linhas de pensamento decorrem diretamente sobre a lupa de análise que será utilizada para ler a história e seus desdobramentos.

Para frisarmos essa ideia, novamente, nos utilizamos de Huntington, que cita em seu *O choque de Civilizações*, fato interessantíssimo sobre a ideia da universalidade da democracia. Para nós, homens políticos ocidentais, não nos resta dúvidas sobre o caráter superior da democracia, local único onde se realiza o debate de ideias como instrumento da pluralidade, da diversidade, do diferente. Mas Huntington demonstra que as ideias de democracia são amplamente exportadas como elementos da visão ocidental, que não se assentam ou são aceitos em outras partes do globo da maneira como se difundem no ocidente. Nesse sentido:

“Com poucas exceções, como as que condenam o Iraque, as resoluções sobre os direitos humanos foram quase sempre

---

<sup>55</sup> MAGNOLI, Demétrio. (Org) *História das Guerras*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 11.

derrotadas nas votações nas Nações Unidas. Afora alguns países latino-americanos, os demais governos relutam em aderir a esforços pela promoção do que muitos viam como ‘imperialismo dos direitos humanos’.”<sup>56</sup>

O universalismo de nosso tempo é um debate que tem de ser travado neste momento de ampliação da despolitização geral das democracias, por que este se constitui em um dos sintomas herdados atualmente provenientes do século XX, é um resultado direto do estranhamento cultural, intensificado pela globalização (falaremos mais intensamente sobre globalização no capítulo 3). Aliado mais do que nunca a um globalismo<sup>57</sup>, que planeja uma padronização fumegante, que lhe permita a implantação mais eficiente de um capitalismo hegemônico, não somente como sistema econômico vigente, mas como projeto mental de controle social.

A política neste contexto não tem utilidade, na verdade é anacrônicos para o cenário que se planeja instaurar. A velocidade das decisões políticas, seu ambiente de pluralidade de visões, de percepções, de proposição se converte no ambiente exposto aqui em um entrave a própria consolidação de um viés econômico majoritário, único e planetário. Nesse sentido, o ambiente amplifica o estranhamento e os choques culturais, corroborando a ideia de um esvaziamento não meramente cultural, mas espiritual das nações, quanto à sua história e seu propósito.

Nesse contexto se amplifica a ideia de apropriação cultural, como resultado do vazio ideológico e histórico cultural. Na ânsia de nos reencontrarmos com nossa essência, passamos a defender cada vez mais a divisão, segregação que promove algum tipo de arma de defesa, não somente contra o diferente, mas contra o sentimento de roubo de nossa própria cultura.

O caminho que se apresenta é assombroso. Não só se efetiva a planificação das sociedades em nível planetário, como se intensifica o identitarismo e segregação social de grupo, convertendo a ideia de político à sarjeta, e consequentemente junto a este o desenvolvimento social. A promoção do coletivo,

---

<sup>56</sup> HUNTINGTON, *O Choque de Civilizações, cit.*, p. 242.

<sup>57</sup> Por globalismo estamos considerando sua imposição como ideologia política que deve ser incentivado irrestritamente, desconsiderando as características culturais dos povos.

da pluralidade e da externalização da coletividade não pode e não dever ser reduzida meramente a uma arma de luta de “*nó contra eles*”.

Pouco a pouco se corroí as bases de defesa do Estado: a próprio essência política e a defesa do político. Se apresenta o plano de destruição da instituição nacional do Estado, esvaziado de sua participação e sua politicidade, buscando diminuí-lo até o mínimo, evoluído ao patamar de uma empresa privada, destituído de pessoas, projetos e ambições, administrado na busca plena por eficiência, por resultados financeiros acima do bem-estar social inverte-se a ordem de prioridade, de objetivos: **juros em vez de pessoas**.

## 2.2. De Weimar à Constituição de 1988

No ano de 2019 comemoramos o 100º aniversário da *Constituição de Weimar*, de 1919, farol maior no reconhecimento de direitos sociais básicos, mas também molde para o que mais adiante viria a ser denominado *Estado de Bem-Estar Social*. O momento também é igualmente marcante pois nos deparamos com um culminar de inflexão emblemático e caótico: o ano é 2019 e o movimento é contrário àquele vivido no incipiente nascimento do texto alemão - vivemos o desmonte programado do *direito* ao direito social.<sup>58</sup>

O movimento visando à retirada de direitos sociais não é novo, uma vez que uma leitura elementar da história facilmente mostra ondas de liberalismo e neoliberalismo incansavelmente louvando a necessidade do fim dos direitos e, mais além, do fim do próprio Estado.

Os ventos do *neoliberalismo* e do seu “Estado” sem direitos sopram fortes, buscando trazer uma falsa boa nova, disfarçando o projeto de um Estado semianárquico (ou totalmente anárquico) e economicista como Estado pós-moderno, a evolução ou futuro do “Estado”. Os direitos fundamentais representam a essência dos Estados democráticos, consolidados nas figuras dos Estados de Direito. As

---

<sup>58</sup> Nessa direção, os excepcionais ensaios coligidos em BERCOVICI, Gilveto. (ORG) *Cem anos da Constituição de Weimar*. São Paulo: Quartier Latin, 2020.

perguntas que pairam nebulosas são: há direito fora do Estado e é possível que haja Estado sem direitos?

Yascha Mounk descreve constrói sua articulação sobre a relação entre o liberalismo e o próprio Estado tentando fazer uma composição sobre equilíbrio. O que é válido em seu argumento, é dizer que, quando o liberalismo eclipsa o Estado, muito rapidamente vemos o sistema se desmontar em uma tirania.

“liberalismo e democracia, há muito pensamos, tem um papel de coexistência. Não é que apenas nos preocupemos com a vontade popular e o *rule of law*, ambos referem-se a deixar as pessoas decidirem e protegerem direitos individuais. Cada componente do nosso sistema se completa pra proteger um ao outro.”<sup>59</sup>

E vai adiante adicionando:

“o fato que o sistema atual precisa de ambos elementos para prosperar não significa que um sistema que possua ambos será estável. Pelo contrário, a dependência mútua entre liberalismo e democracia mostra quão rapidamente a disfunção em um aspecto pode gerar uma disfunção de outro. E uma democracia sem direitos sempre corre o risco de se degenerar no que os *Founding Fathers* mais temiam: uma tirania da maioria.”<sup>60</sup>

Ora, não vemos aqui o exatamente a ideia de que a maioria, subjugada por um discurso, enganada, acaba por se converter em uma poderosa força de manobra, advogando contra seus próprios interesses, por ignorância.

E por que motivos olhamos agora para a Constituição de Weimar, nesse momento de crescente tensão e apreensão sobre o futuro não somente do Estado de direito como entidade política factível, mas também dos próprios direitos conquistado no tocante deste? A constituição imperante durante esse período representou um avanço sem igual no tocante a construção de direitos sociais dentro dos Estados nacionais. Nesse momento é criada uma premissa de projeto de não somente ação

---

<sup>59</sup> MOUNK, Yascha. *The People vs. Democracy*. Why Our Freedom Is in Danger and How to Save it. Massachusetts: Harvard University Press, 2018, p. 6. Tradução livre de: “*Liberalism and democracy, we have long thought, make a cohesive whole. It is not just that we care both about the popular will and the rule of law, both about letting the people decide and protecting individual rights. It’s that each component of our political system seems necessary to protect the other.*”

<sup>60</sup> MOUNK, *The People vs. Democracy*, cit., p. 67. Tradução livre: “*the fact that a working system needs both elements to thrive does not mean that a system that has both will necessarily be stable. On the contrary, the mutual dependence of liberalism and democracy shows just how quickly dysfunction in one aspect of our politics can breed dysfunction in another. And so democracy without rights always runs the danger of degenerating into the thing the Founding Fathers most feared: the tyranny of the majority.*”

criadora de direitos, mas também instrumento de tutelar e defesa destes pelo aparato estatal.

“Weimar nos alerta sobre as condições nas quais a Democracia pode florescer. Pode ser difícil pensar em mais circunstâncias mais inóspitas para a fundação e florescimento da Democracia que aquelas da Alemanha pós 1º Guerra Mundial. Os encargos da guerra perdida, revolução e guerra civil, crise econômica – mesmo em uma sociedade com uma cultura democrática bem enraizada, tais condições poderiam colocar convicções e práticas democráticas sobre estresse. O povo deseja segurança – proteção de suas vidas e de seus bens econômicos. Quando a democracia não pode prover estes requerimentos básicos, até mesmo os melhores democratas podem afastar-se disto e olhar para soluções mais autoritárias.”<sup>61</sup>

Conforme destaca Eric Weitz em seu livro sobre o ambiente político e social, momento que ocasionou a possibilidade do sonho da República de Weimar, tal Constituição valeu por sair em busca de aparato nos resultados de avanços observados por revoluções ao redor do globo (Revolução Francesa e Americana, por exemplo), mesmo em um contexto que não era propício para tal. O avanço da Constituição de Weimar jaz no fato de ter consagrado direitos políticos e sociais para seus cidadãos de uma maneira que não havia sido observada em outra carta constitucional anteriormente, além da criação de um rede de suporte do Estado para com seus entes, mais tarde consolidado no chamado Estado de Bem-estar Social.

Já hoje não apenas tentam suprimir os direitos; também se criou uma máquina bem engendrada de propaganda disseminando a falaciosa modernidade de uma sociedade eficiente, *auto-gerenciável*, enxuta de pessoas, de valores e do próprio Estado.<sup>62</sup> É a busca pela *precificação* de mercado de tudo e de todos, onde os direitos adquiridos são caros demais para serem mantidos, onde a mão do mercado e o econômico substituem o político.

---

<sup>61</sup> WEITZ, Eric D., *Weimar Germany; Promise and Tragedy*. New Jersey: Princeton University Press, 2018, p. 366. Tradução livre de: “*Weimar cautions us about the conditions in which democracy can flourish. It would be hard to think of more inauspicious circumstances for the founding and flowering of a democracy than those of post- World War I Germany. The burdens of the lost war, revolution and civil war, economic crisis—even in a society with a well-rooted democratic culture, such conditions would put democratic convictions and democratic practices to hard tests. People desire security— protection of their very lives and of their economic well-being. When a democratic system cannot provide those basic requirements, even the best democrats may edge away from it and look to more authoritarian solutions.*”

<sup>62</sup> Sobre o tema, cf. SALGADO, Joaquim Carlos. O Estado Ético e o Estado Poiético. *Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais*, Belo Horizonte, Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, v. 27, n. 2, p. 37–68, abr. jun. 1998.

Os direitos fundamentais, aqueles que, garantidos no tocante ao ordenamento jurídico da Constituição Federal, buscam, para além de uma planificação, garantias básicas individuais, sociais e políticas, promovendo a seus concidadãos uma proposta de igualdade e efetividade de amparo estatal. São os responsáveis por igualar em suas capacidades os entes políticos de um país, na condição de cidadãos.

O desmonte do Estado de Direito pressupõe uma lapidação do próprio direito, em sua essência, como direito adquirido. No caso brasileiro, é impossível não tocar na ferida aberta da desfiguração da Constituição de 1988, recortada com mais de 100 (cem) emendas constitucionais desde sua criação, ao longo das últimas três décadas. Esse processo não só efetivamente desvirtuou a Constituição de seu objetivo fundamental inicial, mas também marcadamente abre um vácuo ideológico que permite sequestrá-la para uma agenda nefasta e totalmente neoliberal, contrária aos ideais primeiros de seus idealizadores.

José Luiz Borges Horta nos ensina sobre o desenvolvimento das vertentes do Estado social, constituído na figura do Estado de Direito moderno, que se diversifica e, por consequência, também se molda as ideologias que a promovem em contextos que se apresentem.

“O Estado Social traria novas conquistas e uma preocupação permanente em fazer do Estado agente do desenvolvimento social. É criado o chamado *welfare state*, o Estado de Bem-Estar social do mundo europeu, que se expande a extremos (e portanto se corrompe) na versão autoritária do estado paternalista e na versão autocrática do Estado socialista, expressões estatais que vão se consolidar de modo visível no mundo ocidental.”<sup>63</sup>

E conclui ainda por adicionar que o Estado de Direito, com o expressão cultural máxima da civilização ocidental, reflete as tendências expansionistas tão típicas desta, uma vez que para além de garantir os direitos de primeira e segunda ordem (individuais/políticos e sociais, respectivamente), propõe-se um transmissor da própria cultura, ao advertir sobre a necessidade de direitos assegurados a toda a humanidade. Mais além, acrescenta:

---

<sup>63</sup> HORTA, José Luiz Borges. *Direito Constitucional da Educação*. Belo Horizonte: Decálogo, 2007, p. 16.

“O Estado de Direito surge, assim, não apenas com a perspectiva de internacionalização das conquistas, mas também com o compromisso de permitir ao cidadão participar, cada vez mais, das conquistas da vida em sociedade, tornadas o cerne da cidadania.”<sup>64</sup>

O Estado de Direito, conforme ensina José Luiz Borges Horta, se constitui alvo de ataques exatamente por seu caráter de forma máxima da expressão do direito no tocante à sua aplicação, à sua proteção e à sua pluralidade, constituindo-se em castelo protetor que deve ser destruído para permitir o advento de uma concepção nova de Estado, uma concepção onde o direito não mais goza de sua condição salvaguardada pela constituição.

“Veja-se que o Estado de Direito não somente estabelece um fim ético, como constrói um método para atingi-lo. O Direito, bem como toda a técnica jurídica, constitui o caminho mais adequado para a consecução do ideal ético consubstanciado no Estado de Direito.”<sup>65</sup>

E não vivenciamos agora a tomada desse vácuo ideológico por uma agenda policial-jurídica, onde o político e o Estado, julgados ineficientes em trazer respostas, cedem pouco a pouco lugar às pressões por um judiciário e uma polícia federal atuantes, mesmo que ilegalmente?

Nesse sentido, José Luiz Borges Horta, em seu texto *Urgência e emergência do constitucionalismo estratégico*<sup>66</sup>, destaca a latente necessidade de uma reconstitucionalização brasileira, retomando novamente os ideais de outrora, uma constituição que crie, aplique e garanta os direitos sociais e políticos, que defenda a dignidade política e consolide o país como projeto de nação forte. O texto, de 2007, também já nos alertava sobre a tragédia política semeada durante o século XX que resultaria no projeto desideologizante vivenciado no século XXI:

"No início do século XX, período que a cultura ocidental seria marcada por experiências políticas de expressiva radicalização (fortalecimento dos movimentos socialistas, surgimento de correntes anarquistas, Revolução Bolchevique, esfacelamento dos impérios da Europa central e até mesmo no nosso Brasil, movimento modernizantes tais como o tenentismo de 18 do Forte de Copacabana, o modernismo da Semana de Arte paulista de 1922,

<sup>64</sup> HORTA, *Direito Constitucional da Educação, loc cit.*, p.16.

<sup>65</sup> HORTA, *História do Estado de Direito, cit.*, p. 37.

<sup>66</sup> Sobre o tema, cf. HORTA, José Luiz Borges. *Urgência e Emergência do Constitucionalismo Estratégico. Revista Brasileira de Estudos Constitucionais: RBEC*, São Paulo: Instituto Brasileiro de Estudos constitucionais, v. 6, n. 23, p. 783–806, jul. set. 2012.

a Coluna Prestes), a razão constitucional exigiu um novo compromisso no âmbito do Estado de Direito, no universo de um constitucionalismo social.”<sup>67</sup>

A reconstitucionalização proposta por José Luiz Borges Horta mira o Estado mas se baseia na necessidade de uma reconstrução da cultura política nacional, intensificando o movimento de politização, participação coletiva e pluralidade no âmbito do parlamento nacional, local onde a democracia se efetiva como vontade popular e amparada no coletivo de uma nação efetiva, forte e potente em seu projeto de construção.

O assalto à Constituição brasileira é apenas um dos exemplos desse movimento de fortalecimento neoliberal vivenciado nas mais consolidadas democracias globais. A lapidação dos direitos básicos, visando uma agenda econômica frente ao social, desmonta primeiramente os direitos sociais e políticos, e mediatamente representa um cerceamento das liberdades individuais, um ataque a própria coletividade e essência democrática.

A mais nova empreitada é expurgar o político em todas as suas múltiplas facetas da sociedade (para isto, até mesmo os agentes públicos de que se espera a mais rigorosa e imparcial conduta são flagrados conspirando abertamente contra a política, a lei, o direito e o Estado – ou, como certos futuros detentos preferem, “obstruindo” a justiça.). A política é componente simbiótico da vida em sociedade, é responsável por fazer correr o sangue da vida social, mas é agora açoitada em praça pública e diagnosticada como doença final a ser combatida pelos inimigos do Estado de Direito.

Joaquim Carlos Salgado já advertia sobre o advento do Estado Poiético, no brilhante texto “*Estado Ético e Estado poiético*”, um Estado desviado de sua eticidade, um Estado desvirtuado de sua politicidade, desvirtuado como projeto de nação, sequestrado por um viés economicista e financeiro, onde ao social resta brigar por migalhas, pelas sobras, um verdadeiro escárnio à democracia. Para o autor, vivemos um embate entre o *Estado ético*, projeto de efetivação da ética da evolução do homem ocidental, baseados na democracia como instrumento de construção coletiva, frente

---

<sup>67</sup> Horta, Urgência e Emergência do Constitucionalismo Estratégico, *op cit.*, p. 785.

ao presente Estado neoliberal, *Estado poiético*, distopia democrática de subversão do projeto do Estado, sequestrado em sua essência por uma estrutura meramente economicista, pautado pela eficiente econômica de um viés capitalista, dissociado com o plano originário que instituíra não só no tocante à Constituição nacional, mas à própria ideia da fundação do ideário do próprio Estado de Direito.

“No séc. XVII, surge o conceito de Estado Técnico, com Maquiavel: o poder pelo poder. O poder é considerado como poder em si mesmo e não ‘poder para’. A justificação do poder é a técnica para alcançá-lo e preservá-lo (o princípio de inércia do poder). O que justifica o poder é ele mesmo, na medida em que o que importa é desenvolver técnicas para alcançá-lo e mantê-lo. Maquiavel rompe com o conceito de Estado Ético, cuja finalidade era realizar a felicidade das pessoas. O poder político não tem de buscar sua justificação fora dele. Justifica-se em si e por si mesmo. A questão não é buscar a justificação do Estado, quer pela sua origem, quer pela sua finalidade. O poder justifica-se internamente pelo próprio mecanismo da sua conquista e do seu exercício. Poder é a ‘aptidão’ para agregar, em um determinado momento histórico, ‘as forças e os meios adequados a conservação e objetivos historicamente propostos’. É o que Maquiavel designa como *virtù*, a capacidade de obtê-lo e mantê-lo por meios adequados. Eis como se justifica o poder.”<sup>68</sup>

O *Estado poiético* de Salgado é a representação pura de um estado autocrático, tecnicista, economicista, representação maior do sequestro do político por pautas outras do que a própria promoção do político e da resolução dos problemas na vida pública. Distopia política essa que se confunde e se assemelha em muito com os paradigmas políticos instituídos e naturalizados pelo tempo presente, a um Estado que se diminui a uma pauta puramente econômica, onde taxas de crescimento, de juros, de desemprego, de investimento acabam por substituir em sua totalidade a humanidade das decisões políticas, subvertido o Estado a um viés econômico eterno, com impactos diretos na esfera social.

Nesse sentido é imperativo voltarmos a Hegel, com qual Joaquim Carlos Salgado, discípulo do renomado autor alemão, debate intimamente. O sistema hegeliano tem em seu núcleo a ideia da criação de um sistema político, amparado na subjetividade do direito, isto é, o direito como *eticidade*. Conforme defendida tão intensamente em seu texto e seus postulados por Salgado, efetivamente diz respeito a construção do ordenamento jurídico com pilar na subjetividade do direito, isto é, que

---

<sup>68</sup> SALGADO, O Estado Ético e o Estado Poiético. *op cit*, p6.

resgarde o direito como elemento de coerção, equilíbrio e efetivo ético social, que seja instrumento de referência da concepção e efetivação da constituição de um Estado ético. Nesse sentido Jean-Louis Vieillard-Baron, acerca do pensamento político hegeliano, introduz a ideia do paradoxo do pensamento Hegeliano, entre um direito objetivo ou subjetivo, diretamente relacionando a concepção do direito como instrumento da construção ética.

“A necessidade lógica superior que conduz o direito abstrato a culminar na injustiça, enorme paradoxo do qual Hegel está perfeitamente consciente, e que enfatiza a tragédia do direito reduzido à realidade abstrata do conceito.”<sup>69</sup>

O direito é uma expressão da política, fazendo-se uma experiência válida de leitura de uma sociedade, sua interpretação pelo seu ordenamento jurídico, dizendo muito, inclusive, sobre a sua origem cultural e religiosa.<sup>70</sup>

No pensamento político de Hegel, fica claro, a construção política não se desenvolve a partir do sujeito, pois em Hegel, o encontro dos sujeitos só se efetiva na coletividade, somente nesse momento coletivo é que o sujeito (movimento propriamente dialético) consegue promover alguém entendimento, alguma adição à sua própria compreensão do seu pertencimento e identificação. Hegel é o auge do próprio político, ao propor que o indivíduo é apenas uma parcela da construção do próprio ser, mas não seu ponto final. Cabe aos governantes, em Hegel, a construção de um debate que não negue a participação do sujeito, que escute suas demandas, mesmo que em momento de extrema indignação e total insensatez, mas que para além disso, traga tal indivíduo a participar da coletividade, em vez de excluí-lo, permitindo que o sujeito supere sua pseudo condição de entidade sujeito e possa comungar da política como coletivização.

“Na sociedade civil, a tragédia não deve ter um lugar grande, pois é o sistema de necessidades e o local de negociação. Contudo,

---

<sup>69</sup>VIEILLAR-BARON, Jean-Louis. *Hegel Penseur du politique*. Paris: Éditions du Félin, 2016, p. 50. Tradução livre de original: “*la nécessité logique supérieure qui conduit le droit abstrait à culminer dans l’injustice, énorme paradoxe dont Hegel a parfaitement conscience, et qui souligne la tragédie du droit réduit à la réalité abstraite du concept*”

<sup>70</sup> Nesse sentido, vale observar que o ordenamento jurídico brasileiro novamente é uma herança clara do ordenamento jurídico romano, demonstrando mais uma vez que comungamos de uma mesma matriz civilizacional, ou seja, cultural e religiosa da civilização ocidental. Desta forma, podemos afirmar, que nos aproximamos mais intimamente, culturalmente, da Itália que dos Estados Unidos da América, para citar dois exemplos.

podemos identificar primeiro os seguintes trágicos locais, a estrutura geral da realidade moral perdida em seus extremos.”<sup>71</sup>

A sociedade civil, como ente institucional, deve ter seu espaço como construção de politização, de reunião e engajamento, mas nunca como núcleo político fechado e finalizado em si mesmo, descolado do sistema político tradicional, constituindo-se em um verdadeiro motor de despolitização quando se envereda por este caminho, potencializando ideias como individualismo de ação e construção de grupo, porém não social.

Nesse sentido a construção do sentimento de necessidade das instituições, na linha de pensamento político de Hegel, poderia melhor e mais claramente ser esclarecida uma vez que o sujeito se perceba como parte efetiva daquele sistema e não como parte excluída (individualmente ou constituído como sociedade civil ou similar) seja de voz, de potência ou até mesmo como parte efetiva da construção coletiva do próprio sistema político que pertence. Vinculado a esse sentimento de não pertencimento, vemos aflorar algumas respostas para o momento vivido e também para o norte que se apresenta como possibilidade, mas não como futuro, isto é, a construção como imposição e a construção como movimento ético de construção coletiva.

Ora, não é por menos que neste momento de agonias, tensão e luta que nos encontramos, olhemos esperançosos para a *Constituição de Weimar*, luminosa em sua tarefa ao nos mostrar que os estadistas de outrora nos armaram fortemente para fazer frente ao campo de batalha.

No âmbito da necessidade de uma nova reconstitucionalização do país, é notório também a urgência de uma repolitização, alinhadas na promoção de uma cultura política, que demonstre a necessidade do político e garanta o *direito ao político*.

Os tempos de instabilidades políticos que sacodem as instituições democráticas brasileiras desde o começo da década passada podem ser observadas, em certa medida, em várias outras democracias. São sintomas de que o processo de

---

<sup>71</sup> VIEILLAR-BARON, *Hegel Penseur du politique. Cit.*, p. 52. Tradução livre de original: “Dans la société civile, le tragique ne devrait pas avoir une grande place, puisque'elle est le système des besoins et le lieu de la négociation. Cependant, on peut y repérer les lieux tragiques suivants d'abord, la structure générale de la réalité morale perdue en ses extrêmes.”

desmonte do Estado e a substituição do político desestabilizaram a própria democracia. São também, no caso brasileiro, responsáveis por um chamado a uma mudança do próprio sistema político, uma evolução rumo a uma real representação política no âmbito do parlamento, fortalecido em sua condição de representante político maior da sociedade brasileira, dotados da capacidade de combater as pseudo ideologias políticas disfarçadas que tentam subverter e destruir o Estado com suas agendas de poder.

O neoliberalismo de Margaret Thatcher ficou marcado na história como um dos ciclos de crescente subversão da política a uma doutrina puramente econômica, baseada na doutrina neoliberal, agenda essa caracterizada pela proposição de um Estado mínimo, destituindo de espírito público, solidariedade entre os cidadãos e consciência de comunidade. É certamente um experimento de maior impacto na história recente, pois para além da aplicação efetiva do termo na vida prática pública em um Estado ocidental, funcionou com uma guerra panfletária sobre o avanço do Estado. É o avanço do *Estado poietico*, podemos assim pontuar. Nesse sentido descreve David Harley:

“Embora houvesse muitos elementos a partir dos quais construir consenso para uma virada neoliberal, o fenômeno Thatcher não teria surgido, e muito menos vencido, não fosse a séria crise de acumulação do capital durante os anos 1970. A estagnação prejudicava a todos, e em 1975 a inflação disparou para 26% e o desemprego chegou a 1 milhão de pessoas. As indústrias nacionalizadas drenavam recursos do Tesouro, ensejando um confronto entre o Estado e os sindicatos.”<sup>72</sup>

Desta maneira, na conjuntura da ampliação do golpe neoliberal de Thatcher na Inglaterra, patrocinada intelectualmente por Ronald Reagan nos Estados Unidos da América, fica evidente a necessidade de um choque econômico que subverta a massa para permitir a aplicação de uma doutrina de diminuição de direitos, de Estados, da aplicação de uma República de Weimar às avessas. No caso inglês, a trajetória de uma história de crise, de economia estacionada e, mais além, a derradeira falácia de que a única solução possível se encontrava na própria economia, alinhada a subtração de direitos.

---

<sup>72</sup> HARLEY, David. *O Neoliberalismo; Histórias e implicações*. Trad. Adail Sobral. São Paulo: Loyola, 2005, p. 57.

É o que Naomi Klein chamou tão brilhantemente de ‘*A Doutrina do Choque*’, na qual, em livro homônimo, busca entender o completo jogo mental que se desenvolve em uma população, membro de uma sociedade, que em um complexo de *síndrome de Estocolmo*<sup>73</sup>, é levado a optar, em um momento de decisão tenso e crítico, pelo que menos lhe favorece, a decisão que desafiaria qualquer lógica, mesmo que considerada no âmbito pessoal e individual, e não coletivamente. A ideia é certamente desprover o cidadão de qualquer proteção, induzi-lo ao estado mental crítico, onde a ação pela ação torna-se responsável pela própria sobrevivência. Analogamente, podemos comparar o cidadão a um prisioneiro sendo torturado; a doutrina do choque se coloca:

“O objetivo deste estágio de ‘amaciamento’ é provocar um tipo de furacão mental: prisioneiros estão tão arrependidos e amedrontados que eles não mais podem pensar racionalmente ou proteger seus próprios interesses. É neste estágio do choque que a maioria dos prisioneiros entrega a seus interrogadores o que quer que eles queiram – informação, confissões, uma renúncia de suas crenças prévias.”<sup>74</sup>

A autora vai adiante, explicando o processo mental que se desenrola no contexto de aplicação de uma forte tensão social, típico momento onde o econômico se sobrepõe aos demais temas. Logo, o direito como direito adquirido começa a ser suspenso pela narrativa econômica pura, este sendo inflado em importância e relevância:

“A doutrina do choque mimetiza este processo precisamente, tentando alcançar em uma escala massiva o que a tortura faz de um a um em uma cela de interrogatório. O exemplo mais claro da aplicação é o 11 de Setembro, no qual, para milhares de pessoas, explodiu o “mundo que é familiar” e abriu-se um período de desorientação pela morte e retrocesso que o governo Bush aproveitou com esperteza.”<sup>75</sup>

---

<sup>73</sup> A síndrome de Estocolmo é um termo psiquiátrico/médico utilizado para representar a situação em que a vítima de algum tipo de violência começa a desenvolver simpatia ou até mesmo amor pelo agressor.

<sup>74</sup> KLEIN, Naomi. *The Shock Doctrine*; The rise of disaster capitalism. New York: Metropolitan Books, 2007, p. 16. Tradução livre do original: “The goal of this “softening-up” stage is to provoke a kind of hurricane in the mind: prisoners are so regressed and afraid that they can no longer think rationally or protect their own interests. It is in that state of shock that most prisoners give their interrogators whatever they want – information, confessions, a renunciation of former beliefs.”

<sup>75</sup> KLEIN, *The Shock Doctrine*, loc. cit. Tradução livre de: “The shock doctrine mimics this process precisely, attempting to achieve on a mass scale what torture does one on one in the interrogation cell. The clearest example was the shock of September 11, which, for millions of people, exploded “the world that is familiar” and opened up a period of dead disorientation and regression that the Bush administration expertly exploited.”

No tocante a este cenário de terra arrasada, que permita a aplicação de um processo de destruição gradual da perspectiva (uma real aplicação da “doutrina do choque”), mas não da construção de um Estado forte, dotado de projeto de nação, mas também responsável por pregar a necessidade de uma eminente substituição, uma evolução a um estado economicista, supostamente aberto, mas somente no tocante a um liberalismo econômico e financeiro, é que se faz necessário, mais do que nunca a construção política de combate a este cenário que se coloca com proposta única, proposta majoritária de construção de um coletivo destrutivo e individualista.

A necessidade de líderes fortes, ideologicamente pautados no projeto que buscam edificar dentro do Estado, com o Estado e para o Estado, é a perspectiva que deveria guiar não somente a criação de quadros, mas também a consolidação dos quadros políticos que realmente se apresentem como políticos, entendem e defendem os papéis que desempenham dentro e fora do parlamento.

Muito tem-se falado ultimamente sobre o surgimento de uma “nova política”, partidos tingidos de “novo”, propondo a política sem ideologia, mas que realmente se utilizam de disfarces para a consolidação do discurso individualista, empreendedorista, capitalista do eu por eu mesmo, meritocracia que supostamente te permite escalar montanhas carregando pedras. Escondem sua ideologia por que ser fortemente ideologizado nos dias de hoje não mais se converte em apoio político, não no cenário comum, mas colhem apoios paralelos quando vendem mentiras.

Novamente é o caso de nos prendermos a história recente de nosso Brasil, pois não muito distante fomos invadidos pelo sonho de uma esquerda socialista com o advento dos governos Lula e Dilma, em que além de tímidas que foram as medidas nesse sentido, também foi observado um ambiente de aplicação de uma doutrina puramente neoliberal, com privatizações da coisa pública (rebatizadas de concessões) e reformas com a da previdência, do ano de 2003, desmonstrando que a retirada de direitos sociais, no âmbito da Constituição de 1988, continuou durante tais governos. Não negamos os avanços sociais alcançados por este governo, mas não podemos nos deixar guiar por uma ótica que expurga um governo de seus atos.

É nesse sentido que José Luiz Borges Horta introduz a necessidade de retomada de um processo de redemocratização, no caso brasileiro passando pela reconstitucionalização no âmbito da necessidade de um novo pacto federativo no tocante do resgate constitucional, não somente no que se refere ao social, mas também com perspectiva cultural de resgate do ser político, que é cultural:

“Também no universo da constituição social exige-se um repensar estratégico. Não se trata simplesmente de repensar a estrutura constitucional dos direitos sociais à luz das significativas alterações representados pela reconfiguração do papel do Brasil na novíssima ordem mundial, mas de repensar a proteção do investimento *cultural*.”<sup>76</sup>

Nesse contexto, faz-se necessário desenvolver um exercício de reflexão acerca do que ainda podemos fazer para resgatar o Estado de Direito. Garantir, na nova Constituição, o direito ao contraditório, ao debate, ao político, é garantir que o próprio debate democrático se estabeleça, se desenvolva e se consolide. É garantir que os direitos sejam defendidos, e que o desmonte estatal seja revertido. O *direito ao político* é a garantia da efetivação da dignidade humana, uma vez que somente este garante a potencialidade da efetividade democrática.

Os pensadores políticos que iluminam nossos caminhos, nos mostram que o *direito ao político* é primordial de maneira a garantir a primazia dos demais direitos, nos equipando não só das habilidades de que necessitamos para vencer essa guerra, mas também nos fazendo imaginar o que ainda se apresenta como possibilidade à ser conquistada.

Tal *direito ao político* é assim parte da *psiqué* do homem ocidental, resultado não apenas da evolução cultural da nossa civilização desde o solo sagrado grego, mas fator quase instintivo de nossa composição; é alma e se faz história para além do utópico. É este o momento de defender, guiados por aqueles que sonharam em consolidar direitos sociais como em 1919 (e em 1988), que o direito ao político e à vida política sejam garantido a todos os cidadãos, em nossa sociedade: um direito que não pode mais nos ser negado, um direito que deve ser defendido por nós como sociedade política atuante.

---

<sup>76</sup> HORTA, *Urgência e Emergência ... op cit.* p. 799.

“No Estado de Direito, a íntima conexão entre Estado e Direito é evidência incontestável; mais do que isso, trata-se de uma relação fundada em padrão ético lentamente construído, em especial nos recentes séculos, e norteado pela concepção ocidental de direitos fundamentais.”<sup>77</sup>

O Estado de direito, ao se constituir obra superior do pensamento da cultura e civilização ocidental, culmina como jóia na formação dos direitos fundamentais, construção histórica, filosófica e ideológica dessa civilização. O nosso dever que se coloca, como membros políticos desse culminar ideológico, é defender não somente o Estado de Direito, mas também suas glórias, os direitos adquiridos, os direitos fundamentais, os direitos como expressão do desenvolvimento político e social desse tempo.

### **2.3. A política e a falácia da desideologização**

O presente trabalho se propõe e ambiciona a entender um dos movimentos políticos mais emblemáticos de nosso tempo, levando em consideração uma busca por elucidar suas causas, seus agravantes, suas consequências, construindo um quadro capaz de não somente servir como uma bandeira de alerta, um guia e um farol que busca ajudar a combater tal movimento: a despolitização em sua essência e seus desdobramentos.

É inegável que esse trabalho dialoga intensamente com a própria história acadêmica do autor, suas relações acadêmicas, os pesquisadores que teve contato, as orientações que muito brilhantemente lhe foram dadas ao longo dos oito anos que participou ativamente da vida universitária.

O movimento de despolitização, como conhecemos, não somente se acelerou no decorrer dos últimos anos, especialmente na última década, como também ganhou contornos inéditos como a efetiva eleição de líderes que se julgam como totalmente apartidários, amparados na fé de que a não participação política ou a inexistência de um histórico político seria a glória maior que lhes poderia preceder. É a consolidação do quadro acima descrito, uma globalização capitalista

---

<sup>77</sup> HORTA, *História do Estado de Direito*, cit., p. 46.

substancialmente e ideologicamente forte suficiente, capaz de *subverter e criminalizar a ideia do político*, constituindo e reduzindo o ser à esfera do indivíduo, com resultados catastróficos não somente para a estrutura democrática, mas também para o próprio futuro da democracia com o advento da política de grupos, identitária e fragmentada, a política do “nós contra eles”. Já deleitamos sobre a o advento deste tempo:

“O Estado, se não perder sentido diante da supostamente inexorável globalização, precisa ser gerido de modo cada vez mais técnico, racionalizando-se as instituições políticas e jurídicas, esvaziando as possibilidades de contradição e produzindo o discurso falacioso do mito do Estado caro, da falência do Estado social, da ultrapassagem da soberania estatal (especialmente pelo mercado transnacional), da desestatização (criminosa), da privatização generalizada, da reengenharia do Estado, da superação do projeto do Estado de Direito pelo abominável *Estado poético*.”<sup>78</sup>

A ideia do Estado gerenciável, eficiente, minúsculo de pessoas e valores, tornou-se bandeira de campanha política de inúmeros candidatos, lema que tem se repetido e se alastrado, abarcado na ideia do combate ao paternalismo estatal, a um Estado supostamente inchado, pesado e incapaz de autogerir a si mesmo, representando um claro e efetivo gargalo a implementação capitalista da visão de Estado. Como resultado mórbido temos a necessidade de revisão de direitos, para cumprimento de um déficit fiscal qualquer, temos também a necessidade da diminuição do investimento, para diminuição do gasto público “desnecessário”, faz-se necessário a privatização em massa do patrimônio nacional, uma vez que é necessário pagar juros de alguma dívida que, em virtude dos juros cobrados, foi pago pelo menos algumas vezes.

E de que forma melhor demonstrar a relação entre a disseminação da cultura do individualismo e a destruição da política como culminar do Estado do que usando *A ética Protestante e o Espírito do capitalismo* de Max Weber, onde o mesmo demonstra que a doutrina do indivíduo repercute na nossa própria visualização da realidade, logo, na própria capacidade de identificar o que considera importante para a construção daquela realidade. Nesse sentido, na concepção do autor, o protestantismo, pós reforma de Martinho Lutero, dissolve a politicidade na ideia dessa construção solitária:

---

<sup>78</sup> HORTA; FREIRE; SIQUEIRA *A ERA PÓS-IDEOLOGIAS...op cit.*, p. 7.

“No presente, com as nossas instituições políticas, jurídicas e comerciais, com as formas de gestão empresarial e a estrutura que é própria da nossa economia, esse ‘espírito’ do capitalismo poderia ser entendido como puro produto de uma adaptação, conforme já se disse. A ordem econômica capitalista precisa dessa entrega de si à ‘vocação’ de ganhar dinheiro: ela é um modo de se comportar com os bens exteriores que é tão adequada àquela estrutura, que está ligada tão de perto às condições de vitória na luta econômica pela existência, que de fato hoje não há mais que se falar de uma conexão necessária entre essa conduta de vida “*crematista*” e alguma “visão de mundo” unitária. É que ela não precisa mais se apoiar no aval de qualquer força religiosa e, se é que a influência das normas eclesásticas na vida econômica ainda se faz sentir, ela é sentida como obstáculo análogo à regulamentação da economia pelo Estado. A situação de interesses político-comerciais e político-sociais costuma então determinar a “visão de mundo”. [Aquele que em sua conduta de vida não se adapta às condições do sucesso capitalista, ou afunda ou não sobe. Mas esses são fenômenos de uma época na qual o capitalismo [moderno], agora vitorioso, já se emancipou dos antigos suportes. Assim como um dia, em aliança apenas com o poder do Estado moderno em formação, ele rompeu as antigas formas de regulamentação econômica medieval, esse também poderia ter sido o caso — digamos provisoriamente — em suas relações com os poderes religiosos. Se e em qual sentido esse foi de fato o caso, isso é o que cabe aqui pesquisar. Porquanto mal carece de prova o fato de que aquela concepção de ganhar dinheiro como um fim em si mesmo e um dever do ser humano, como ‘vocação’, repugnava à sensibilidade moral de épocas inteiras.”<sup>79</sup>

Neste contexto, concretiza-se como sendo o advento de um futuro promissor, consolidam-se ideologias que perseguem a ideia de não serem, exatamente, ideológicas, despidas de política, o advento do Estado como técnica pura, aplicação máxima dos cursos de MBA, focado em eficiência, na matematização da coisa pública, em contabilidade propriamente dita.

A última década nos dotou de exemplos mais do que suficientes para embasarmos a consolidação desse tipo de “nova política”, campanhas *políticas* vitoriosas como as de Donald Trump nos EUA, Jair Bolsonaro no Brasil, Volodymyr Zelensky na Ucrânia, Rodrigo Duterte nas Filipinas, Sebastian Kurz na Austria, nos mostram que esse discurso não só se mostrou aderente ao processo democrático mas também se converte na nova base de embasamento de campanhas política às extremas, somado a estes como característica comum passado como celebridades, influenciadores digitais, comediantes com apego midiático ou militares, ajudando a

---

<sup>79</sup> WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Trad. José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 64.

construir um perfil claramente construído e específico. Ao se colocarem como candidatos *outsiders*, isto é, candidatos que se julgam não políticos, com propostas antissistema em alguns casos (muitas vezes nitidamente antidemocráticas), claramente armados de uma retórica populista, não embasada em qualquer pensamento crítico mais profundo ou ao menos científico, além de propostas de governo marcadamente nacionalistas isolacionistas, acabam por angariar o apoio de uma sociedade cada vez mais avessa a democracia, ao estrangeiro, ao jogo político e ao sistema político como afirmação da coletividade construída democraticamente.

A análise neste ponto, sociologicamente falando, deve pensar os motivos que levam a sociedade a se sentirem abandonadas, a necessitarem assim de um protetor, um salvador, um expurgador que lhes irá restaurar a um ponto anterior, teoricamente melhor do que o vivido na atualidade.

Ronald Inglehart e Pippa Norris destacam o ceticismo que tomava conta do meio político e social quanto à possibilidade de uma vitória de Donald Trump, e sua retórica nacionalista, durante as primárias para a presidência dos EUA ainda em 2016, porém servido como alerta para o movimento político que se consolidava.

“A campanha presidencial de 2015 nos EUA refletem o fenômeno do populismo. Muitos comentaristas acharam difícil de entender a ascensão de Donald Trump. Como pode uma figura tão polarizada e precária surgir para se tornar um potencial candidato pelo partido republicano (GOP – Grand Old Party = Grande velho partido) – ainda menos ter alguma chance de entrar na Casa Branca? Ele foi duramente atacado por conservadores como George Will, republicanos consolidados como Jeb Bush, social liberais como Elizabeth Warren, e socialista como Bernie Sanders. Sua retórica mescla táticas de xenofobia (contra mexicanos e muçulmanos), misoginia profunda, teorias paranoicas de conspiração sobre seus rivais, e a política isolacionista ‘América primeiro’. Seu populismo tem base na afirmação de que ele é *outsider* das políticas de D.C (Washington D.C), um bem sucedido bilionário liderando uma insurreição contra a política estabelecida em nome de americanos comuns enojados com o status-quo corrupto, contra políticos incompetentes, desonestos especuladores de Wall Street, intelectuais arrogantes e liberais politicamente corretos.”<sup>80</sup>

---

<sup>80</sup> INGLEHART, Ronald F; NORRIS, Pippa. Trump, Brexit, and the Rise of Populism: Economic Have-Nots and Cultural Backlash. In: [https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=2818659](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2818659). Tradução livre do original: “The 2016 presidential election campaign in the United States reflects the phenomenon of populism. Many commentators have found it difficult to understand the rise of Donald Trump. How could such a polarizing figure and political neophyte surge to become the potential standard-bearer for the GOP – much less have any chance of entering the White House? He has been sharply attacked by conservatives such as George Will, establishment Republicans such as Jeb Bush, social liberals such as Elizabeth Warren, and socialists such as Bernie Sanders. His rhetoric peddles a mélange of xenophobic fear tactics (against Mexicans and Muslims), deep-seated misogyny, paranoid conspiracy theories about his rivals, and isolationist ‘America First’ policies abroad. His populism is rooted in claims that he is an outsider to D.C. politics, a self-made billionaire leading an insurgency movement on

Além das viradas a uma política claramente populista, vitoriosa nos casos citados acima, também devemos destacar o processo de fortalecimento de outras vertentes como o caso da *Frente Nacional*, cujo presidente do partido foi candidata derrotada à presidência da França em 2007, *Alternativa para Alemanha*, partido político de direita alemão encabeçado por Frauke Petry do com viés nacionalista, e o *M5S*, também conhecido como movimento 5 estrelas, constituído por um partido que se julga não partido e fundado por um comediante e um empresário, o movimento do Brexit no Reino Unido, levado a cabo por Nigel Farage e seu discurso de retomada do controle das fronteiras nacionais e saída imediata da Inglaterra do bloco econômico e político da União Europeia (neste caso vitorioso). Todos os citados acima corroboram a ideia de *partidos antissistema*, fora do meio político, amparados em um discurso nacionalista de defesa dos valores nacionais e de uma retórica claramente populista e antiglobalista.

É um retrato marcante dessa década, uma virada às direitas e ao conservadorismo, uma politização que se extrema, que se mostra incapaz de dialogar, de promover algum tipo de construção no ambiente público de algum entendimento plural. Esses partidos são uma resposta a uma sociedade que se sente ameaçada, que não se identifica mais no Estado e na política instituída. Novamente a política se transforma de um ambiente de grupos, no que se refere a busca por atender as demandas de um grupo político cada vez mais conservador, mais moralmente construído em sua concepção de mundo individual, capitalista e despolitizado, que busca ao máximo esvaziar o público de qualquer politicidade. É a violência do nosso tempo, uma política não política que destrói toda a concepção de ser política que nos foi herdada como seres políticos atuantes no contexto público.

Nesse sentido vale também dizer que, embora marcadamente um caso de sucesso de ascensão do pensamento de direita conservador e moral, tal processo também é observado, de forma mais tímida, no outro extremo, no pensamento de esquerda mais radical; como exemplo podemos citar o democrata Bernie Sanders nos Estados Unidos da América e sua retórica anticapitalista e socialmente desenrolada.

---

*behalf of ordinary Americans disgusted with the corrupt establishment, incompetent politicians, dishonest Wall Street speculators, arrogant intellectuals, and politically correct liberals.”*

Embora Sanders seja um apoiado inconstitucional da democracia, é um interessante exemplo de uma voz com ideias destoantes no país mais capitalista do mundo. A esquerda, no entanto, não mais demonstra a mesma força de engajamento político como a observada na primeira década do século XXI, sendo incapaz de gerar um engajamento político necessário para fazer frente a esse processo iminente de desgaste e destituição do Estado de seu papel como desenvolvimento e encontro político das democracias desenvolvidas.

A retórica populista desempenha um papel de afastamento do político, disfarce esse construído em uma ideologia que não é claramente demonstrada, uma política que se constrói tal somente “embaixo dos panos”, constituindo-se em uma desonestidade política para com aqueles que apoiam um movimento (mesmo que assim o pretendam) e também uma desonestidade intelectual por promover em ampla escala uma busca pela desinformação. Ernesto Laclau nos fala sobre a política populista e seus desencadeamentos:

“O próprio populismo tende a negar qualquer identificação ou classificação com a dicotomia direita/esquerda. Trata-se de um movimento multiclassista, embora nem todo movimento multiclassista possa ser considerado populista. O populismo provavelmente desafia qualquer definição abrangente. Deixando momentaneamente de um lado esse problema, o populismo inclui usualmente componentes contrastantes, tais como a reivindicação de igualdade de direitos políticos e da participação universal das pessoas comuns, mas funda-se com algum tipo de autoritarismo, frequentemente sob a liderança carismática. Ele inclui também demandas socialistas, ou pelo menos a demanda da justiça social, uma vigorosa defesa da pequena propriedade, componentes fortemente nacionalistas e a negação da importância da classe. O populismo é acompanhado pela afirmação dos direitos das pessoas comuns de enfrentarem os interesses de grupos privilegiados, habitualmente considerados inimigos do povo e da nação. Qualquer um desses elementos pode ser enfatizado de acordo com condições sociais ou culturais, mas todos se encontram presentes na maioria dos movimentos populistas.”<sup>81</sup>

O populismo como vertente política se constitui em um perigo para a democracia, um veneno que corrói a democracia de dentro para fora, nebuloso caminho alternativo ao político que pode por fim ter consequências desastrosas para a própria saúde política das nações democráticas. Populismo não é um movimento

---

<sup>81</sup> LACLAU, Ernesto. *A Razão Populista*. Trad. Maria Ermenita Galvão. São Paulo: Editora Três Estrelas, 2013, p. 33-34.

novo na história, verificado com intensidade nos desdobramentos da história política do século XX, nesse tempo alinhado mais claramente a um viés fascista. Novamente no século XXI nos deparamos com um ganho de espaço de tais discursos, com exemplos sendo verificados em varias partes do mundo, em nova tônica. Mitchell A. Seligson adverte nesse sentido:

“Governos populistas estão também em ascensão. O populismo latinoamericano existe tanto na direita quanto na esquerda, e tem uma história que chega até os anos 1930. O termo ‘populismo’ é as vezes confundido meramente com líderes carismáticos e personalístico que atraem um amplo da base eleitoral que cruza linhas de classes. A definição de populismo, de qualquer forma, deve incluir a crença nuclear que as instituições das democracias liberais clássicas, especialmente parlamentos e tribunais, são anacrônicos, ineficientes, e inconsistente com a verdadeira expressão da “vontade do povo” (ou ao mesmo a interpretação populista oficial disto). Líderes populistas tipicamente propõem em vez disso “ouvir ao povo” com o objetivo de pessoalmente se responsabilizar enquanto isolam “aqueles que rejeitam” e negam isto. Na prática, o populismo frequentemente pode significar passar por cima de garantias democráticas fundamentais de liberdades civis, especialmente a liberdade de expressão e direito ao devido processo legal.”<sup>82</sup>

O populismo como canalizador das insatisfações sociais converte-se então em um via de atalho, uma solução a política ao próprio político, enviesado pela personificação na figura do líder como salvador, destituindo o parlamento do seu papel de porto democrático da sociedade, centralizando em si não só as funções do Estado, mas colocando-se como a própria imagem do Estado, que se concentra agora na pessoa, no indivíduo, no líder supremo. A história este cheia de exemplos dos resultados catastróficos deste movimento de apolitização, de individualização extrema da política na figura do indivíduo como personificação do Estado.

“O que define o populismo é essa reivindicação de representação exclusiva do povo — e é essa relutância em tolerar a oposição ou respeitar a necessidade de instituições independentes que com tamanha frequência põe os populistas em rota de colisão direta com a democracia liberal. Desse modo, a eleição de Jair Bolsonaro deve

---

<sup>82</sup> SELIGSON, Mitchell A. The Rise of Populism and Left in Latin America. *Journal of Democracy*: Baltimore: The Johns Hopkins University Press, V. 18, N. 3, p. 82. Tradução livre do original: “Populist governments are also on the rise. Latin American populism comes in right-wing as well as left-wing forms, and has a history that reaches back to the 1930s. The term “populism” is sometimes confused merely with charismatic, personalistic leaders who appeal to a broad voter base that crosses class lines. Populism properly defined, however, must include a core belief that the institutions of classical liberal democracy, especially legislatures and courts, are anachronistic, inefficient, and inconsistent with the true expression of “the people’s will” (or at least the populist officials’ interpretation of it). Populist leaders typically propose instead to “listen to the people” with the aim of personally carrying out their will while isolating “rejectionists” who would deny it. In practice, populism often can mean running roughshod over fundamental democratic guarantees of civil liberties, especially free expression and the right to due process.”

ser encarada como o evento mais significativo na história brasileira desde a queda da ditadura militar: pelos próximos anos, o povo terá de lutar pela própria sobrevivência da democracia liberal.”<sup>83</sup>

A democracia, no entanto, desenvolve-se para se proteger de tais movimento típicos da história, armou-se de chaves de segurança que permitíssemos transpor esses momentos de subversão política, de tentativa de centralização da política em um indivíduo apenas, e é na política que encontramos tal respostas. O parlamento e seus membros são os responsáveis pela salvaguarda da própria democracia, constituídos em sua legitimidade em peso e força para fazer frente a uma crescente claramente antidemocrática tão típica de tais momentos populistas. Nesse sentido Steven Levitsky e Daniel Ziblatt decorrem sobre como o político e seus membros políticos, constituídos na própria classe política, apoiados ou não pela sociedade iludida pelos discursos populistas, tem o dever de combater, isolar e evitar tais crescentes populistas:

“Demagogos potenciais existem em todas as democracias, e, ocasionalmente, um ou mais de um deles faz vibrar a sensibilidade pública. Em algumas democracias, porém, líderes políticos prestam atenção aos sinais e tomam medidas para garantir que os autoritários fiquem à margem, longe dos centros de poder. Ao serem confrontados com extremistas e demagogos, eles fazem um esforço orquestrado para isola-los e derrotá-los. Embora as respostas populares aos apelos extremistas sejam importantes, mais importante é saber se as elites políticas, e sobretudo os partidos, servem como filtros. Resumindo, **os partidos políticos são os guardiões da democracia.**”<sup>84</sup>

Brilhantemente, destacam os autores que somente os partidos podem fazer frente ao apolítico, no âmbito do parlamento. É dever dos partidos políticos perceberem as ameaças políticas (mesmo quando essas se auto intitulam não políticas) e fazer frente a esta visão enviesada de uma política desenvolvida na obscuridade, insensata e construída a margem do povo. É dever da democracia que as luzes transpassem o processo político e este se desenvolva na *transparência do político*, isto é, aos olhos políticos atentos.

---

<sup>83</sup> MOUNK, Yascha. *O povo contra a democracia*. Por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la. Trad. Débora Landsberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 10.

<sup>84</sup> LEVITSKY, Steven; ZIBRATT, Daniel. *Como as Democracias Morrem*. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2018, p. 31. (grifos nossos)

Entretanto, o que temos observado no cenário político da atualidade é justamente o contrário, um movimento político apático que se subverte, se submete, se vende e se deixa comprar. Como já descrevemos anteriormente neste trabalho, a política segue sendo sequestrada, ela é convertida em seus objetivos por outras pautas quaisquer que não as pautas políticas, que visem a construção coletiva de um ideal de país, amparado no projeto de nação, de defesa nacional dos valores e construção permanente da identidade nacional.

Ao subverterem a política, ao promoverem uma desconstrução do núcleo bruto do que é a política e qual sua função como catalizadora da cultura nacional, como movimento que dá vida à democracia no âmbito do Estado, deixamos o campo aberto para a supremacia do *baixo clero* político, quadros que não somente compraram tais discursos não políticos mas que se utilizaram desse para se infiltrar no jogo democrático com o objetivo de destruir de dentro para fora a própria política, desideologizar mais ainda o processo político e promover mais uma etapa de tal desconstrução.

Karl Polanyi adverte sobre a concepção do mercado como salvador da sociedade, dentro da mesma ótica individualista. Na realidade a noção aqui é de autosalvamento, não se pensa no coletivo ou na construção coletiva dentro do Estado, mas sim na satisfação pessoal de seus próprio anseios e necessidades:

“O liberalismo econômico foi o princípio organizador de uma sociedade engajada na criação de um sistema de mercado. Nascido como mera propensão em favor de métodos não-burocráticos, ele evoluiu para uma fé verdadeira na salvação secular do homem através de um mercado *auto-regulável*. Um tal fanatismo resultou do súbito agravamento da tarefa pela qual ele se responsabilizara: a magnitude dos sofrimentos a serem infligidos a pessoas inocentes, assim como o amplo alcance das mudanças entrelaçadas que a organização da nova ordem envolvia. O credo liberal só assumiu seu fervor evangélico em resposta às necessidades de uma economia de mercado plenamente desenvolvida.”<sup>85</sup>

Finalmente, nesse sentido, a desideologização se constitui em uma grande falácia, enredo construído primeiramente na esfera psicológica, como movimento de destruição da confiança na construção do político como resultado de uma vertente

---

<sup>85</sup> POLANYI, Karl. *A Grande transformação: as origens de nossa época*. Trad. Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Editora Corpus, 2000, p. 166.

histórica cultural civilizacional, como etapa inerente à existência do próprio ser político como matéria espiritual da democracia ocidental. Segundo, alinhado ao primeiro ponto, a falácia se concretiza na desonestidade ideológica da política apolítica, supostamente desideologizada e desvinculada de qualquer substância ligada a politicidade vigente, mentira instituída e dissipada num tempo da pós-verdade e do *pós-fato*, explorada incansavelmente por falsos apolíticos em seus discursos populistas, valas e clareiras abertas para ideologias outras que não aquelas construídas na claridade do conjunto democrático.

O político certamente se constitui na única maneira de combate a esse movimento que se intensifica, o processo de institucionalização da desideologização como verdade posta, como fato incontestável, como imutável realidade. A desideologização é na realidade um movimento de sequestro do ideológico por doutrinas que destituem o político de sua capacidade de percepção propriamente ideológica, constituídas no objetivo claro de um enfraquecimento do Estado como representação coletiva e construção cultural histórica, subversão e implementação de uma agenda que não diz respeito a tal construção proposta na coletividade da política no ambiente público e plural que ela exige.

Pierre Rosanvallon nos adverte sobre caráter cíclico da democracia, composta por inúmeros, incontínuos e poderosos ciclos políticos, movimentos políticos temporais marcadamente distintos, mas onde se faz necessário um movimento de politização dentro da própria democracia, movimento capaz de trabalhar em sua pluralidade, ao propor respostas num contexto da construção coletiva da democracia:

“é preciso insistir na necessária pluralização das temporalidades da democracia. A construção de uma história, assim como a gestão do presente implicam, com efeito, articular relações muito diferentes com o tempo social. Tempo vigilante da memória, tempo longo da constituição, tempo variável das diversas instituições e tempo curto da opinião devem se ajustar e se harmonizar. Certamente, a vida política é feita de inevitáveis colisões entre essas temporalidades diversas.”<sup>86</sup>

---

<sup>86</sup> PIERRE, Rosanvallon. *A democracia Inacabada*. Trad. Celina Lagrutta. São Paulo: Alameda, 2018, p. 261.

Somente o político, e um retorno ao político, é capaz de promover um reencontro do homem ocidental com sua própria história, com sua cultura, com a essência que nos faz sermos ocidentais. Nesse sentido é mais que gritante a necessidade de um resgate não somente da importância do político, mas também um resgate efetivo visando a reestruturação de uma cultura política, fundada no pensamento crítico e de um exercício de autoconhecimento acerca do pertencimento de mundo, do papel social e do impacto que queremos desempenhar como participantes da coletividade.

Uma vez proposta essa **reculturalização política** de nossa civilização, fica claro também que somente podemos ter sucesso em tal movimento a partir de uma conciliação como retorno a própria cultura ocidental, momento maior de fundação de nosso ser político. Nesse sentido a reconciliação política passa pelo fortalecimento do Estado, pelo fortalecimento do Estado de Direito e do político como motor do desenvolvimento social dessa civilização.

Entretanto, o conhecimento do núcleo da problemática que se apresenta não é suficiente para constituir-se em um entendimento total desse momento de tensão atravessado pela civilização ocidental no que se refere as democracias mais desenvolvidas do mundo. Entendemos até aqui a esfera do político e a tentativa de destruição do direito e do Estado como defensor desses direitos, promovida por uma ideologia que se disfarça, se esconde nas sombras, que se julga não ideológica, e que visa substituir o Estado por algo novo, uma suposta evolução que se apresenta como movimento natural ao político.

Partindo deste ponto chega o momento de nos aprofundarmos um pouco mais na história, uma vez que procuramos uma construção multidisciplinar da realidade, uma construção coletiva de saberes, de ciências, de espiritualidades. Uma construção que mostre a realidade para além de uma visão, mas como resultado da pluralidade histórica construída.

Embora muitos assim o proponham, o direito (que se insere na democracia) não é – e não deveria – ser mascarado como uma doutrina dogma, imutável, não digna de aperfeiçoamentos, forma final intocável. Além de

propriamente necessitar continuas melhoras, o direito esta em contato direto com a sociedade, em sua vertente política, propriamente dita. No próximo capítulo tentaremos elucidar melhor, além das formas como o direito se relaciona em sua esfera política com outras esferas da sociedade, quais são as principais causas vinculadas ao movimento da chamada despolitização vivenciada pelas democracias nas atualidades, propondo traçar paralelos causais e conseqüências correlatas para os processos e, assim esperamos, promover um conhecimento mais rico, mais detalhado, mais profundo do *momentum* que se apresenta. Buscamos assim acessar as armas para nos capacitar a lutar a guerra que se põe, uma guerra pela politica como movimento institucional a ser defendido, a ser aperfeiçoado.

### 3. A subversão do econômica do Estado

A subversão do Estado se intensifica. Não mais se restringe a uma imposição de pautas que claramente não correspondem a uma demanda coletiva para o coletivo, mas sim uma demanda de poucos para corresponder as expectativas e ambições de poucos. O ataque ao Estado no tocante de sua existência se converte em um controle em seu núcleo, em uma subversão de seu propósito, movimento de desestruturação e desvirtuação dos seus pactos, suas funções, seus objetivos. É um ataque ao núcleo bruto do Estado, sua concepção deve ser desmantelada para dar espaço a algo novo, uma nova perspectiva de construção individual de Estado, voltada para o indivíduo e desvinculado de qualquer historicidade e culturalidade, é a busca por esvaziar o núcleo e, uma vez que a terra arrasada se instale, implantar um novo plano de dominação, não somente dos corpos, mas também das mentes.

O enredo que se monta é de um Estado ineficiente, falido, pesado e insustentável. A todo custo tentam convencer a sociedade desta narrativa, com seus objetivos escusos de uma entrega gradual das riquezas do Estado, pouco a pouco, ao setor privado, conforme decorre Mariana Mazzucato:

“No mundo inteiro se ouve que é preciso impor limites ao Estado para promover a recuperação pós-crise. O pressuposto é que, com o Estado em uma posição secundária, iremos liberar a força do empreendedorismo e da inovação da iniciativa privada. A mídia, os empresários e políticos libertários aproveitam esse contraste conveniente e dão munição para a dicotomia entre um setor privado dinâmico, inovador, competitivo e ‘revolucionário’ e um setor público preguiçoso, burocrático, inerte e ‘intrometido’. A mensagem é repetida à exaustão, de forma que acaba sendo aceita pela maioria como uma verdade baseada no senso comum e até fez com que muitos acreditassem que a crise financeira de 2007, que logo se transformou em crise econômica generalizada, foi provocada pelo débito do setor público, o que não é verdade.”<sup>87</sup>

Os elementos para tal plano já estão claros, podemos dizer. Além de buscar uma destruição do político, afirmamos que o projeto de substituição por uma agenda outra qualquer já é também um movimento que se desenvolve sem embargos, construído no entanto de uma maneira que demanda olhos atentos para decifrá-lo.

---

<sup>87</sup> MAZZUCATO, Mariana. *O Estado Empreendedor*; Desmacarando o mito do setor público vs. Setor privado. São Paulo: Portifolio-Penguin, 2014, p. 41.

O Estado de Direito segue sobre intenso bombardeio, uma vez que se constitui e segue sendo o ponto superior da cultura da civilização ocidental. A ideia da existência de direitos é que, em seu cerne, são igualitários para os cidadãos do Estado independentemente da origem, do nível social, da sua crença no próprio direito ou não, se constitui em um objeto de escárnio para diversos setores das sociedades.

Defender o Estado de direito é defender o acesso ao direito, mas vai além, trata-se de uma defesa da própria condição humana, do direito ao desenvolvimento humano, passando pela defesa do político e do direito ao desenvolvimento político, ambos intimamente ligados em uma relação simbiótica, de retroalimentação, indivisíveis. Entender como se dá o ataque ao político e ao Estado de Direito passa por entender esse movimento de subversão de Estado, passa por difundir esse chamado de alarme e para nos prepararmos para defender que a joia da cultura ocidental deve ser aperfeiçoada em suas possibilidades e não diminuídos.

Nesse sentido, precisamos deixar claro que não há direito fora do Estado, e não há possibilidade de desenvolvimento político fora do Estado, há apenas anarquia, desesperança e destruição.

### **3.1. A distopia do Estado Político pela economia.**

Um debate que precisa ser travado diz respeito ao imperativo de o que é o Estado e qual a função do Estado, quais são suas aspirações e objetivos, e como este se relaciona com o mundo exterior, não apenas como parte integrante, mas como efetiva força de modificação do mesmo.

“Como realidad producida por unidades humanas de alma y cuerpo, la unidad estatal se halla necesariamente inserta en la conexión total de las condiciones naturales y culturales de la vida social. La misión de la Teoría del Estado consiste en mostrarnos al Estado como un fenómeno sustantivo dentro del conjunto de esas condiciones. Hemos de ver, seguidamente, hasta qué punto resultan insuficientes los intentos de hacer derivar al Estado de sus condiciones geográficas, o de considerarlo como expresión de la raza, del espíritu del pueblo o de la nación, o de concebirlo como mera función de la sociedad económica dividida en clases, de la opinión pública, del derecho o de cualquier idea. Todas estas conexiones son, en cuento

condiciones naturales y culturales, de la mayor importancia para el nacimiento y permanencia de la unidad estatal. Pero la unidad estatal, en su legalidad propia, es más que una mera función de una e incluso de todas estas condiciones, y algo distinto de ella.”<sup>88</sup>

A esfera econômica ganha destaque na atualidade. Em uma narrativa que se coloca como a verdade posta deste tempo, irrefutável, a economicidade do Estado é o novo núcleo da vida social estatal. A busca por índices de crescimento econômico, índices de produtividade individual profissional, elevação de rendimentos, corte de custos e de pessoal, elevação dos lucros, etc; se convertem no mantra guia em uma escala global, cópia marcante de uma perspectiva de vida poucas vezes anteriormente observada em locais muito determinados.

O econômico é colocado como guia a ser seguido como norte em todas as esferas da vida, religião do século XXI, o capital é equiparado em força e misticidade a um novo Deus<sup>89</sup> desse tempo, mas não um deus espiritual, doutrina e dogma, mas como deus material, do imediatismo, do aqui e do agora, destituído de qualquer criticidade sobre a vida e sobre o contexto.

“A expansão do capitalismo, por todos os cantos do mundo, atravessa fronteiras e regimes políticos, mercados e moedas, línguas e dialetos, religiões e seitas, soberanias e hegemonias, culturas e civilizações. Desde a Segunda Guerra Mundial, aceleram-se os processos por meio dos quais as instituições capitalistas libertaram-se das injunções nacionais e promoveram a organização da produção e mercados segundo seus propósitos. Os atores principais responsáveis pela reorganização do mapa econômicos do mundo são as corporações transnacionais, envolvidas em uma luta dura e canibalesca pelo controle do espaço econômico. O sistema de relações econômicas globais emergentes adquire forma particular, tipicamente urbana, em localidades sob diversas formas enredadas no sistema global. O modo específico da sua integração nesse sistema dá origem a uma hierarquia de influencias e controles.”<sup>90</sup>

Novamente voltamos à Joaquim Carlos Salgado, autor que nos alertou sobre a subversão do Estado em uma agenda puramente econômica, financeira,

---

<sup>88</sup> HELLER, *Teoria del Estado, cit.*, p. 155.

<sup>89</sup> Como não lembrar da passagem do velho testamento quando Moises retorna ao povo hebreu e os encontra em adoração ao bezerro dourado, analogamente representante a adoração a um novo deus, que não o Deus verdadeiro. O Deus dinheiro é certamente o Deus deste tempo, o deus capital, que com sua mão invisível, onipresente, subverte o mundo a seu bel-prazer, deleitando-se em supostamente levar o caminho do mundo frente a sua visão. Nos referimos, evidentemente a Ex. 32:2 da Bíblia.

<sup>90</sup> IANNI, Octavio. *A era do globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 11ed, 2003, p. 54-5.

capitalista. Nesse tocante ele adverte sobre o sequestro das direções para o desenvolvimento do Estado social político rumo a uma distopia:

“Com isso, o elemento central e essencial do Estado de Direito é postergado, pois o jurídico, o político e o social são submetidos ao econômico. O Estado *poiético* não tem em mira a ‘produção social’. Entra em conflito com a finalidade ética do Estado de Direito, abandonando sua tarefa de realizar os direitos sociais (saúde, educação, trabalho), violando os direitos adquiridos, implantando a insegurança jurídica pela manipulação sofisticada dos conceitos jurídicos através mesmo de juristas com ideologia política serviente, exercendo o poder em nome de uma facção econômico-financeira.”<sup>91</sup>

Amparados por essas primeiras considerações, interessante seria começarmos essa análise arriscando-nos a partir da perspectiva do ser, a partir da visão da construção social do ser e para o ser coletivo. Não podemos deixar, nesse sentido, de buscarmos amparo em Hegel, filósofo deste tempo presente e edificador do tempo futuro. Hegel nos ensina em sua filosofia dialética que a construção do saber parte da experimentação de si no outro, passando pelo olhar do outro ser, numa relação que demanda um estranhamento, uma percepção crítica negativa daquilo que somos e do que não somos: é a negatividade em Hegel, dentro da dialética do Espírito.

“No que toca à relação entre os dois indivíduos, cada momento no indivíduo universal se mostra conforme o modo como obtém sua forma concreta e sua configuração própria. O indivíduo particular é o espírito incompleto, uma figura concreta: uma só determinidade predomina em todo o seu ser-aí, enquanto outras determinidades ali só ocorrem como traços rasurados.”<sup>92</sup>

Nesse sentido fica claro que qualquer conhecimento em Hegel é alcançado somente a partir de uma pluralidade do conhecimento, construção realizada em um movimento de coletividade, para a coletividade. O indivíduo, por esse motivo, se coloca para o filósofo alemão como uma versão não desenvolvida do seu próprio ser, uma caricatura menor da consciência do próprio ser.

O capitalismo busca a supremacia constante, e quando encontra algum tipo de limitador, aí surgem as crises, conforme delimita David Haley:

---

<sup>91</sup> SALGADO, *O Estado Ético e o Estado Poiético. cit.*, p6

<sup>92</sup> Grifos do original, em Hegel, Georg Wilhelm Friedrich. *Fenomenologia do Espírito*. Trad. Paulo Meneses. Petrópolis: Vozes, 2014, §28, pag 35.

“O capital não pode circular ou acumular-se sem tocar em cada uma e em todas essas esferas de atividade de alguma forma. Quando o capital encontra barreiras ou limites dentro de uma esfera, ou entre as esferas, tem de achar meios para contornar ou superar a dificuldade. Se as dificuldades são graves, então aí está uma fonte de crises. O estudo da coevolução das esferas de atividade, portanto, proporciona um quadro para pensar a evolução global e o caráter propenso a crises da sociedade capitalista.”<sup>93</sup>

Essa análise nos ajuda a entender por que o capitalismo é anti-estatal e nos auxilia a compreendermos melhor o momento atual, onde o cidadão político, fruto da construção histórica cultural de direitos no seio do Estado de direito, sofre intenso processo de descaracterização, de desvinculação de seu papel social no âmbito de sua função como atuante elemento de reprodução e constituição do próprio Estado. O ser segue insistentemente sendo diminuído em sua capacidade, renegado à sua condição de indivíduo, um indivíduo comprometido com e somente com a sua causa, a construção individual de sua realidade, empreendedorista, *do it yourself*, movimento ironicamente chamado de “uberização do mundo”, “couchs-quanticos” de melhora individual.

Os impactos dessa concepção de mundo são tremendamente devastadores para o Estado, para a sociedade, para a cidadania dentro do Estado de Direito. É o fator psicológico de desligamento do ser com a pessoa, dando origem à ideia do indivíduo como enredo pseudopolítico, narrativa ideológica que produz uma sociedade desamparada de sua história. Ao destituir-se da ideia da construção coletiva, aberto está o espaço para o loteamento ideológico mental desta sociedade. Nesse sentido a distopia do econômico se instaura, conforme descreveu com maestria José Luis Fiori:

“O conceito da globalização ainda permanece impreciso apesar do uso extensíssimo que dele tem sido feito na literatura contemporânea sobre as mudanças das relações internacionais, econômicas e políticas, que o mundo vem assistindo nestes últimos vinte anos. Assim mesmo e apesar desta imprecisão, ninguém tem dúvida de que o conceito procura dar conta de uma nova formatação capitalista gerada nas últimas décadas pelo incessante processo de acumulação e internacionalização dos capitais. Como tampouco pairam mais dúvidas de que esta nova formatação econômica, envolve aspectos e dimensões tecnológicas, organizacionais, políticas, comerciais e financeiras que se

---

<sup>93</sup> HARLYE, David. *O Enigma do Capital e as crises do capitalismo*. Tradução: João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 105.

relacionam de maneira dinâmica gerando uma reorganização espacial da atividade econômica e uma claríssima re-hierarquização de seus centros de decisões.”<sup>94</sup>

O capitalismo financeiro, fase mais atual do sistema capitalismo, que lucra com a especulação, com a livre circulação de capitais ao redor do mundo, encontra nesse processo de individualização apoio para sua própria existência ideológica, promovendo a ideia de que cada um, sozinho, por si mesmo, pode alcançar o sucesso financeiro e econômico, riqueza material, glória máxima almejada neste tempo moderno. O sucesso material dentro desse sistema econômico vigente sobressai-se como a única função do indivíduo na sociedade capitalista posta.

“Nas últimas décadas, o produto interno bruto (PIB) cresceu rapidamente. Bilhões de pessoas foram tiradas da miséria. (...) Mas a maior parte desse crescimento ficou concentrada em países que se desenvolviam rapidamente como a China. Nas economias desenvolvidas, o PIB cresceu bem mais devagar. E em várias partes do Ocidente, especialmente nos Estados Unidos e no Reino Unido, a maior parte desse crescimento foi para uma parcela pequena de elite. Como resultado, muitas pessoas das classes médias nas democracias liberais tradicionais se viram deixadas à margem. Enquanto a desigualdade global diminuiu (...) desigualdade dentro de virtualmente todas as sociedades – seja nas economias mais estagnadas do Ocidente ou nas mais dinâmicas do Sul global – marcadamente aumentou.”<sup>95</sup>

É a sociedade do consumo que se impõe, onde a necessidade de possuir, de ter, de consumir, é colocada como necessidade básica humana, perspectiva responsável por impor ao homem moderno a voracidade de buscar para si, na condição de indivíduo, bens e materiais para suprir uma necessidade muito mais psicologia que material ou ideológica. É o consumir pelo consumir. A acumulação vira uma necessidade de primeira ordem, como o oxigênio que se precisa para respirar, dando margem a um individualização super acelerada, incapaz de ser atendida não

---

<sup>94</sup> FIORI, José Luis. *A governabilidade na nova ordem econômica*. Rio de Janeiro: UERJ/IMS, 1995, pg. 8.

<sup>95</sup> MOUNK, Yascha. *The People vs. Democracy. Why Our Freedom Is in Danger and How to Save it*. Massachusetts: Harvard University Press, 2018, p. 36-7. Tradução livre: “*Over the past decades, global gross domestic product (GDP) has grown rapidly. A billion people have been lifted out of poverty. (...) But many of these improvements have been concentrated in rapidly developing countries like China. In developed economies, GDP has grown rather more slowly. And in much of the West, especially in the United States and the United Kingdom, the lion’s share of that growth went to a small sliver of the elite. As a result, many middle class people in the traditional heartlands of liberal democracy have been treading water. And while global inequality has fallen (...) inequality within virtually every society— both in the more stagnant economies of the affluent West and in the most dynamic economies of the global South—has markedly increased*”

somente pelos recursos materiais existentes mas também por qualquer consumo ideológico.<sup>96</sup>

“O valor mais característico da sociedade de consumidores, na verdade seu valor supremo, em relação ao qual todos os outros são instados a justificar seu mérito, é uma vida feliz. A sociedade de consumidores talvez seja a única na história humana a prometer felicidade na vida terrena, aqui agora e a cada ‘agora’ sucessivo. Em suma uma felicidade instantânea e perpétua. Também é a única sociedade que evita justificar e/ou legitimar qualquer espécie de infelicidade (...), também na sociedade de consumidores a infelicidade é crime passível de punição, ou no mínimo um desvio pecaminoso que desqualifica seu portador como membro autêntico da sociedade.”<sup>97</sup>

Os impactos de tal individualização não ficam simplesmente represados nos indivíduos. Os cidadãos políticos que compõem a sociedade são o agir do espírito que move o Estado, politicamente amparados para e pelo Estado. Os indivíduos esvaziados de sua função, sua ideologia, seu projeto coletivo, enfraquecem o próprio Estado, promovem um mitigamento do seu poder de persuasão e se transformam em peças de manobra da ideologia que anseia pela a destruição do próprio Estado. Corroborando isso, mais uma vez, Salgado:

“A bifurcação do Estado começa a partir de uma divisão anterior, operada pelo Estado liberal: a separação da sociedade civil e do Estado. Não há um Estado separado da sociedade, pois é ele a própria sociedade politicamente organizada, ou uma organização política da sociedade, segundo a qual os indivíduos exercem os direitos políticos. Não só a autonomia privada, mas também a autonomia política.”<sup>98</sup>

Concomitantemente a este processo de destruição do ser para a escala individual temos o esvaziamento ideológico do Estado, como outras esfera de dominação, subversão econômica em prática que também abre espaço para a implementação de outras ideologias, que subvertem o Estado e a finalidade do Estado, mas também práticas que buscam subtrair e concentrar para si funções políticas; são os casos das vertentes judicialistas e legalistas na atualidade, que ganham força como caminhos atalhos, vias alternativas ao político, que se consagram como respostas rápidas e possíveis a uma politização, caminho único verdadeiro e possível

<sup>96</sup> Sobre o tema, cf. HAN, Byung-Chul. *Sociedade do Cansaço*. cit., 2017.

<sup>97</sup> BAUMAN, Zygmunt. *Vida para Consumo*; a transformação das pessoas em mercadoria. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2008, p. 61.

<sup>98</sup> SALGADO, *O Estado Ético e o Estado Poético*, cit loc., p. 6

para a resolução de questões políticas. Tudo é política. É desastroso para a sociedade a busca por essas alternativas paralelas resolver tais prerrogativas.

O processo de despolitização se amplifica, se acelera, quando indivíduos esvaziam o Estado ao deixarem de atuar como cidadãos políticos e quando o Estado é sequestrado por ideologias contrárias à existência deste. Gonçal Mayos nos alerta nesse sentido, para a supremacia do econômico, do privado, do capital sobre a vida pública, social, estatal:

“La evolución de la sociedad moderna ha tendido a magnificar la vida privada en detrimento de la pública, de la política colectiva y de la buena salud de la democracia. Puede parecer una paradoja, pero la misma modernidad que edificó la democracia, la está banalizando o debilitando su salud a medida que desvía los esfuerzos e intereses de los ciudadanos hacia lo privado. Por una parte, la vida profesional “privada” concentra y exige cada vez más los esfuerzos continuados de la población. Además, otra amplísima parte del tiempo y disponibilidades restantes se dedican a una vida aún más “privada” de ocio, consumo y diversión.”<sup>99</sup>

O esvaziamento do Estado é um movimento desejado pelos grupos econômicos, no sentido de que ele funciona como um facilitador da própria implementação da supremacia de uma doutrina econômica. É um processo de desmonte da democracia, que se retroalimenta partindo da destruição da condição de cidadãos políticos dignos de direitos, atingindo em cheio o núcleo bruto de existência como função final estatal.

O político, como qualidade democrática, constitui-se em um entrave aos avanços do próprio capitalismo, uma vez que é responsável por trazer elucidação, capacidade crítica de entender friamente tal desenrolar histórico e, acima de tudo, dotando pessoas da força para se agitarem e organizassem politicamente para antever e desconstruir tal movimento. O político é a única força capaz de salvar a democracia.

As consequências vão além da tentativa constante da desconstrução do Estado e do esvaziamento da própria condição humana como membros políticos necessários para a existência do próprio Estado. É a venda do próprio direito, mensurado, calculado, leiloado, por um valor econômico socialmente construído.

---

<sup>99</sup> MAYOS, Gonçal: *La sociedad de la Incultura - ¿Cara oculta de la sociedad del conocimiento?* BREY, Antoni; INNERARITY, Daniel; MAYOS, Gonçal. (Orgs) *La Sociedad de la Ignorancia y otros ensayos*. Barcelona: Libros Infonomia, 2009, p. 54.

Expliquemo-nos: hoje, como sociedade política, não estamos mais tentando fazer frente a uma tentativa de subversão do Estado político por uma doutrinação suprema do econômico, fomos reduzidos a um debate muito menos ativo, lutamos contra um gradual “esfarinhamento” do Estado. Lutamos contra a retirada dos direitos assegurados no texto da Constituição, mas vivenciamos o contrário, uma venda ininterrupta dos direitos a um valor irrisório (não que um direito possa ser monetariamente ou economicamente mensurado), uma escabrosa situação em que um direito a menos supostamente poderia ser convertido em crescimento econômico ou em uma menor taxa de desemprego, ou maior ritmo de investimento privado. É a história que se conta, narrativa imperante deste tempo, novidade a ser aceita como caminho único.

O coletivo é colocado como entrave ao bem-estar coletivo, ironicamente. A falsidade total desta afirmação começa pelo fato de que nenhum dessas medidas é realmente efetivada pensando no coletivo, elas têm como finalidade um grupo muito específico de interesses, econômicos, restritos a uma parcela muito diminuta da sociedade e que, muitas vezes, nos tempos desse capitalismo financeiro em escala global, nem parte do povo chega a ver, resultado de um grupo de interesses muito bem definido e restrito. Nesse sentido, Inglehart e Welzel pontuam:

“O elemento central do coletivismo é a suposição de que os grupos vinculam e obrigam mutualmente os indivíduos. Nas sociedades coletivistas, as unidades sociais têm um destino como e metas comuns; o pessoal é simplesmente um componente social, tornando o grupo interno (*ingroup*) crucial. O coletivismo sugere que a associação a um grupo é um aspecto central da identidade e o sacrifício de metas individuais em prol do bem comum é altamente valorizado. Além disso, o coletivismo pressupõe que a realização advém do cumprimento de obrigações definidas externamente, o que significa que as pessoas são *extrinsecamente* motivadas, centrando-se em atender às expectativas dos outros.”<sup>100</sup>

Fica claro o plano que se precipita: a vitória pela implementação de uma cultura individualista frente à coletividade. O dilema que é vivenciado dentro de cada ser, uma luta constante entre a vontade do indivíduo frente a vontade do coletivo, fato esse vencido pela própria ideia democrática, que de certa forma se caracteriza

---

<sup>100</sup> INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian; *Modernização, Mudança Cultural e Democracia*. A sequência do desenvolvimento Humano. Trad. Arnold Peron. São Paulo: Francis, 2009, p. 173.

pela disposição de concessão ao Estado do poder de tutela sobre as decisões legitimadas no seio da sociedade, pela sociedade. A supremacia do indivíduo, do microempreendedor, da doutrina econômica do “faça você mesmo”, da cultura do consumo e do mérito, próprio a balança pendente irrevogavelmente para um viés individual frente ao coletivo, tudo isso premia a doutrinação econômica e fragilizando a coletividade dentro da estrutura do Estado.

A ideia de contrato social, remetida aqui em Tomas Hobbes<sup>101</sup>, como instituição constituída entre Estado e cidadãos, destituídos do uso da força, porém amparados no Estado como poder de tutelar, sofre um duro golpe, pois deve ser desfeita, destituída, uma vez que o Estado é destituído de seu papel. A anarquia econômica se instaura nesse sentido, já que o indivíduo, constituído em moralidade, toma para si o papel de Estado, tentando reger o coletivo a partir do ponto de vista individual. A ideia de política de Estado, de geopolítica, da própria política, sofre um golpe com tal movimento, com a imposição da cultura do indivíduo. A construção individual da sociedade pressupõe a desconstrução da luta coletiva, da coletividade, uma vez que a luta individual se consolida como luta única do indivíduo para e consigo mesmo.

A globalização financeira tem um papel essencial no atual desenho que se institui na contemporaneidade, isto é, é necessário entender em que efetivamente este implica e quais suas consequências para com os Estados nacionais, as democracias e o movimento descrito acima: a troca do cidadão pelo indivíduo consumista e dos Estados nacionais por meras caricaturas globalizadas e supostamente abertas.

Eric Hobsbawm detectou a instauração de tal tempo, o advento de uma visão de mundo constituída pela globalização dos Estados nacionais, onde a evolução do capitalismo, seria não somente capaz de subverter os governos, mas também desempenhar força capaz de instituí-los, destitui-los, efetivamente transformar-se em força motriz dentro dos estados.

---

<sup>101</sup> HOBBS, Thomas. *Leviathan*; ou Matéria, Forma e Poder de uma República Eclesiástico e Civil. Trad. Rosina Angina. São Paulo: Editora Martins Fontes, 3.ed, 2014.

“Trinta anos atrás, a maioria de nós aplaudiu essa mudança impressionante no cenário político do mundo, e muitos continuam a aplaudir. Mas hoje a contemplamos e a partir da perspectiva de um novo século confuso, ao qual parecem faltar a ordem e a previsibilidade relativas da era da Guerra Fria. A era dos impérios terminou, mas até aqui nada tomou efetivamente seu lugar. O número de países independentes quadruplicou desde 1913, alimentado pelos remanescentes dos antigos impérios. Mas, se, em teoria, vivemos hoje no mundo de Estados nacionais livres que, segundo os presidentes Wilson e F.D. Roosevelt, devia substituir o mundo dos impérios, na prática **vivemos no que já se percebe como uma forma altamente instável de desordem global, tanto no contexto internacional quanto no interior dos países.**”<sup>102</sup>

A ideia de império aqui pode ser desconstruída da ideia meramente imperialista e monárquica e estendida para a destruição de laços históricos de pertencimento em escala social e estatal. Nesse novo mundo que se acelera, com a supremacia capitalista pós-guerra fria, a confusão proposta por Eric Hobsbawm remete a uma ideia de jovens Estados nacionais que buscam afirmar-se e firmassem no tabuleiro geopolítico do mundo, no momento este que o avanço da agenda econômica se acentua como facilitador do processo de afirmação.

Tendo em vista esse cenário que se apresenta, não somente com o advento da cultura do individualismo e o enfraquecimento consequente do Estado, vendido em pedaços, leiloando os direitos sociais adquiridos como se fossem reformas para o bem da coletividade, contra expressão da democracia, começa a ficar um pouco mais claro como o político é afetado por toda essa composição de realidade.

A globalização econômica que se converte em uma globalização de valores, promove um fascismo igualitário ao pregar uma desconstrução cultural e descolamento histórico dos seres sociais dentro das sociedades. Nesse sentido a democracia também é diretamente afetada.

---

<sup>102</sup> HOBBSAWM, Eric. *Globalização, Democracia e Terrorismo*. Trad. José Viegas. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 79. (grifos nossos)

### 3.2. Efeitos do globalismo antinacional e do cosmopolitismo econômico.

A globalização é uma das verdades postas de nosso tempo: incontestável, irrepresível, incontrollável. Proposta como um movimento de aproximação de pessoas, de informação, encurtamento de distancias, advento da liberdade como força em um natural resultado do progresso humano, do avanço científico moderno nos transportes e nas telecomunicações. Posta como “natural”, como enredo necessário para a história humana, como dogmática, acaba por ser constituída em aura intocável, não passível de crítica, de contestação.

Mas a globalização, dentro das sociedades e no tocante aos Estados nacionais, tem efeitos benéficos e danosos.

“Por todo esto, el proceso de ‘extinción’ de los Estados nacionales que está en curso se encuentra rodeado por una aureola de catástrofe natural. No se comprenden plenamente sus causas; aunque se las conoce, no se pueden prever con exactitud, y aunque se las prevea, de ninguna manera se pueden impedir. Esta sensación de desasosiego, reacción previsible ante una situación carente de palancas de control a la vida, está expresada lucida y filosóficamente en el título del libro de Keneth Jowitt, *The New World Disorder* [El nuevo desorden mundial. Ao largo de la era moderna nos habituamos a la idea de que el orden equivale a ‘ejercer el control’. Justamente este postulado – sea bien fundado o ilusorio – de ‘ejercer el controle’ es lo que más echamos de menos.”<sup>103</sup>

Verdadeiramente a globalização como movimento do desenvolvimento humano se desenrola naturalmente, alinhada a um processo econômico que se diversifica, se intensifica e se espria. Nesse sentido a globalização é benéfica para o sistema econômico, uma vez que promove uma abertura de mercados consumidores e possibilita um aumento da prosperidade material e melhora de indicadores gerais de qualidade de vida e realização social. A especialização se coloca como efetivação do pragmatismo, onde cada país se coloca frente à sua capacidade competitiva mais aguda e decide por adotá-la, supostamente com melhores resultados nesse campo.

“A economia internacional aberta não é estado ‘natural’ da prerrogativa com o qual o mundo se reverte pela lógica econômica quando as influentes distorções da política e do mercado são removidas. Mais que isto, depende do poder do Estado; liberalismo

<sup>103</sup> BAUMAN, Zygmunt. *La globalización. Consecuencias Humanas*. Trad. Daniel Zadunaisky. Mexico: Fundo de Cultura Económica, 2008, p. 78.

econômico tem que ser defendido e institucionalizado. Se sobreviver, deve ter seus efeitos negativos amenizados por política pública. Os economistas tiveram que aprender isto do jeito difícil, porém poucos entenderam a fragilidade dos mercados e a dependência das economias dos poderes dos Estados antes do 11 de Setembro de 2001. A globalização pode ser desfeita: pode ser impedida – como exemplo a repercussão das políticas do final do século XIX mostram isto; e podem ser revertidas – como o período entre guerras demonstrou. O movimento ‘antiglobalização’ atual é um sonoro sinal de disseminação da insatisfação, mas a repercussão real poderia vir dos políticos convencionais e deveria começar a mostrar uma nova política estatal.”<sup>104</sup>

Negócios não são pensados mais localmente, mas com impacto global. O consumo se modifica uma vez que a logística é feita em constante global, largamente planejada. Nesse sentido as características locais são empurradas para o segundo plano, no contexto de uma produção em massa de bens ao menor custo possível que devem ser viáveis não importa o local. Uma classe de consumidores globais se forma, nesse sentido, com a supremacia de marcas globais, vendendo seus produtos em uma vertente planetária.

A produção não necessita mais estar ligada ao local de consumo, permitindo uma nova estruturação internacional do trabalho<sup>105</sup>, com fábricas procurando condições de produção mais “eficientes”, mais baratas, menos reguladas.

Nesse sentido o advento de um capital financeiro requer uma abertura cada vez mais forte não somente dos Estados nacionais, mas também no que diz respeito a sociedade em aceitar tais movimentos. O capital pode passar livremente pelas fronteiras nacionais, gerando riqueza como investimento constituído, mas em grande escala também como especulação que se move sem grandes problemas.

“Hay que tomar en serio en nuestra formación social esta presencia de un número creciente de individuos así afectados por la nueva

---

<sup>104</sup> HIRST, Paul; THOMPSON, Grahame; *The Future of Globalization*. Cooperation and Conflict. California: Journal of the Nordic International Studies Association, Vol. 37, p. 250. Copyright ©2002 NISA Sage Publications (London, Thousand Oaks, CA and New Delhi). Tradução livre do original: “*The open international economy is not a ‘natural’ state of affairs to which the world reverts by economic logic when the distorting influences of politics on markets are removed. Rather, it depends on state power; economic liberalism has to be instituted and defended. If it is to survive, then its negative effects have to be ameliorated by public policy. Economists have had to learn this the hard way, but few really understood the extreme fragility of markets and the dependence of economics on state power before 11 September 2001. Globalization can go backwards: it can be impeded — as the backlash policies of the late nineteenth century showed; and it can be reversed — as the inter-war years demonstrated. The current ‘anti-globalization movement’ is a noisy sign of widespread dissatisfaction, but the real backlash would come from conventional politicians and would start to show in new state policies.*”

<sup>105</sup> Sobre o tema, cf. MURADAS, Daniela. A negociação coletiva transnacional no novo mundo do trabalho. Revista Fórum de Direito Sindical, Belo Horizonte: Editora Fórum, v. 1, 2015, p. 25-42.

coyuntura que se implanta desde hace unos treinta años como una consecuencia del pasaje al nuevo régimen del capitalismo. Esta comprobación conduce a interrogarse sobre los límites de la celebración general de los méritos de la promoción del individuo sustentada por la ideología dominante. Es cierto —y no se trata de volver sobre la índole revolucionaria de la promesa que sostiene la Declaración de los derechos del hombre y del ciudadano— que la posibilidad de que el individuo se comporte como un sujeto libre y responsable constituye realmente el valor de referencia de la modernidad. Pero también es cierto que la capacidad de ser un individuo no está dada de entrada y de una vez por todas, porque el individuo no es una sustancia sino una construcción histórica. Esta capacidad depende de condiciones que fueron cimentadas a lo largo de la historia de la constitución de la modernidad. Es posible llamar propiedad social al basamento de recursos y derechos que en la sociedad moderna dieron a la mayoría de los individuos (aquellos que no estaban protegidos y reconocidos sobre la base de la propiedad privada) los medios de su independencia y los proveyeron así de una ciudadanía social, semejante a la ciudadanía política.<sup>106</sup>

A financeirização do mundo corrobora a necessidade de menor regularização, de menores barreiras, de maior eficiência nos movimentos econômicos entre as nações. O discurso econômico se instaura nesse sentido, pregando Estados menos interferentes, que permitam que o capital se mova livremente, sem gerar problemas, sem taxação.

A globalização como prosperidade dos povos se transforma em uma falácia, se constituindo numa máquina de implementação de exploração e desigualdade, onde o progresso de fato da ciência é diretamente proporcional ao seu capital econômico. Milton Santos nos advertiu nesse sentido, em tom profético:

“De fato, para a grande maior parte da humanidade a globalização está se impondo como uma fábrica de perversidades. O desemprego crescente torna-se crônico. A pobreza aumenta e as classes médias perdem em qualidade de vida. O salário médio tende a baixar. A fome e o desabrigo se generalizam em todos os continentes. Novas enfermidades como a SIDA se instalam e velhas doenças, supostamente extirpadas, fazem seu retorno triunfal. A mortalidade infantil permanece, a despeito dos progressos médicos e da informação. A educação de qualidade é cada vez mais inacessível. Alastram-se e aprofundam-se males espirituais e morais, como os egoísmos, os cinismos, a corrupção.”<sup>107</sup>

<sup>106</sup> CASTEL, Robert. *El Ascenso de las Incertidumbres*; Trabajo, protecciones, estatuto del individuo. Trad. Victor Goldstein. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010, p. 21.

<sup>107</sup> SANTOS, Milton. *Por uma nova globalização*; do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 19-20.

Os Estados nacionais enfraquecidos por um viés econômico são sequestrados por essa pauta economicista, posta como nova função final a ser almejada. A esfera econômica da vida é inflada em sua importância, ganhando novos contornos no sistema atual, onde as demandas econômicas pressupõem imediato comprometimento, com consequências graves para os Estados que se contrapõem ao fluxo global, de serem deixados à margem do tabuleiro.

“Dizer que os problemas econômicos têm origens políticas ou que sua solução depende somente da vontade política é reduzir a política econômica (através da qual a política se expressaria) a uma engenharia social todo-poderosa. O nome original e mais correto da ciência econômica — economia política — ressaltava o caráter social e político do processo econômico. Mas isto não justifica uma transformação dos problemas econômicos reais em problemas políticos, ou dizer que a crise econômica que o Brasil enfrenta hoje será superada contanto que se encontre uma solução adequada para os problemas políticos. Há aqui uma contradição curiosa, porque os economistas conservadores, que defendem a neutralidade política e ideológica da economia positiva, são exatamente os que dizem que os problemas econômicos podem ser facilmente solucionados por meios políticos. Os obstáculos políticos às políticas econômicas coerentes têm uma importância enorme, mas sua solução não garante que os problemas econômicos serão resolvidos com êxito.”<sup>108</sup>

Os valores nacionais também são destruídos nesse contexto, uma vez que a cultura como efetividade do diverso é o contrário do ambiente de planificação desejado pelo sistema econômico global. Isso corrobora a ideia de destruição cultural do ser historicamente construído, uma vez que o consumo da classe capitalista se converte em uma unanimidade igualitária, uniforme e precisa. A segurança nacional e a soberania nacional também não tem importância nesse contexto, uma vez que a segurança deve ser somente jurídica, para e com o capital, e a paz é garantida pela própria força inerente à necessidade das trocas materiais capitalistas. Os interesses nacionais são subvertidos por uma agenda antinacional, uma agenda globalista no tocante ao econômico como prioridade máxima frente a todas ou quaisquer outras visões de mundo.

A globalização que propõe um acesso mais barato a produtos diversificados por mover a produção para o mais barato dos ambientes naquele

---

<sup>108</sup> PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Ideologias Econômicas e Democracia no Brasil. *Revista de Estudos Avançados*. São Paulo: Pione, v.3, n°6, 1989, p. 47.

momento também se constitui um motor de dismantelamento das indústrias nacionais e, por consequência, acelera a destruição do conceito de classe média, ao mover em escala global os postos de trabalho de média qualificação<sup>109</sup>. Mais atual então surge a questão das inovações robóticas, onde o trabalho em si já não tem mais valor, pode ser realizado por um robô em eficiência e velocidade muito superior a um humano, com um coeficiente de custo muito reduzido.

Nesse sentido, conversando diretamente com a ótica shumpeteriana da inovação capitalista como motor de desenvolvimento econômico, Gonçal Mayos não só identifica a obsolescência do trabalho, mas também confirma que a acumulação de conhecimento se converteu em imediata acumulação de capital, ditando e acelerando a ótica da própria desigualdade na modernidade:

“Na sociedade do conhecimento, a ignorância e a obsolescência são as grandes ameaças. Formação e entretenimento cognitivo, portanto, são infinitos sempre acessíveis e em perpétua reciclagem. Mas, no entanto, as recompensas são poucas e muito adiante no tempo. Sabe que, se, se consegue uma grande inovação ou um grandioso descobrimento, a dialética preponderante de ‘o ganhador leva tudo’ fará com que os rendimentos sejam espetaculares, mas lamentavelmente a uns pouco afortunados.”<sup>110</sup>

No sentido das relações de trabalho onde o trabalho perde seu valor como moeda de troca, acabamos por chegar num panorama totalmente novo: as pessoas são destituídas nesse sentido, de seu valor social na visão econômica propriamente dita, uma vez que não se constituem mais em peças ativamente necessárias no ambiente econômico por não possuírem mais capacidades de consumidores capitalistas.

Desta forma vemos tomar algum contorno também algumas das causas da tensão populista, isto é, assim como no passado, uma parte da população que se

---

<sup>109</sup> Os postos de media qualificação (*medium skills requirement Jobs*) são aqueles que demandam formação específica, porém não se constituem em trabalho específicos, com mão de obra razoavelmente qualificada e distribuída no mercado. Os postos de alta qualificação (*high skill requirement Jobs*) são atividades muito específicas e super valorizadas e possuem os salários mais elevados, enquanto os postos de baixa qualificação (*low skill Jobs*) são aqueles que requerem qualificação de nível básico, consequentemente são onde se encontram as piores condições salariais e de trabalho.

<sup>110</sup> MAYOS, Gonçal. *Homo Obsoletus*; Precaridade e desempoderamento na turboglobalização. Barcelona: Red ediciones, 2019, p. 45.

sente deixada a parte da festa proposta pela globalização. E a perda efetiva do valor do trabalho diz muito respeito a este sentimento.

“O argumento que populismo reflete a ascensão das desigualdades socioeconômicas dentro das sociedades tem longas raízes históricas – por exemplo, foi aplicado durante os anos 1950 e 1960 nas considerações clássicas pelo pai da sociologia política, Seymour Martin Lipset e por Daniel Bell, para explicar a atração pelo fascismo na Alemanha de Weimar, Poujadismo na França, e McCarthylismo nos EUA. Cada um destes movimentos foi visto como autoritária reação contra a modernidade, com apoiadores concentrados principalmente dentro da pequena burguesia – pequenos empresários, lojistas, comerciantes, autônomos, artesãos, e agricultores independentes – espremidos entre o poder crescente dos grandes negócios e a organização coletiva dos trabalhadores.”<sup>111</sup>

Confirma essa análise o expressivo aumento da desigualdade social em escala global. Descontado o caso do milagre chinês e seus trinta anos de pleno crescimento econômico (responsável por retirar milhares de milhões de pessoas da pobreza, favorecendo um florescimento de uma nova classe média no país), onde é válido destacar o fardo do sistema socialista com viés capitalista conta com um governo central forte e altamente interferente na economia, nas políticas de Estado e de questão geopolítica, a desigualdade entre os mais ricos e os mais pobres tem subido a níveis alarmantes.

“Quem são as pessoas neste grupo, os óbvios beneficiados pela globalização? Em nove de cada dez casos, são as pessoas das economias emergentes asiáticas, predominantemente da China, mas também Índia, Tailândia, Vietnã e Indonésia. Eles não são os mais ricos nestes países, por que os mais ricos se localizam no topo da distribuição de renda global. São as pessoas do meio da distribuição de renda de seus próprios países, e, como já vimos, no mundo, também. (...) Os dois decis<sup>112</sup> medianos (cinquenta e sessenta) na China urbana e rural tiveram sua renda real per capita multiplicada por 3 e 2.2, respectivamente, entre 1988 e 2008.”<sup>113</sup>

---

<sup>111</sup> INGLEHART; NORRIS, *Trump, Brexit, and the Rise of Populism*, cit., p.10 [https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=2818659](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2818659). Tradução livre do Original: “The argument that populism reflects rising socioeconomic inequalities within affluent societies has long historical roots – for example, it was applied during the 1950s and 1960s in classic accounts by the fathers of political sociology, Seymour Martin Lipset and by Daniel Bell, to explain the appeal of fascism in Weimar Germany, Poujadism in France, and McCarthyism in the United States. Each of these movements was seen as an authoritarian reaction against modernity, with support concentrated mainly among the petite bourgeoisie - - small entrepreneurs, shopkeepers, merchants, self-employed artisans, and independent farmers – squeezed between the growing power of big business and the collective clout of organized labor.”

<sup>112</sup> Decil é uma variável estatística correspondente a décima parte do grupo ou população dividida exatamente na mesma proporção.

<sup>113</sup> BRANKO, Milanović. *Global inequality; a new approach for the age of globalization*. Massachusetts: Harvard University Press, 2016, p. 19. Tradução livre do original: “Who are the people in this group, the obvious beneficiaries of globalization? In nine out of ten cases, they are people from the emerging Asian economies, predominantly China, but also India, Thailand, Vietnam, and Indonesia. They are not the richest people in these countries, because the rich are placed higher in the

A quarta revolução industrial<sup>114</sup> é o próximo estágio de evolução do desenvolvimento científico e movimento onde a expressão das contradições capitalistas alcançam seu ápice, uma vez que promove a concentração cada vez mais intensa das formas de produção na mãos daqueles que já possuem capital. Os ricos ficam mais ricos pois possuem acesso e capital para a compra de tecnologia de ponta, cara e livre da necessidade de trabalho humano intensivo. A classe média e os pobres ficam mais pobres pois são destituídos do trabalho, sua única moeda de troca na estruturação das relações de trabalho, sendo empurrado, para funções cada vez mais precárias.

“É imposto a eles um destino existencial muito parecido a potencialização da destruição criativa e a individualização pelo neoliberalismo. Pois, inclusive a famosa liderança corporativa e o trabalho em grupo é uma pausa na guerra de todos contra todos; como diria Foucault (inspirado por Clausewitz) sobre a diplomacia: é a continuação da guerra por outros meios.”<sup>115</sup>

Os impactos dessa precarização de renda, das relações de trabalho, das condições de vida nos grandes centros urbanos mais desenvolvidos (e na falta de melhora de tal qualidade nos menos desenvolvidos), juntamente com o crescente sentimento de ressentimento do grosso da sociedade sobre os benefícios de uma globalização que abriu nações para o livre influxo de capital, mas que não representou uma elevação da qualidade de vida, dos rendimentos de forma geral, impactando diretamente numa angústia generalizada, na cólera do abandono de ser largado à margem da globalização, no fim do *American dream*<sup>116</sup>. Intoxicados pelas mentiras do capitalismo, acreditamos que devemos travar uma guerra de uns contra os outros, conforme destacou Mayos acima, porém, esta guerra é evidentemente uma cortina de fumaça que não mudará as estruturas de poder como as conhecemos.

“Desde logo, temos que reconhecer o irrealismo do modelo utilizado para projetar a economia mundial e, conseqüentemente, a

---

*global income distribution. They are the people around the middle of the distributions in their own countries, and, as we have just seen, in the world, too. (...) The two median deciles (fifth and sixth) in urban China and rural China had their real per capita income multiplied by 3 and about 2.2, respectively, between 1988 and 2008.”*

<sup>114</sup> Explicar as revoluções industriais

<sup>115</sup> MAYOS, *Homo Obsoletus*, cit., p. 89.

<sup>116</sup> O chamado *American Dream* (Sonho americano) diz respeito ao ideário vigente nos EUA fortalecido após a Segunda Grande Guerra Mundial baseado na ideia de prosperidade e oportunidade proveniente do *boom* econômico vivenciado em solo norte americano. Constituiu-se em um marcante estilo de vida e foi exportado como retrato do sucesso americano e do capitalismo como local da vitória econômica.

irrelevância das conclusões cataclísmicas apresentas. Como admitir que o modelo baseado na observação do comportamento história das atuais economias industrializadas e na presente estrutura destas possa servir para projetar as tendências a longo prazo do processo de industrialização em escala planetária.”<sup>117</sup>

Celso Furtado, jurista e economista, entende a construção de uma narrativa de desenvolvimento que incorpora as desigualdades e que, em sua evolução, acabou por promover a concentração como tônica.

Tal movimento orquestrado em escala global impacta diretamente na percepção acerca do processo político, do processo democrático, uma vez que essa crescente massa não somente não se identifica com a estrutura política posta mas também não vê uma possibilidade política como possibilidade. Essa mesmíssima classe política encontra-se sequestrada pela agenda econômica, por essa imposição do capital internacional sobre quais os planos nacionais que devem ser priorizados por esses mesmos quadro apolíticos que se beneficiam desses mesmo movimento de concentração econômica capitalista e de livre liberdade econômica. Deste modo, faz sentido o discurso dos empresários que tomam a política, que veem nessa um movimento de construção econômica que beneficiaria uma suposta coletividade, mas efetivamente é benéfica apenas uma minoria.

Nesse sentido o político perde espaço para o econômico e a sociedade passa a procurar por alternativas, caminhos e atalhos que possam fazer frente a esses sentimentos de descontentamento generalizado. Essa mesma massa que se informa constantemente por seus smartphones, muito pouco ou nada se informa sobre os impactos desses atalhos, o que representam, as consequências em suas vidas. São movidos pelo medo e pelo ódio do que creem ser um roubo de seu futuro, e nesse sentido não estão errados.

O ódio crescente aos imigrantes e as minorias observado como uma ascendente na atualidade, resposta direta aos processos de incorporação globalista, alinhada à crescente individualista, igualitária, cultura de identificação e segregação de grupo, temos também cada vez mais o receio de uma visão de mundo globalizada em oportunidades, um mundo tão competitivo onde o trabalho se moveu e foi usurpado

---

<sup>117</sup> FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Círculo do Livro, 2008, p. 19.

por um imigrante ou por uma máquina. Nessa visão ressentida e individualista, a moral ganha força e se mostra como visão de mundo que deve ser aplicada.

Inglehart destaca a supremacia da micropolítica, isto é, a diminuição do campo de aplicação da política à escala das relações identitárias:

“Um consistente conjunto de pesquisas de campo tem documentado a transformação cultural que ocorreu durante a última metade do século nas sociedades ocidentais, exemplificado pela crescente suporte na opinião pública por pôs materialistas sobre os valores tradicionais, e pela expressão organizacional destes valores no final do século XX através da ascensão da novas questões culturais, movimentos sociais, e partidos políticos. Estes desenvolvimentos são exemplificados pelo aumento da tolerância entre os jovens e pessoas com educação superior vivendo nas sociedades ocidentais pela expressão de forma de sexualidade, direitos LGBT, casamento do mesmo sexo, e variações de unidade familiar, e mais identidades de gênero fluida; valores seculares, hábitos e normas éticas; mentes abertura para imigrantes, refugiados, estrangeiros e para a diversidade multicultural de estilos de vida, comidas, e viagens; e suporte cosmopolitista para cooperação internacional, assistência humanitária e agencias multilaterais, como as Nações Unidas e União Europeia. Nos países tradicionais, a cultura foi gradualmente transformada pelo suporte crescente pelo valores progressista pôs-materialista através de processos sucessivos de absolvição generacional.”<sup>118</sup>

A crescente populista também é inflada e pode ser em parte explicada nesse sentido, uma vez que esta propõe um inimigo comum a esse grupo, respostas fáceis que realmente não resolvem problemas, discursos vazios. A sociedade despolitizada então passa a odiar o político por que nesta classe enxergam uma bolha de privilégios na qual não podem se amparar de forma alguma, que supostamente não perseguem as ambições de um desenvolvimento visando a coletividade.

A globalização não se concretizou com o sonho liberal proposto inicialmente, não se converteu em uma explosão na qualidade de vida e na condição

---

<sup>118</sup> INGLEHART; NORRIS; *Trump, Brexit, and the Rise of Populism... cit., p.13* [https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=2818659](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2818659) Tradução livre do original: “A substantial body of survey-based research has now documented the cultural transformation that has occurred during the last half century in Western societies, exemplified by growing support in public opinion for post-materialist over traditional values, and by the organizational expression of these values in the late-twentieth century through the rise of new cultural issues, social movements, and political parties. Developments are exemplified by increased tolerance among the younger cohorts and the college educated living in Western societies for the expression of diverse forms of sexuality, LGBT rights, same-sex marriage and varied family units, and more fluid gender identities; more secular values, habits, and ethical norms; open-mindedness towards migrants, refugees, foreigners, and multicultural diversity of lifestyles, foods, and travel; and cosmopolitan support for international cooperation, humanitarian assistance, and multilateral agencies like the United Nations and EU. In affluent countries, cultures have gradually been transformed by growing support for progressive post-materialist values through successive processes of generational replacement.”

de consumo da maioria, como a vertente que defendia a especialização do trabalho, a ideia Ricardiana<sup>119</sup> da vantagem comparativa, que se consolida na estruturação mundial da cadeia de trabalho onde os países pobres oferecem trabalho barato e os países ricos oferecem tecnologia de ponta. Nessa visão cada país se desenvolveria a partir da sua capacidade de produzir o produto que possuísse maior competitividade, teoria essa que não considera a diferença entre os termos de troca entre *commodities*, exemplificada pela troca hipotética entre uma banana e um celular de última geração.

“E o futuro, em tais condições? Podem ficar tranquilos, a política pós-moderna contempla corajosas reformas. Por exemplo, a mercantilização de amplos setores da sociedade (saúde, educação, justiça, cultura, informação), aplicando-lhes as leis “naturais” do mercado (as mesmas que se revelaram geradoras de catástrofes nos meios de negócios, dos quais procedem. Isto tudo é certo? Não.”<sup>120</sup>

A estagnação das classe médias e o empobrecimento das classes mais baixas frente a uma obscena ascensão das classes mais ricas, e minoritárias, é um elemento fundamental para entender a própria despolitização, pois o indivíduo ideologicamente convertido em um microempresário, reduz-se no mundo globalizado à condição única de entidade econômica daquele tempo presente, desvirtuado de qualquer pertencimento histórico ou cultural, movido pelo lucro e pela perspectiva financeira, somente.

“O capitalismo hodierno, dominando de longa data a vida econômica, educa e cria para si mesmo, por via da *seleção* econômica, os sujeitos econômicos— empresários e operários— de que necessita. E entretanto e justamente esse fato que exhibe de forma palpável os limites do conceito de “seleção” como meio de explicação de fenômenos históricos. Para que essas modalidades de conduta de vida e concepção de profissão adaptadas a peculiaridade do capitalismo pudessem ter sido ‘selecionadas’, isto é, tenham podido sobrepujar outras modalidades, primeiro elas tiveram que emergir, evidentemente, e não apenas em indivíduos singulares isolados, mas sim como um modo de ver portado por *grupos* de pessoas.”<sup>121</sup>

---

<sup>119</sup> David Ricardo foi um economista do século XVIII-XIX que previu a especialização produtiva das sociedades. Para o pensador, caberia a cada economia focar naquela produção onde obtivesse as melhores condições comparativamente as demais, isto é, em sentido custo de produção e rentabilidade.

<sup>120</sup> DUFOUR, Dany-Robert. *A cidade perversa: liberalismo e pornografia*. Trad. Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1.ed, 2013, p. 23.

<sup>121</sup> WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Trad. José Marcos Marian. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 48.

Nesse sentido podemos sim afirmar que o viés econômico impetrado pela globalização e para a globalização age como auxílio para o processo de despolitização das massas que tão intensamente consideram o econômico com ponto ápice de suas vidas em sociedades modernas. confirme esse aspecto não só a descendente participação política das classes médias, sua radicalização moral, mas também os dados que demonstram o viés destrutivo da globalização que nos foi posta. Milanović Branko nos auxilia nesse processo de entendimento de como a globalização se converte em uma falácia de enriquecimento uniformemente espreado:

“Mais do que isso, em alguns respeitos isto enfatiza o que nos concluímos para os 1% e 5% mais ricos, por que sua considerável porcentagem de ganhos parece ainda mais incrível quando olhamos as quantidades absolutas. Não significa revisar nossas conclusões para as classes médias baixas do mundo rico, também, por que eles, como muitos de nós, olham primariamente para suas porcentagens de ganho (que foram mínimas), e quando comparam suas posições com a dos outros, muito provavelmente contrastam com a porcentagem real de ganhos realizada pelo topo. Então, a estagnação dessa renda é muito realidade. E, finalmente, não afeta nossa conclusão sobre o sucesso das classes médias asiáticas também, uma vez que eles também muito provavelmente consideram seus ganhos relativos primeiro. Mas a introdução da quantificação absoluta nos permite olhar para o mesmo dado a partir de um ângulo diferente e melhor perceber a imensa diferença de renda que existe no mundo hoje. Também destacamos outro importante ponto: não deveríamos confundir a classe média das economias de mercado emergente (pessoas com renda per capita anual aproximadamente entre mil e menos que dois mil por ano) com as baixas classes médias dos países ricos (pessoas com renda de aproximadamente cinco mil para dez mil no ano, com base no dólar internacional do ano de 2005).<sup>122</sup>

Em escala global, vemos um crescente de ressentimento de uma sociedade que sente deixada a parte da bonança econômica, muito aquém da propaganda anteriormente difundida como resultado da globalização, da abertura

---

<sup>122</sup> BRANKO, Milanović. *Global inequality; a new approach for the age of globalization*. Massachusetts: Harvard University Press, 2016, p. 26-29. Tradução livre do original: “Rather, in some respects it emphasizes what we concluded for the richest 1 percent or 5 percent, because their considerable percentage gains appear even more stunning when we look at them in absolute amounts. It does not make us revise our conclusion for the lower middle classes of the rich world, either, because they, like most of us, look primarily to their percentage gains (which were minimal), and when they compare their position with that of others, they are likely to contrast it with the real percentage gains realized by the top. So their income stagnation is very real. And, finally, it does not affect our conclusion about the success of the Asian middle classes either, because they too are likely to consider their relative gains first. But the introduction of the absolute measurement allows us to look at the same data from a diff angle and to better perceive the immense differences in income that exist in the world today. It also highlights an important point: we should not conflate the middle classes from the emerging market economies ( people with per capita incomes of approximately between \$1,000 and less than \$2,000 per year) with the lower middle classes of the rich world ( people with after tax incomes of approximately \$5,000 to \$10,000 per year; all in 2005 international dollars).”

ampla e total das sociedades. Aqui buscamos questionar tal abertura e suas consequências, e não sua existência.

Movimento como os *Coletes Amarelos* na França e do Brexit se constituem em exemplos que demonstram tal efeito contrário a liberalização da própria globalização. O primeiro movimento iniciado em 2019 é localizado na França, constituído principalmente por profissionais liberais, professores, operários, integrantes das classes médias urbanas que viram sua condição de vida sofrer contínua deterioração ao longo dos últimos anos com elevação dos preços médios, o que os empurra cada vez mais a periferia dos grandes centros, com condições de trabalho cada vez mais precárias e salários estagnados. O segundo é o movimento político que resultaria na vitória no referendo de 2016 pela saída do Reino Unido da União Europeia, contra a abertura das fronteiras e a massificação da imigração do continente para a ilha, encabeçado novamente pelas classes médias e uma população que se recorda com nostalgia do período anterior à livre circulação de pessoas e mercadorias anteriores a União Europeia.<sup>123</sup>

Ambos movimentos se confirmam como um contra-ataque de uma sociedade cerceada em sua capacidade de se manifestar politicamente, desacreditada de seu sistema político imperante, que encontra engajamento para se mobilizar pelo medo do futuro, pela nostalgia do passado, pelo ódio ao presente. A democracia como a conhecemos não atende mais os anseios velozes de uma sociedade do aqui e do agora, ressentida.

“A participação nas eleições parece estar caindo na maior parte dos países de democracia liberal. Se a eleição popular é o critério principal da democracia representativa, até que ponto se pode falar de legitimidade democrática de uma autoridade eleita pela terça parte do eleitorado potencial, como é o caso do Congresso dos Estados Unidos, ou, como no caso de governos locais na Grã-Bretanha ou do Parlamento europeu, por algo como 10% ou 20% do eleitorado?”<sup>124</sup>

---

<sup>123</sup> Aliás, cabe ao Prof. Dr. José Luiz Borges Horta a compreensão de que os Britânicos nunca foram efetivamente partes culturais da União europeia, nem muito menos ocidentais. Para o autor, as diferenças civilizacionais são marcantes principalmente nos sistemas jurídicos, com repercussões interessantes na construção da ideia do papel e função do Estado. Sobre o tema *cf.* HORTA; RAMOS; *Entre as veredas da cultura e da civilização. cit., p. 270.*

<sup>124</sup> HOBBSBAWM, Eric. *Globalização, Democracia e Terrorismo. cit., p. 103.*

O nacionalismo que inflama as visões populistas desse tempo, canta canções de tempos passados, refletindo uma quebra da legitimação dos Estados nacionais por parte dos seus compatriotas. Nesse sentido, uma globalização que promove e ambiciona pelo enfraquecimento dos Estados, os símbolos nacionais, sinônimos do Estado e história cultural de sua fundação, são sequestrados por uma direita esvaziada de qualquer politicidade e conhecimento amplo de mundo, convertidos em botes salva vidas para, uma sociedade que, embora não creia na política mais, acredita na nação como mantenedor de soberania nacional, ou ao menos como resguardado lugar de segurança pessoal. O descolamento entre o nacionalismo e a democracia é definitivamente um fato perturbador, uma vez que o discurso perpetrado passa a defender o nacionalismo mas deixa de defender a democracia (e a política, por consequência). Nesse sentido adiciona Eric Hobsbawm:

“Não obstante, como já observamos, a xenofobia também reflete a crise de uma identidade nacional culturalmente definida no contexto dos Estados nacionais, nas condições de acesso universal à educação e a informação e em uma época em que a política das identidades coletivas exclusivas, sejam étnicas, religiosas ou de gênero e estilo de vida, busca expressamente a regeneração de uma *Gemeinschaft* [comunidade] em uma *Gesellschaft* [sociedade] cada vez mais remota. O processo que transformou camponeses em franceses e imigrantes em cidadãos americanos está sendo revertido e dissolve as grandes identidades, como a do Estado nacional, convertendo-as em identidades grupais autorreferentes, ou mesmo em identidades particulares não-nacionais, sob o lema *ubi bene ibi pátria* [onde esta o bem, ai existe a pátria]. E isso, por sua vez, reflete em grande medida na diminuição da legitimidade do Estado nacional para os que vivem no seu território, assim como das exigências que esse Estado pode fazer aos seus cidadãos.”<sup>125</sup>

A noção nacionalista foi destituída de sua essência no tocante dos traumas dos horrores perpetrados ao decorrer do século XX, num movimento psicológico de receio que tais erros fossem novamente repetidos com impactos ainda mais desastrosos no tocante do avanço tecnológico deste século presente; porém também vemos uma forte presença da visão capitalista do combate à ideia do nacionalismo como constituidor dos Estados nacionais e, como resultado, por uma maior e mais desregulamentação do próprio fluxo informacional, comercial e

---

<sup>125</sup> HOBSBAWM, Eric. *Globalização, Democracia e Terrorismo. cit.*, p. 95-96.

financeiro, elementos imprescindíveis ao desenvolvimento do próprio sistema econômico capitalista.

A distopia do Estado econômico é o que justifica a implementação de tal agenda de desmonte e desconstrução dos valores e projetos de nação nas democracias mais desenvolvidas do planeta. Se implementa assim a doutrina da terra arrasada, destruição da história e da cultura, social e política, que facilita enormemente a supremacia de um sistema econômico que privilegia poucos, que se ampara na falácia de um cosmopolitismo planetário e num globalismo como anárquico no tocante às nações.

Nesse sentido se acentua o desgaste, a tentativa de falência, a anemia dos Estados nacionais, fundamentalmente Estados políticos, como entidades dotadas de qualquer caráter político legitimado por cidadãos politicamente ativos, construtores na diversidade da coletividade da democracia. A democracia também é assaltada, pois não propõe respostas à sociedade da velocidade, do instantâneo, do imediato.

“A ideologia da globalização é particularmente enganosa quando associada ao declínio do Estado-nação no que se refere a suas possibilidade de intervenção social e econômica. Em verdade, essa ideologia é a do neoliberalismo, que representa uma reação ao predomínio do keynesianismo que se seguiu após a primeira guerra mundial e está enraizada na crise e desintegração do sistema soviético: o esgotamento do planejamento central reforçou seu antípoda. Na origem, a ideologia da globalização é um desdobramento do neoliberalismo, o qual é impregnado de estadofobia. É um pensamento que reserva ao Estado um campo limitado de funções.”<sup>126</sup>

Esse é a doença e o diagnóstico do tempo presente. A consequência é gravíssima não só pra o Estado, mas para a democracia e para a sociedade como um todo.

---

<sup>126</sup> BUGIATO, Caio Martins. *Declínio do Estado Nação?*. Campinas: Unicamp, 2011, p. 49. (Mestrado, Relações Internacionais).

### 3.3. O fim do Estado político?

Finalmente, nos deparamos com o derradeiro momento de inflexão, abismo que se apresenta à frente, supostamente intransponível, não somente como partes do sistema político, cidadãos estabelecidos que somos, em pleno conhecimento de nossa constituição política, mas também como estudiosos e cientistas do Estado, embasbacados pelo momento nebuloso que se forma à nossa frente, como projeto político de construção do bem-estar comum.

No ponto da história que nos encontramos começa a ficar claro que a política sofre seu maior ataque, uma constante que não se limita a um ataque meramente neoliberal, de desmonte apenas, mas se amplifica com uma agenda economicista que atinge a todos em uma escala individual e estatal. Pouco a pouco tentam nos roubar nossa história, nossa cultura política, destituir-nos de nossa própria essência, em um movimento de substituição do núcleo do ser ocidental por uma visão de mundo que corresponde à ambição individual de uma vertente política que detesta o Estado. O ódio e o desprezo pelos avanços sociais alcançados reverbera na própria busca pelo fim do Estado, mas principalmente pelo fim do *Estado político*, pois somente um Estado politizado pode fazer frente a tal movimento.

O Estado como desenvolvimento e resultado da sua própria politicidade, da sua diversidade e multidisciplinaridade de pensamentos, pessoas, ideologias e opiniões resulta no Estado de Direito. É nessa construção plural e contínua, coletiva e política, que o Estado pode continuar a ser aperfeiçoado, movimento puro de mutabilidade e não estática continua no tempo. O Estado preza pela mudança, algo típico da própria alma do debate, do confronto de ideias. A evolução natural do Estado ocorre, ampliando e garantindo direitos, promovendo o bem-estar, a partir deste debate de ideias. A distopia se encontra no oposto dessa perspectiva, um Estado que é construído com base no individualismo, na moral estabelecida na condição pessoal de construção de visão de mundo, imposição que se espraia irreconciliável no impacto com a visão de terceiros, uma vez que a coletividade nesse desenvolvimento, não possui serventia, não é desejável.

A tática de guerra, separar e conquistar, é uma tônica que se fortalece, uma vez que se difundem ideias de pertencimento cada vez mais específicas, mais setorizadas, mais discriminatórias, que não contribuem para o florescimento da política. Proposta da não identificação com nada, do clubismo, do bairrismo, resultam no não engajamento, ou no engajamento local, proteção dos meus, distorção aos demais, nós contra eles. O político não encontra terra fértil para se enraizar, pois na política de grupos não existe debate, mas apenas defesa, defesa contra o diferente, contra o contraditório, contra o pensamento, logo morre a coletividade.

Assim como fez Fukuyama ao clamar pelo fim da história<sup>127</sup>, aquele que clamam pelo fim do Estado tomam também caminhos igualmente obscuros, movendo-se pelas sombras em seu trabalho de deslegitimar, desestruturar, corromper as ideias de um Estado de Direito para a coletividade rumo a um Estado desancorado de sua cultura, sua história, sua positividade. Não é possível uma leitura do Estado sem a consideração de sua face política como lubrificante imprescindível para as relações sociais, regulação das relações econômicas e evolução deste.

“O custo pago pela política comparada por ler a cultura por fora de sua análise é um conjunto de teorias institucionais muito frequentemente excessivamente rasas. Muitas teorias identificam o efeito principal das instituições corretamente mas atribuem efeitos que são complexamente determinados para relativizar certos mecanismos, assim perdendo o sentido sobre o problema do por que as instituições surgem ou persistem. Fracassando em levar mais inteiramente em conta as dimensões das relações sociais, muitos cientistas políticos acabam perdendo a oportunidade de enriquecer as teorias centrais para o contexto contemporâneo.”<sup>128</sup>

Tal onda, não meramente liberalizante, mas também destruidora, é um movimento contra a legitimidade dos próprios Estados nacionais, que em sua base de legitimização, se amparam diretamente na política, na construção política social de tal legitimidade. Nesse sentido temos observado o enfraquecimento da legitimização

<sup>127</sup> Sobre o tema cf. FUKUYAMA, *O Fim da História e o Último Homem*, cit., 1992.

<sup>128</sup> HALL, Peter A; LAMONT, Michele. Why Social Relations Matter for Politics and Successful Societies. The Annual Review of Political Science. Massachusetts: Annual Review, Vol. 16:49-71, 2013. <https://www.annualreviews.org/doi/pdf/10.1146/annurev-polisci-031710-101143>. Tradução livro do original: “The cost paid by comparative politics for reading culture out of its analyses is a set of institutional theories that are often overly thin. Many theories identify the principal effects of institutions correctly but ascribe effects that are complexly determined to relatively simple mechanisms, thereby losing purchase over the problems of why institutions come into existence or persist. By failing to take the cultural dimensions of social relations more fully into account, many political scientists are missing an opportunity to enrich the theories central to the contemporary discipline.”

estatal, amplificado pelo processo de globalização, conforme já exemplificamos no subcapítulo 3.1.

Não apenas vivemos em um contexto de despolitização das sociedades, além disso, observamos uma ascensão de pensamentos extremistas, sejam de esquerda ou direita, o que está diretamente ligado à procura por vias apolíticas, isto é, vias que se colocam como caminhos alternativos à política, para uma construção supostamente democrática do projeto de sociedade. Nesse sentido já somos capazes de entender por que a política importa, por que ela é fundamental para o projeto de construção coletiva, por que ela não pode ser desvinculada da ideia de construção democrática.

“A política importa por que decisões coletivas importam. Talvez as mais ricas sociedades estejam em uma posição onde possam optar e viver numa ilha deserta livres do resto de nós, mas mesmo lá eles não podem escapar do impacto do aquecimento global no meio ambiente a medida que os níveis dos oceanos se eleve. Para a outra maioria, o que acontece na sociedade faz como um lado um diferença na sua capacidade de conseguir um emprego, acesso à educação ou receber acesso à saúde. O que acontece na sociedade importa para todos nós – e isto não implica somente nos políticos do grande palco da políticas nacional e internacional, mas também para as políticas de sociedade civil, as comunidades nas quais você vive e nas associações que estruturam suas vidas.”<sup>129</sup>

O coletivo é o fundamento da vida em sociedade, conforme decorre Gerry Stoker, não apenas por que as ações individuais impactam o coletivo, mas por que através da coletividade se consolida o único caminho real de uma construção para a coletividade, e é aí que nasce a politicidade, uma habilidade fundamental para o debate, a articulação de ideias dentro da vida democrática. A democracia se baseia nesse ambiente politizado de pluralidade tão típico da vida em comunidade.

Nesse sentido, o chamado é claro, por um retorno à politização, pelo retorno da vida política, como resposta coletiva às questões sociais no âmbito do Estado, como caminho de combate às ideias extremas que se colocam, contra os

---

<sup>129</sup> STOKER, Gerry. *Why Politics Matter*. Making Democracy Works. London: PALGRAVE, 2017, p. 5. Tradução livro do original: “Politics matter because collective decisions matter. Perhaps the very richest in society are in a position where they could opt out and live on a desert island free from the rest of us, but even there they can’t escape the impact of global warming and our collective effect on our environment as sea levels rise. For almost everyone else, what happens in wider society makes a huge difference to their ability to get a job, access education or receive health care. What happens in the wider society matters to us all – and that influence what happens in the wider world. And that does not only apply to politics on the grand stage of national and international politics, but also to the politics of civil society, the communities in which you live and associations that structure your life.”

discursos populistas que se colocam como respostas fáceis. **O retorno à política é o caminho de salvação do Estado.**

Nosso papel aqui é de alerta, de mobilização política, de esclarecimento. Buscamos exatamente fazer frente a este movimento, junto os estudiosos e cientistas que já verificaram o projeto de fim do Estado político que se apresenta, substituído por um Estado técnico, um Estado esvaziado de ideologia, de pessoas, de ideias, de debate, onde uma visão única impere, indo contrariamente a tudo que é defendido como desenrolar natural da própria democracia no ambiente público.

Para além de alerta, ambicionamos buscar direções, mostrar as variáveis que podem ser úteis ao Estado, para que ele construa uma narrativa e uma história de combate a esse processo de despolitização, passando pela informação e resultado na luta política, que é acadêmica, mas também é coletiva.

As propostas dessa dissertação são construídas visando uma reconstrução coletiva do Estado político, visando a defesa do Estado do Direito (e dos direitos fundamentais neste adquiridos) e na instauração de um projeto de nação que se consolide e se estrutura efetivamente como tal, capaz de se colocar como uma ator legitimada contra os interesses que buscam a própria destruição do Estado nacional. O pequeno interesse (econômico, social, político) não pode ser suficiente para subverter todo o projeto de uma coletividade democrática.

#### 4. Desenvolvimento Político: do direito à realidade.

Décadas e décadas de pesquisa têm do desenvolvida apenas para construirmos algum entendimento sobre o que é desenvolvimento humano, as relações correlatas que implicam tal desenvolvimento, suas características e, finalmente, o que se ambiciona pela busca por tal desdobramento da evolução social. É válido ressaltar que a construção de qualquer index ou índice ou conceito espelha uma ideologia em sua concepção, refletindo uma concepção e visão da realidade, da percepção da sociedade ou das variáveis que se busca verificar.

O desenvolvimento humano é um índice cujos origem, proveniente das ciências econômicas, acaba por ser enviesados por sua história, finalmente por sofrer ajustes ao longo de sua existência para conseguir captar para além dos fatores econômicos, fatores de cunho social.

“O ideário dos Indicadores de Primeira Geração ganha força no pós-guerra. Conforme destacam Kayano & Caldas (2001), a elaboração de indicadores naquela época estava essencialmente voltada para as quantificações de natureza econômica, com destaque para os sistemas de contas nacionais e a mensuração dos agregados macroeconômicos. A universalização do PIB per capita como indicador de desenvolvimento a partir da década de 1950 esteve associada diretamente aos seguintes fatores: tratar-se de um dado disponível para a quase totalidade dos países; constituir-se numa variável de fácil entendimento; permitir comparabilidade factível; relacionar-se a dimensões geralmente reconhecidas como parte integrante do processo de desenvolvimento, tais como o crescimento econômico e a dinâmica demográfica (Seade, 2002).”<sup>130</sup>

Trazemos o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), índice criado em 1990 pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq no contexto do Programa das Nações Humanas para o Desenvolvimento (Pnud), e que trabalha a nosso favor como exemplo da aplicabilidade de índices no cotidiano, tamanha a naturalidade da aplicação deste índice em questão. Podemos até tecer uma crítica sobre o caráter

---

<sup>130</sup> GUIMARÃES, Ribeiro Soares; JANNAZI, José; MARTINO, Paulo de; *IDH, INDICADORES SINTÉTICOS E SUAS APLICAÇÕES EM POLÍTICAS PÚBLICAS. UMA ANÁLISE CRÍTICA*. Recife: Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, vol. 7, n. 1, may. 2005, p. 74-75. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-88392003000300007](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392003000300007)

economicista e quase dogmático como tem sido aplicado, divulgado e utilizado. É válido ressaltar, no entanto, que o índice tem um caráter informativo que é capaz de promover, quando aplicado com seriedade, uma ampla gama de entendimento sobre aspectos que se busca dissecar, olhar com uma lupa, verificar com um olho clínico. Ele permite comparar e construir, por meio de inferências de dados, não apenas uma melhor compreensão do grupo que estuda, mas também a elaboração de políticas mediante a base que se apresenta. Não obstante, o índice em questão tem se convertido em ferramenta de fomento e medição de políticas públicas e seus impactos num contexto nacional.

Ambuj D. Sagar e Adil Najam fortalecem a ideia de que a perspectiva do índice tem de ser muito clara, no sentido de não se deixar enviesar por uma perspectiva ou visão daqueles que desenvolvem o índice, como no caso do IDH.

“Medidas de performance possuem legitimidade para avaliações políticas apenas quando elas refletem a realidade do sistema sobre análise. Quando falham, the HDRs <sup>131</sup>parecem ter perdido contato com a sua visão original. Se planejam recuperar seus espaços como parâmetro no discurso de desenvolvimento, olhou para trás nos seus próprios dados e olhar adiante com uma visão clara de revigorar sua relevância para o mundo que querem retratar.”<sup>132</sup>

Um índice se propõe a construir um contorno, um recorte, um aparato sobre um contexto, sobre uma situação, acerca de uma problemática que se apresenta e que pode ser mensurada. O processo de escolha das variáveis é o fator de maior relevância no momento da criação do índice, uma vez que diz respeito exatamente ao mundo que se pretende representar. Tal escolha também deve se basear inteiramente num conhecimento do contexto que se procura medir, do contexto histórico e cultural que será representado.

Nesse contexto, o IDH é claramente um índice econômico, que visa medir e retratar uma questão de cunho social a partir de um contexto econômico, medido variáveis relativas ao desenvolvimento humano correlacionando

---

<sup>131</sup> HDRs podem ser definidos como sendo elementos de avaliação metódica que caíram em desusos.

<sup>132</sup> SAGAR, Ambuj. D; NAJAM, Adil; The human development index: a critical review. *Ecological Economics*. London: Elsevier, 1998, p. 263. Tradução livre do original: “Performance measures have legitimacy for policy evaluations only when they reflect the realities of the system under analysis. By failing to do so, the HDRs seem to have lost touch with their original vision. If they are to regain their place as pacesetters in the development discourse, they have to look back critically at their own record and look ahead with a clear vision to reinvigorate their relevance to the world they purport to portray.”

desenvolvimento econômico a desenvolvimento social humano. Tal extrapolação tem uma base ideológica muito claramente determinada, uma característica que deve ficar clara para aqueles que estejam analisando os resultados desse modelo, ou de qualquer outro modelo que se proponha como retrato fidedigno de alguma perspectiva.

O índice também reflete um anseio da sociedade desse tempo, uma sociedade cada vez mais cientificista, no que diz respeito à matemática, ciências afins e suas aplicações em sociedade, principalmente dentro da academia, centrada em promover um processo científico positivista, legando ao segundo plano, até mesmo no campo das humanidades, o próprio fator humano, em sua essência, uma vez que transforma em quantidades práticas e abstratas grupos e contrastes.

Nesse contexto, decidimos pela configuração de um índice político, com o intuito de promover uma maior compreensão sobre o contexto político comparado em que o mundo se encontra conectado na atualidade. Um índice político como proposta de resposta e que se converta em arma para a corrente despolidizadora que foi neste texto previamente descrita, uma ferramenta de repolitização da sociedade, uma vez que, pelo exemplo comparado dos sucessos políticos desse momento histórico, amparados em sua cultura e sua histórica, representem verdadeiros espelhos ideológicos, chamas vivas de esperança para a recondução da história aos trilhos, **um caminho pela política, para a política.**

#### 4.1. Indicadores de Desenvolvimento Político.

O que é desenvolvimento político? Quais as características que definem um nível de desenvolvimento político mais ou menos elevado? Quais variáveis devem ser adotadas para promover alguma elucidação sobre o grau de desenvolvimento político de uma nação? Como tal desenvolvimento afeta a percepção de mundo dos cidadãos pertencentes a uma sociedade e como isso funciona como um fortalecedor de engajamento popular para a política ou contra ela? O desenvolvimento político está diretamente ligado à capacidade da nação de se posicionar ativamente frente as demais nações no cenário internacional, isto é, é um fator de legitimação

internacional? O desenvolvimento político correlaciona-se mais fortemente para com a desideologização ou com a politicidade?

Partindo desse emaranhado complexo de perguntas nos deparamos com a perspectiva de construção de um índice de mensuração do grau de avanço político, seus efeitos, suas consequências e suas correlações. O índice nesse contexto nos parece incrivelmente útil para tentar entender o processo de desideologização que aqui anteriormente foi descrito.

A condição que nos permitirá dissecar características, vivenciar mais claramente, que certamente infere a capacidade de produzir um conhecimento comparado, mas não somente ranqueá-lo de forma a propriamente dizer onde o desenvolvimento promoveu-se mais intensamente e onde este ainda peca em se desenvolver. Nesse sentido é válido ressaltar a ideia de comparação no âmbito das instituições políticas nacionais, uma vez que essas são representações da história e da cultura coletivas de um povo, que se emancipou politicamente e se afirmou em sua cultura. Guillermo O'Donnell nos auxilia com a perspectiva de que a política comparada tem um viés superior meramente à camada individual ou da relação meramente indivíduo Estado, embora a considere, mas superior a esta:

“Vista desse ângulo, a democracia não é o resultado de nenhum tipo de consenso, ou decisão individual, ou contrato social, ou processo deliberativo. A democracia resulta de uma aposta institucionalizada. O sistema jurídico (incluindo-se, naturalmente, as constituições) confere a cada indivíduo múltiplos direitos e obrigações. Não é uma questão de escolha; ao nascer (e mesmo antes, em vários sentidos) os indivíduos estão imersos em uma trama de direitos e obrigações determinados e respaldados pelo sistema jurídico do Estado-território onde vivem. Somos seres sociais bem antes de tomarmos decisões conscientes, e nas sociedades contemporâneas uma parte importante de nosso ser social é definida e regulada por lei. Este fato também é óbvio e tem importante consequências. Entretanto, é ignorado pelas teorias contemporâneas da democracia.”<sup>133</sup>

No contexto em que se considera o valor cultural e histórico constituinte das nações, resultando diretamente na constituição política dominante, não podemos, no entanto, deixar de estabelecer alguns parâmetros que são fundamentais para o início de qualquer debate sobre política, fatores esses que devem

---

<sup>133</sup> O'DONNELL, Guillermo. *Teoria Democrática e Política Comparada*. Rio de Janeiro, vol. 42 n. 4, 1999, p. 41

ser considerados inequivocamente quando pensamos em construir um conhecimento político comparado.

Primeiro, é preciso necessariamente utilizar como ponto de partida, um parâmetro que nos permita entender os impactos de tal sistema no político, isto é, a maneira como o tal arranjo age como fomentador da própria coisa política, núcleo deste trabalho de pesquisa e investigação. Buscamos aqui dissecar os sistemas de tal forma que nos permita compreender onde melhor a política, teoricamente, encontraria ambiente para poder desenvolver-se livremente, onde a pluralidade é o ingrediente da vida social, de incremento da própria política, onde o debate, o contraste e o embate das ideias não é somente aceito, mas deveria também ser amplamente encorajado em todas as vertentes da vida pública.<sup>134</sup> Nesse sentido é válido destacar que uma análise dos sistemas de governo, seus objetivos, seus impactos, seus méritos e deméritos se colocam. Além disso, como este se relacionam e impactam o desenvolvimento das sociedades onde foram implementados, para além do desenvolvimento social e econômico, resultados diretos destes sistemas, mas também como elementos colaborativos ao entendimento do próprio nível de desenvolvimento político de um povo e de uma comunidade.

Nesse sentido é necessário estabelecer melhor o que entendemos como sistema político. Buscamos auxílio em Enrique Gomáriz, a partir de direto debate com David Easton, e sua concepção de sistema político colabora decisivamente:

“Para Easton, el sistema político está constituido por cuatro elementos principales: a) el sistema propiamente institucional, cuyo centro es la autoridad constituida; b) los actores sociales institucionalizados, que abarca desde los grupos empresariales hasta los grupos de presión; c) los valores políticos e ideológicos establecidos en la sociedad (que hoy de manera más amplia denominaríamos cultura política); y d) el hecho de que existen otros sistemas políticos de carácter nacional, con los que el sistema político de un determinado país se relaciona en el escenario internacional. Esta descripción inicial de Easton nos permite retener algo que será fundamental en la definición de los sistemas políticos: el hecho de que refiere a la relación entre el sistema institucional y la ciudadanía. Esta noción enfáticamente relacional es precisamente

lo que distingue al sistema político del resto de las categorías relacionadas: forma de régimen, forma de gobierno, Estado, etc.<sup>135</sup>

Os sistemas de governo são reflexo direto das relações políticas desenvolvidas em comunidade, suas instituições e seus representantes no corpo estatal. No didático modelo desenvolvido por David Easton tais sistemas se baseiam no *input* de demandas e suporte popular por parte dos membros políticos e sociais, que são deliberadas no âmbito do movimento decisório, legitimando o sistema e resultando em decisões ou políticas em um sistema fechado e cíclico de feedback contínuo onde a retroalimentação do sistema se baseia no próprio processo decisório constante.<sup>136</sup>

Naturalmente o sistema político é um reflexo direto do desenvolvimento histórico e cultural da comunidade em que estão inseridos, uma expressão do próprio espírito político daquele povo. Não obstante, podemos observar a existência de sistemas políticos que se desenvolvem com vertentes mais ou menos democráticas, novamente reflexo dos próprios marcos culturais que diretamente ligados ao processo de diferenciação civilizacional. Por democracia, utilizando a definição de Paula Becker e Jean-Aimé Raveloson, que corrobora a amplamente difundida concepção do termo, temos:

“O termo democracia provém do Grego e é composto pelas duas palavras *demos* = povo e *kratein* = reinar . É possível traduzir democracia literalmente, portanto, com os termos reinado popular ou reinado do povo. A democracia como forma de Estado está em demarcação com a monarquia, aristocracia e ditadura. Talvez já ouviste uma vez a definição mais conhecida de democracia: “*government of the people, by the people, for the people*” (governo do povo, pelo povo, para o povo - Abraham Lincoln) .Traduzido de maneira simplicista é possível dizer: O poder surge do povo, está a ser exercido pelo povo e no seu próprio interesse. Esta descrição é, por enquanto, muito geral, mas nas páginas seguintes serão descritas em mais detalhe as diferentes facetas da democracia .”<sup>137</sup>

Não somente ao definir o termos temos a capacidade de diferenciar os sistemas políticos, mas os autores também nos auxiliam ao propor pontos de inflexão

<sup>135</sup> MORAGA, Enrique Gomáriz; Sistema político y políticas públicas en América Latina. *Revista del CLAD*, n. 38, jun. 2007, p. 95.

<sup>136</sup> Sobre o tema, cf. EASTON, David. *An Approach to the Analysis of Political Systems*. World Politics, Volume 9, Nº3, abril, 1957.

<sup>137</sup> BECKER, Paula; RAVELOSON, Jean-Aimé. *O que é democracia*. Luanda: Friedrich Ebert Stiftung, 2011, pg. 5.

diretamente inverso, citando outros sistemas ou subsistemas, onde o fator democrático varia até mesmo ao ponto da inexistência. Nesse sentido temos o ponto onde é preciso afirmar que a democracia é uma característica imprescindível para a própria existência do político, nos permitindo aqui afirmar com veemência que, fora do sistema que busque uma efetivação democrática, não é possível a existência da política como instrumento de expressão social da totalidade, isto é, como expressão dos anseios, desejos e demandas do povo, do grupo política que constitui aquela comunidade, muito menos qualquer tipo de desenvolvimento político de fato pode ser alcançado. Ora, isso em nenhuma hipótese desconsidera que em regimes não democráticos existam modelos com alguma dimensão política, porém essa se limita a um grupo inexpressivo, tendo a maioria nenhum impacto no processo decisório dos fatos que lhe afetam diretamente.

Tal delimitador é necessário pois o índice que buscamos aqui propor se baseará em três camadas correlacionadas, interligadas e retroalimentares, distintas e correlatas em certa medida, mas certamente indivisíveis, que serão apresentadas logo adiante. Tratam-se de camadas que se relacionam intimamente na vida política interestatal e que partem do princípio de que uma análise do político requereria um olhar ampliado do próprio sistema em várias escalas, pressupondo certas liberdades em níveis distintos.

Tal índice buscará não apenas ranquear os países analisados de modo a identificar os mais desenvolvidos politicamente frente àqueles em que se carece ainda de medidas para efetivo avanço do tema, mas mais claramente busca mostrar medidas de tendência, isto é, nos dotar de ferramentas para analisar fatores que são mais efetivamente presentes naqueles que se destacam no tema frente dos demais.

A primeira das camadas se trata da própria *escala estatal*, isto é, o sistema como implementação e resultado da vontade democrática, expressão da construção histórica política do povo ali representado. Nessa primeira camada tentaremos entender alguns fatores relevantes ao próprio desempenho do Estado na promoção de condições de harmonia e efetivação da própria política dentro do núcleo do Estado, além dos elementos que podem afetar positivamente ou negativamente tal

movimento de efetivação, quais artifícios são utilizados pelo Estado de forma benevolente ou pernicioso no processo de construção de tal politicidade.

A segunda camada na verdade é constituída em uma esfera intermediária entre a primeira e a terceira, podemos dizer, tratando-se da própria *esfera política*, onde buscaremos analisar o nível de efetivação da política no contexto popular de fato, uma vez que a política se constitui no núcleo da vida pública, no núcleo do próprio sistema. É uma camada responsável por fazer a ligação entre a primeira a segunda ‘esferas’.

A terceira e última camada requer uma análise no *nível popular*, uma análise que percorra e seja capaz de medir o nível de participação cidadã coletivizada, um olhar mais próximo sobre o empenho social na construção que envolva uma politização de fato da comunidade, como membros organizados ativos desenvolvendo efetivamente o processo de construção da política no âmbito do sistema político.

Nesse sentido os critérios (qual serão explicitados juntamente com o índice) buscam promover um diagnóstico não somente do panorama político num contexto histórico, mas também, através do entendimento, possibilitar uma análise crítica capaz de demonstrar casos de sucesso, exemplos de Estados onde o processo de politização se desenvolveu e se concretizou e que possam ser utilizados como espelhos, guias para o momento tão obscuro que vivemos na atualidade.

Gonçal Mayos nos alerta sobre a imposição de uma democracia ficta, uma democracia que não se efetiva pela própria ausência de politização, de atuação política de seus membros:

“uma democracia de qualidade só é possível sob vigilância constante de alguns cidadãos críticos e empoderados. Caso contrário, a liberdade termina reduzida à mera formalidade de voto a cada certo tempo e é uma representação política dirigida de forma populista e democraticamente. A ágora política aberta, inclusiva, solidária e comum a todos as pessoas é talvez a obra mais complexa e esquiva da humanidade.”<sup>138</sup>

---

<sup>138</sup> MAYOS, *Homo Obsoletus: precariedade ... cit.*, p. 48.

Nesse sentido, o índice nos apoia e nos apoiará a identificar em que sentido os sistemas políticos e os contextos políticos funcionam com ferramentas efetivas de politização das massas, promotores de movimento de politização coletiva dos cidadãos em sociedade. A flexibilidade do índice também é um fator almejado neste trabalho, nesse sentido, para cada critério estabelecido teremos níveis de efetividade, para cada um dos países analisados, buscaremos avaliar com intensidades distintas, mediante a utilização de pesos, para mostrar tendências fracas, médias e fortes, de forma a não apenas distinguir com maior exatidão os participantes e suas características, mas também a promover uma análise mais detalhada, que nos permita firmemente entender essas tendências.

No tocante ao grupo analisado, optaremos por um grupo amostral reduzido a um total de cerca de vinte países, dos cinco continentes, garantindo uma diversidade não apenas cultural e histórica, nas matrizes de formação dessas sociedades, mas também política, uma vez que buscamos analisar a forma como a política se desenvolveu como representação das próprias culturas. Não desconsideramos que a cultura também poderá funcionar como um fator inibidor da própria política, uma vez que política pressupõe liberdade, em teoria e na prática, fator esse que, além de amplo, entra diretamente em choque com o núcleo das culturas em várias sociedades.

Mayos continua seu ensinamento ao nos demonstrar a importância da política, fortalecendo a necessidade dos estudos nesse sentido, um estudo que se proponha a entender a democracia para além do sistema político, mas o núcleo duro da democracia, a própria política como fator empoderante:

“na era das massas e do voto universal, dos direitos civis e humanos, da não discriminação por gênero, raça, religião, língua, etc; os cidadãos, que lutam e tem conseguido tudo isso se sentem forçados a renunciar e voltar a reclusão na vida privada, e também ao subordinado status de sujeição. Tudo parece confabular-se para que a população esqueça a tarefa política comum, voltando-se ao trabalho, à profissão ou o trabalho privado.”<sup>139</sup>

É necessário também destacar que a escolha do grupo amostral também se baseia na capacidade de obtenção dos dados referentes ao objetivo do trabalho aqui

---

<sup>139</sup> MAYOS, *Homo Obsoletus: precariedade... cit.*, p. 48.

desenvolvido, isto é, países em que os dados disponíveis na biografia e nas fontes disponíveis permitam um refinamento dentro dos critérios aqui estabelecidos, visando um maior entendimento da construção política dos sistemas vigentes.

Finalmente, permitiremos um sistema de ajuste de percentagem, que faculte uma banda de movimento dentro do sistema de pontuação, que terá a função de correção de possíveis desvios dentro dos critérios. Isso é, uma banda de erro que permita perceber uma parcela de contato entre os dados analisados e que dê alguma margem de segurança para demonstrar aproximação entre os ranqueados. Isto será melhor exemplificando no momento da demonstração dos resultados tabelados.

Nesse sentido, tal índice de desenvolvimento político nos permitiria, para além de maior entendimento da essência do político, uma construção de uma teoria comparada e desenvolvimento político, de modo a que se compreender as nuances de cada sistema que for selecionado.

#### **4.2. Critérios para o índice de desenvolvimento político**

Conforme destacado anteriormente buscamos abordar, as três esferas da política em sociedade para que o índice aqui desenvolvido seja efetivo em seu objetivo de ranquear os países entre si quanto ao desenvolvimento político: 1) Estatal, 2) Política e 3) Popular. Além disso destacamos o papel da vertente democrática em comparação aos demais sistemas como fomentador de liberdades, algo inerente para o próprio desenvolvimento político. Os critérios aqui apresentados dizem respeito ao desenvolvimento dentro dos contextos das esferas destacadas e encontram-se intimamente ligadas, retroalimentadas por si só em sua existência como expressão política.

Robert A. Dahl defende que a democracia é efetiva mediante a promoção de alguns valores chaves, correlacionados e retroalimentados entre si, promovendo um ambiente que é propício à experiência democrática e, por consequência, à própria política. Tais valores envolvem a 1) participação efetiva com igualdade de participação, 2) igualdade de voto, 3) entendimento esclarecido do

processo e das oportunidades, direitos e deveres do processo, 4) controle do programa de planejamento com membros definindo os rumos daquele sistema e, finalmente, 5) inclusão dos adultos com a participação do grupo como um todo.<sup>140</sup>

Embora tenhamos algumas ressalvas, principalmente no que diz respeito ao cinco elemento, uma vez que a democracia deveria ser uma inclusão de todos, de fato os critérios de participação deveriam funcionar como verdadeiros promotores de engajamento político, não o contrário. Uma vez que a politização se converte em um processo coletivo pleno, acreditamos que as anotações de Dahl são válidas para partirmos de um ponto norteante para entendermos mais claramente os critérios que iremos desenvolver dentro do índice. Dahl acerta no momento em que entende que o centro da democracia e, por consequência, de um sistema político pleno, passa pela pelo debate e pela participação, funciona assim de forma interessante para jogar luz em alguns dos critérios que pensamos serem relevantes no âmbito do trabalho que aqui estamos desenvolvendo.

Abaixo iremos detalhar os critérios e os impactos que consideramos que esses possuem não somente no índice, mas também na construção da política e da identificação de sua essência:

#### Camada 1 -Liberdade Estatal

De que maneiras o Estado como sistema político pode funcionar como fomentador da política ou como opressor do engajamento político? Os critérios dessa parte tentam medir como os impactos das políticas estatais e algumas das próprias características intrínsecas ao Estado interferem no processo de politização das massas, da construção da coletividade como ente ativamente política da construção socializada da democracia.

##### *a) Sistema Político Oficial*

Reafirmando que a democracia é sistema político onde a política encontra liberdades não apenas mínimas para se afirmar mas também liberdades relativas mais

---

<sup>140</sup> DAHL, Robert A. *Sobre a democracia*. Tradução: Beatriz Sidou. Brasília: Unb, 2009, p. 49-50.

abrangentes, escolhemos por partir desse pressuposto basilar para a construção deste índice. Isto nos permitir elaborar dentro do índice um comparativo dos próprios sistemas políticos, uma vez que o sistema político é uma representação cultural e histórica da evolução do povo em que se insere e, conseqüentemente, estará diretamente ligado, muito provavelmente, ao nível de desenvolvimento político observado em particular.

Os países do índice aqui selecionados, como foi anteriormente destacado, foram escolhidos não somente baseados na disponibilidade de dados que permitissem sua compilação, análise e dissecação crítica, mas também busca trazer para esse comparativo diversidade, no que se refere a concepção do índice, mesmo que de maneira amostral, revelando uma tendência que talvez venha a se repetir com a aplicação geral do índice, pensamos nós.

É papel desse índice analisar não somente países de tradição marcadamente democrática, conforme preceito anteriormente defendido, mas também promover algum conhecimento comparativo com os demais sistemas políticos operantes nas demais matrizes políticas e quais são os efeitos e resultados propriamente ditos no que se refere ao desenvolvimento político, em que patamar se encontram, efetivamente colaborando para uma ampliação do entendimento da própria correlação básica entre sistema e politicidade dentro de uma sociedade política qualquer.

Entretanto, vale ressaltar, nos valem de uma análise crítica logo na base do índice, isto é, a análise partirá, conforme aqui destacado, do sistema político como consideração oficial estatal. Entretanto utilizaremos do subcódigo, um outro parâmetro comparativo, conforme será explicado abaixo.

Nesse sentido a aplicação do peso se valerá pela nomeação oficial como democracia (*high* = peso 3), uma nota de peso intermediário para os países que não se definam democráticos porém preservem neste alguma qualidade (*medium* = peso 2) e finalmente os tiranos com peso baixo (*low* = peso 1).

*b) Sistema político aparente (fator democrático)*

Este certamente se colocará como um dos critérios mais desafiadores de todo o nosso projeto de construção de um índice, não por falta de coragem em nos posicionarmos no tema mas pela subjetividade em que tal termo demanda. Expliquemo-nos: a parte esmagadora das ditaduras e autocracias mais variadas, sanguinárias ou disfarçadas da história se escondeu atrás do título de democracias, amparadas no Estado autointitulado para promover uma certa aura de legalidade, de manutenção de direitos básicos consagrados como fachada para efetiva desmoração do Estado como construção coletiva frente a personificações em grupos ou líderes supremos inquestionáveis.

Novamente nos valhamos aqui da análise econômica no que diz respeito à efetivação de uma sociedade global onde a economia domina todas as pautas, todos os debates, toda a construção social. Nesse sentido, não é como se a democracia tivesse se tornado a nova tendência majoritária, embora isso se comprove de certa forma<sup>141</sup>, mas não é a democracia como a clássica participação coletivos onde as minorias são elevadas e a onde a ética é a expressão máxima, mas sim uma democracia ficta, construída em um movimento de palco, meramente ilustrada de forma a fazer uma fachada reduzida e permitir a efetivação de relações comerciais, não a construção ética de qualquer Estado.

Partindo dessa premissa fica claro o desafio em estabelecer esse critério, diretamente ligado a compreensão sobre o próprio regime atuante, então para tal também nos valeremos dos critérios que usaremos para a própria efetivação do político, como os valores que deveram ser analisados na esfera em nível popular, isto é, diz respeito as liberdades “individuais” que competem à construção da política como coletividade, da política como instrumento ético de construção do Estado.

---

<sup>141</sup> Huntington, em seu aclamado *Choque de Civilizações*, se jogou em entender não somente as relações internacionais mas também os fatores que nos diferem como civilizações no âmbito das relações internacionais. Para tal, se valendo de uma análise cultural e histórica, conseguiu efetivamente diferenciar várias, demonstrando que os conflitos da modernidade podem ser verificados com maior frequência nas zonas de contato entre as civilizações. Além desse retrato das relações internacionais, o autor também se valeu desse momento para produzir conhecimento acerca das relações políticas e sociais dentro desses grupos distintos. Finalmente, percebeu que a democracia era o produto de exportação do Ocidente para o Oriente, que ironicamente a aceitava como subproduto cultural, absorvendo em tese o sistema, mas desvirtuando sua essência. Em uma reviravolta fica evidente que a cultura não permite a implantação de valores sociais, religiosos e políticos que são contrários e distintos da própria cultura, não ao menos na velocidade relâmpago do consumo da contemporaneidade, da necessidade do capitalismo ou dos grupos hegemônicos de poder.

Sabemos do desafio de tal movimento mas, cientes deste, tomamos o rumo de tal identificação subjetiva, aliados ao objetivo de não permitir que este índice seja desvirtuado pela falsa interpretação do sistema político das comunidades aqui dissecadas e analisadas. Deixaremos claros toda decisão tomada durante a utilização dos pesos (no âmbito dos intensificadores já acima descritos: fracas, médias ou fortes) para permitir a confirmação do dado e para introduzir algum tipo de confiabilidade acerca daquela informação, abertos a novas análises sempre que julgarmos pertinentes. O maior peso será dado as democracias com sistema político aparente realmente democrático e com intensificadores para aqueles que menos se encaixarem nesses fatores.

*c) Separação entre os poderes*

Partindo aqui da ideia democrática de separação dos poderes, no entanto não nos prenderemos ao modelo democrático clássico, mas sim em sua aplicação e função final, isso é, garantir que haja algum tipo de contrapeso dentro do sistema político vigente que funcione de forma a permitir que um equilíbrio entre as forças políticas como a que existe no caso democrático entre os poderes executivos, legislativo e judiciário.

Esse critério se relaciona diretamente com a política no sentido de que dentro de qualquer Estado, as relações são efetivamente relações políticas, embora todo o movimento de despolitização que tem sido tão fortemente verificado na atualidade e que finalmente veio a originar a demanda de interesse pessoal e acadêmica latente pelo desenvolvimento e incremento de conhecimento no âmbito deste assunto, suas causas e consequências, e propriamente a necessidade de construir algum tipo de debate que busque alternativas ou soluções para tal movimento.

“A separação de poderes entre o Estado e os particulares ou, melhor dizendo, a repartição e a conseqüente limitação das esferas de atuação, pressupõe o exercício do poder de regulação do Estado, o que definirá a esfera e o respectivo alcance da atividade estatal, bem como a margem de liberdade deixada ao particular. Se o particular não exerce propriamente um ‘poder’, é inegável a sua aptidão para adotar determinados comportamentos passíveis de alterar a realidade fenomênica. Concebida essa esfera de atuação como um todo unitário, é possível que o Estado

delimite, ante a natureza da atividade ou por mera opção política, uma área de atuação exclusiva, concorrente ou mesmo subsidiária.”<sup>142</sup>

Tentaremos observar, ao analisar as comunidades no índice inseridas, de que forma o Estado se organizou para permitir esse equilíbrio entre os poderes dentro do sistema político, se tal equilíbrio existe e como ele funciona.

*d) Garantias constitucionais de politicidade*

Relacionada diretamente com o critério anterior e intimamente com o objetivo deste trabalho, onde buscamos construir um caminho, uma possibilidade de repolitização das sociedades e de seus membros, entender a politicidade passa inegavelmente por entender a relação do próprio Estado com a política. **A politicidade é o núcleo do Estado democrático**, porém, conforme fica demonstrado neste texto, vem sendo destituída em seu núcleo. Se buscamos entender esta relação, devemos entender quais as garantias dadas pelo Estado para que tal essência exista e continue se desenvolvendo como agregadora relação.

Nesse contexto se faz necessário o movimento de efetivamente verificar os documentos constitucionais dos membros do grupo amostral selecionado, validando a existência ou não de algum parâmetro, institucionalmente estabelecido e garantido por esses textos, representando efetivos instrumentos de não somente defesa quanto à politicidade mas também como movimento de efetivação da própria política. Nosso intuito jaz na constante busca da defesa do político como núcleo do Estado como força única efetivava e garantidora de direitos, e nesse sentido verifica em que ponto a política se constitui, não somente no simbolismo, mas também na jurisprudência, em um direito efetivadora os cidadãos políticos daquelas comunidades políticas.

Se um direito é incipiente, constitui sua função basilar à sociedade, constitui-se-ira aí um direito fundamental ainda não consagrado, acredita o autor. Neste momento a pesquisa se alonga, ganha energia para galgar novos campos, se

---

<sup>142</sup> GARCIA, Emerson. Princípio da separação dos poderes; os órgãos jurisdicionais e a concreção dos direitos sociais. *DE JURE*. Belo Horizonte: REVISTA JURÍDICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS. Disponível: < <https://aplicacao.mpmg.mp.br/xmlui/handle/123456789/175>> acesso em 05 de novembro de 2019.

distingue e lança novos horizontes a serem desbravados. A ideia de entender a politicidade e defende-la como núcleo base da vida em sociedade começa a nos parecer como um processo intermediário entre um projeto mais ambicioso e maior do que a própria pesquisa; talvez seja o momento de **pensarmos a política como um direito que deve ser assegurado na força da Constituição**, pela jurisprudência que se consagra e se efetiva na lei. E *o direito ao político*, nos parece, por meio dessa pesquisa, e dos autores aqui estudados que a embasam, como um direito que deve ser assegurado no mesmo patamar de um direito fundamental, uma vez que sua relação é tão intimamente fundamental para a própria efetivação da vida em sociedade que agora nos parece necessário equipara-lo aos demais direitos fundamentais, que igualmente se mostram imprescindível para a efetivação da comunidade.

Nos parece que a diferença aqui é que talvez o direito ao político represente uma evolução no sentido de representar uma necessidade da latente como característica inerente ao homem ocidental. Expliquemo-nos: o direito à vida deve ser assegurado, incipiente que é, mas a vida em sociedade, expressão da cultura, só pode ser alcançada em plenitude com a efetivação do direito ao político, que permita que a vida não apenas seja garantida, mas que a necessidade típica da própria evolução da vida em sociedade alcance sua potência, não como indivíduos que se desenvolvem concentrados em suas conchas fechadas, mas como movimento de efetivação do direito à vida como expressão da política ou do direito à política como expressão da própria vida humana. Fazemos nos valer em Hegel, que em seus ensinamentos clarificou que vivemos um conjunto de relações infinitas, onde uma relação só pode ser efetivada mediante as demais relações, em um processo retroalimentado que nunca termina, nunca para, sempre se renova, sempre se reconcilia, sempre se desenvolve, sempre adiciona.

Finalmente, como relação, a política como direito é expressão de tais relações, infinitas, que se relaciona todos os direitos, de forma a garanti-los, consagra-los. **Somente nesse ambiente político é que novos direitos podem ser pensados, gestados, debatidos, concebidos, consagrados e efetivados, direitos que são.**

Esse chamado, impõe entendermos comparativamente não somente o índice de desenvolvimento político do grupo amostral aqui estabelecido, mas também

como instrumento de pesquisa, verificação e reconhecimento do ponto histórico em que nos encontramos. Onde e em quais constituições avançamos com maior velocidade e onde encontraremos os melhores exemplos de produção intelectual coletiva nos dias atuais é o combustível não somente deste critério, mas também dessa pesquisa.

Partindo desse ponto, amparado nos dados coletados, podemos propor, para além de uma renovação por uma demanda por uma nova politização das sociedades, mas também um processo garantidor, no âmbito dos Estados, de que a política não continuará a ser desgastada, degradada e desmanchada, em seu próprio núcleo, no Estado. Novamente retornada a seu núcleo, o próprio Estado teria instrumentos para garantir a existência do político como instrumento de construção coletiva.

#### *e) Estabilidade do Sistema Político*

A explosão é necessária para a criação de algo novo. Assim como o fogo é necessário para queimar o pasto e regenerar o solo para a próxima pastagem, assim deve ser nossa capacidade como sociedade de pensar o novo, o possível, o utópico, o norte que gostaríamos de construir como sociedade. Nesse ponto, o direito como político se estabelece como uma necessidade para a efetivação da vida social, mas também como movimento de estabilidade políticos.

Historicamente, o Ocidente é uma construção política, partindo de Roma, passando pela Grécia, construída em impérios multiculturais complexos, porém legatários de uma tradição que é capaz de nos unir como herdeiros de uma história cultural compartilhada e fraterna. Certamente alguns avançaram com maior intensidade no campo político que outros, e o índice aqui proposto se joga na tarefa de não somente entender os motivos, mas dissecá-los.

A política é efetivamente colocada como um fator de instabilidade nos dias de hoje. O discurso construído é efetivamente feito para demonizar a política que não se comporta com a previsibilidade que os mercados e bolsas de valores anseiam

como dogma. Uma campanha é propagada no sentido de colocar a política no centro da instabilidade, como a sua causa maior e combustível de ignição, onde o remédio capaz de resolver tal problema seria encontrado com a extinção da própria política, uma sociedade sem política, conforme destacamos tão intensamente ao longo do texto.

Nos arriscamos, no entanto, em tentar inverter tal relação causal tomada como mantra nos dias de hoje, e se a relação real fosse, uma sociedade com cada vez menos política se torna cada vez mais instável? Ora, se a política é a responsável pela mediação das relações humanas, uma sociedade cada vez mais castrada de sua politicidade efetivamente se relaciona menos, não somente, se entende menos uma vez que perde a capacidade de debater politicamente, uma verdadeira anarquia. Nesse sentido uma terra arrasada é prontamente ocupada pelas novas ideologias, novas doutrinas, novas propostas, que são ideologicamente sequestradas por interesses que são individuais, não movimentos coletivos tão típicos da própria política. É a desgraça da sociedade que se afasta de qualquer politicidade. Uma sociedade sem política é um navio sem capitão, um avião sem piloto, um parlamento mudo estará irrevogavelmente fadado a um destino catastrófico.

É válido destacar que por estabilidade política adotamos um critério que irá verificar o equilíbrio e força das instituições em uma história recente, isto é, algo em torno dos setenta últimos anos da história moderna, nos permitindo verificar se houve grandes turbulências recentes nos países analisados.

Os direitos só existem dentro do Estado, pois é neste que são criados, garantidos, consagrados. Nesse sentido o anarquismo se propõe a um Estado sem forças de poder quando na verdade se diminui a um Estado *hobbesiano*, um estado de natureza continuo onde os direitos não são garantidos, mas prevalecem as vontades humanas, e onde o homem deixado a própria sorte, sem amparo, abandonado à sua individualidade. Não é um exemplo de estabilidade a ser seguido.

Partindo desse processo de análise, essa concepção teórica acima apresentada, buscaremos entender e construir, através da medição da estabilidade política com parâmetros em décadas (partindo da maior estabilidade registrada), uma

correlação entre a politicidade e a estabilidade, não meramente política, mas com impactos no mundo social. Acreditamos que a relação entre estabilidade e politicidade também estará, provavelmente, correlacionada a uma garanti constitucional qualquer do direito ao político, pois uma construção cultural e histórica influenciaria decisivamente na maneira como se relacionam os cidadãos com a própria construção, consolidação e garantia das instituições políticas de que fazem parte, em vez de rupturas abruptas pouco típicas dos movimentos de reforma política, mas movimentos revolucionários.

### Camada 2 - Liberdade Política

De que maneira a liberdade política é necessária para a efetivação política? A pergunta pode parecer possuir uma resposta óbvia, porém é um tema de extrema complexidade. O que é liberdade política? Como essa liberdade política pode ser alcançada? Liberdade política constitui-se em liberdade individual? Em qual subsistema de governo encontraríamos os mais elevados níveis de desenvolvimento político?

Já foi aqui defendido inúmeras vezes que a política é o combustível, o facilitador que mantém em funcionamento as relações humanas dentro das comunidades políticas. De que forma o cerceamento das liberdades políticas influi na constituição de sociedades mais inseguras, menos plurais, menos avançadas no sentido da capacidade de reconhecimento e efetivação dos direitos como direitos?

A democracia se constitui no regime de governo onde a liberdade política encontra seu ápice, ou pelo menos em seu projeto utópico é a menos colocados como objetivo. **A política é uma expressão da liberdade de um povo, em todas as suas esferas**, logo acreditamos que o nível de desenvolvimento político estará diretamente ligado ao grau de liberdade experimentando pela comunidade analisada.

Partindo dos pontos acima destacados, é válido então pensar, para além do sistema de governo, estreitando o campo de análise para o nível micro estatal, de que forma os sistemas eleitorais aparecem não somente como expressão da liberdade

de expressão de um povo, mas também como resultado de desenvolvimento político daquele povo.

*a) Sistema Eleitoral*

O sistema eleitoral não pode ser desprezado como expressão do refinamento do sistema político, fruto do seu próprio desenvolvimento como desabrochar cultural, resultado direito da própria cultura do povo nele representado, uma vez que o sistema só se consolida e se efetiva quando reflexo do povo por seu representado, movimento típico da própria dialética, construção lenta e fortificadora da própria política.

Dentro do sistema eleitoral, quando consideramos os sistemas eleitorais parlamentares, buscaremos analisar a partir de três vertentes já consolidadas, considerando suas virtudes e seus vícios<sup>143</sup>. Abaixo apresentaremos os de forma bem sucinta.

1) Sistema Proporcional – O sistema em questão é caracterizado pela prevalência do voto que cada candidato recebeu, seja de forma simples ou absoluta. Nesse sistema vale o chamado coeficiente eleitoral, relação entre votos válidos recebidos por candidatos e legendas e o número de vagas, cabendo a vaga ao partido que atingir tal coeficiente. Outra nuance deste sistema é a lista de candidatos que pode ser fechada ou aberta, impactando diretamente no próprio processo. A **lista aberta** é definida pelo partido sem a ordem dos candidatos e, portanto, não pode ser informada ao eleitor, causando não somente desinformação, ao eleitor que vota sem saber em qual candidato irá eleger dentro do coeficiente, como também um enfraquecimento do próprio sentimento de partido, uma vez que a posição nesta lista provoca divergências internas entre os candidatos. Já a **lista fechada** é definida pelo partido e divulgada previamente às eleições, fato esse que fortalece os partidos,

---

<sup>143</sup> Conforme curso proposto pelo Prof. Dr. José Luiz Borges Horta, no âmbito do curso de Teoria do Estado II, ministrado na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais

uma vez a decisão da posição provoca debate e é uma decisão política (e estratégica) de fato, dessa forma é um instrumento de ideologização, uma vez que politicamente decide-se o rumo da lista.

2) Sistema Distrital – Este sistema é caracterizado pela divisão do território em distritos previamente estabelecidos, onde os grupos populacionais se equivaleriam e seriam responsáveis pela eleição de um representante único. Como virtude desse sistema podemos citar a relação eleição eleitor-candidato que eleva a sensação de representação e diminui o valor de campanhas uma vez que o tamanho do território é diminuído. Porém o sistema em questão também colabora para a personificação do candidato, uma vez que tal ligação entre o as partes também é responsável pela ideia aparente de contrato social, onde uma dívida que pode ser cobrada a qualquer momento. Não é propriamente um sistema capaz de incrementar a política, no que diz respeito ao parlamento, uma vez que os partidos perdem relevância nesse movimento corpo a corpo. O que vale é o carisma do candidato e sua capacidade de movimentar a massa de sua base eleitoral mais do que a capacidade política e sua capacidade de pensar projetos além do âmbito local.

3) Sistema Misto – O sistema misto é responsável por mesclar os sistemas citados acima, buscando eleger uma parte do parlamento no âmbito do voto proporcional e a outra parte seria representada a partir do voto distrital. O voto misto é em certa medida um pouco mais evoluído na questão política que o distrital típico, porém também carrega os vícios do mesmo. A ideia do voto distrital mesclado ao majoritário acaba trazendo a personificação para dentro do sistema, que não é sanada nem mesmo como a pluripartidarização. No entanto, coo metade do parlamento é eleito em lista fechada, caminha-se rumo à ideologização.

Agora que possuímos os três sistemas de forma simplificada aqui apresentados podemos definir o peso, quando analisamos desenvolvimento político, que cada um dos índices possui. Nos deparamos aqui com um dilema: se o sistema é um indicador ou resultado de desenvolvimento, e decidimos por considerar que tal relação não deve ser analisada no índice pois consideramos como fruto final do

desenvolvimento político a própria liberdade política de fato. Nesta linha de raciocínio optamos por considerar o sistema proporcional como o que maior influência sobre o nível de ideologização e política (na lista fechada) causa, sendo mais relevante quando comparado aos demais, onde optaremos por considerar a maior pontuação (forte). Por pontuação intermediária (média) consideramos o sistema misto, por mesclar características de ambos os sistemas, mas que comparativamente é capaz de gerar maiores impactos positivos, teoricamente, na politização do que quando consideramos o sistema distrital, que daremos pontuação mais irrisória (baixa), uma vez que os impactos, em nossa análise, são muitas vezes mais perniciosos ao nível de politização do que benéficos.

### Camada 3 - Liberdades Cidadãs

Em uma sociedade cada vez mais individualista, focada no consumo, na ideia do *wellbeing*<sup>144</sup>, da positividade, uma construção coletiva parece cada vez mais distante. E em um mundo pautado pelo dinamismo, pela velocidade, pela grandeza da ciência, abundam fatos disruptivos para uma relação que se propõe lenta, pautada, demorada e a seu tempo. A política se torna anacrônica ao tempo do envio instantâneo, incapaz de avançar na velocidade da luz dessa sociedade que se propõe veloz e eficiente – imediata, automática, óbvia.

Nesse tocante, interessa saber sobre o nível de liberdade dessa sociedade, mas no que concerne o indivíduo, em um viés que não o desloque da sua condição de cidadão, de parte imperante da formação do sistema político. Por liberdades individuais propomos acrescentar ao índice alguma perspectiva na esfera mais básica da politização, a do indivíduo como força política unitária, não despolarizada do sistema, mas como força e energia livre para atuar como capacidade dentro do sistema que constitui.

---

<sup>144</sup> O conceito do *wellbeing* baseia-se na ideia de bem estar, riqueza e felicidade como núcleos da vida social. Amparados em uma proposta de um consumo que causa sentimentos de bem estar, aumentando a condição não meramente física de positividade, mas também mental e psíquica.

*a) Liberdade de Expressão*

A liberdade de expressão se constitui em um fator de relevância quando pretendemos medir o grau de liberdade geral de uma sociedade, um indicativo inegável do nível de desenvolvimento até mesmo na escala política. A política é a supremacia do debate das ideias, um debate rico, plural, que requer não apenas um ambiente de estabilidade que permita que esse debate se desenvolva sem medos, sem entraves, mas que também seja garantido de certa forma pelo ordenamento jurídicos, que venha a encontrar no seio do Estado um direito que se fundamenta e que é consagrado e, por consequência, defendido por este. Nesse sentido José Luiz de Almeida Simão e Thiago Rodovalho acrescentam:

“A liberdade de expressão é uma das dimensões do direito geral à liberdade e pode ser conceituada como o poder conferido aos cidadãos para externar opiniões, ideias, convicções, juízos de valor, bem como sensações e sentimentos, garantindo-se, também, os suportes por meio dos quais a expressão é manifestada, tais como a atividade intelectual, artística, científica e de comunicação.”<sup>145</sup>

A liberdade de expressão sofre intenso ataque dentro dessa sociedade individualista e identitária, uma vez que no processo de retirada da política e da politicidade da sociedade, talvez nos seja retirada a capacidade de debater, de pensar criticamente a partir da compreensão do diferente, a própria negação da dialética hegeliana, onde o discurso de verdade se revela. E como pode existir política em uma sociedade que não está preparada, interessada e disposta a debater, a dialogar suas diferenças a fim de promover decisões acerca dos dilemas que atravessamos. Tal liberdade de expor pontos de vistas distintos e construir coletivamente respostas impõe extirpar medos de que essa expressão pudesse ocasionar algum tipo de retaliação contra os que entendem e exercem tal direito. Prosseguem os autores nesse sentido:

“A ordem constitucional brasileira, nesse aspecto, seguiu os parâmetros jurídicos traçados pela comunidade internacional.

---

<sup>145</sup> SIMÃO, José Luiz de Almeida; RODOVALHO, Thiago. A Fundamentalidade do Direito à Liberdade de Expressão: A Justificativa Instrumental e Constitutiva para a inclusão no catálogo dos direitos e garantias fundamentais na constituição federal de 1988. Caderno do Programa de Pós-Graduação em Direito PPGDir/UFRGS. Porto Alegre: Volume XXI, N°1, 2017, p. 209.

Importantes cartas de direitos protegem expressamente o direito à liberdade de expressão, como pode ser visto no Artigo XIX da Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948,<sup>1</sup> no artigo 19 do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos e no Artigo 13. da Convenção Americana de Direitos Humanos, Pacto de São José da Costa Rica.<sup>2</sup><sup>146</sup>

A liberdade de se expressar é a variável que permite que se combata a construção de um discurso único, uma visão única de mundo, que se coloque como caminho único, deslocando a pluralidade para o campo do indesejável. O combate à despolitização, linha axial de raciocínio que deu luz ao nascer desta investigação, passa inegavelmente por um resgate a nosso respeito pelo diferente, pela diversidade, pelo contraditório, tão típicos da própria liberdade de expressão.

A liberdade de expressão se institucionaliza não somente no direito de livre exposição da intelectualidade e do livre pensar, mas refletirá também na própria ideia de liberdade de imprensa como instrumento de fomento da informação e elemento de efetivação do próprio movimento democrático. A liberdade de imprensa, quando parte da vivência democrática, é ferramenta da própria liberdade expressão, instrumento de esclarecimento sobre o próprio processo.

O direito a se expressar está diretamente ligado a todos os demais direitos, intimamente em relação simbiótica com a própria política. A forma como nos relacionamos politicamente é resultado da forma como nos enxergamos livres de coação para que utilizemos o poder político como força motriz de transformação da própria realidade; não obstante, liberdade de expressão é uma parte da própria liberdade política, é parte do desenvolvimento político, conforme analisamos neste índice.

#### b) Direito de livre associação política

Retornando aos critérios anteriormente demonstrados, onde Roberts Dahl<sup>147</sup> defende quais os critérios para a efetivação da democracia, vemos que alguns deste constam na percepção aqui desenvolvida como proposta para o índice de

<sup>146</sup> SIMÃO, RODOVALHO, Thiago. *A FUNDAMENTALIDADE DO DIREITO À LIBERDADE DE EXPRESSÃO*, *cit.*, p. 203.

<sup>147</sup> Sobre o tema, *cf.* DAHL, Robert A. *Sobre a democracia*. Tradução de Beatriz Sidou. Brasília: Unb, 2009.

desenvolvimento político. Nesse sentido, a livre associação política é, obviamente, fundamental para o próprio desenvolvimento político. Novamente, é a expressão da liberdade de expressão a possibilidade de escolha, mas também é um expressão de pluralidade política ter a condição de escolher, não meramente por que posso mas também por que o sistema é diverso o suficiente para promover o raciocínio da pluralidade de possibilidades.

Não somente tal associação ao sistema é relevante para mostrar o nível de liberdade de escolha pessoal quanto a projetos dispostos no ambiente político em questão, mas também funcionam como fortes indicadores, termômetros do engajamento político dentro de um sistema político (quando tal engajamento é permitido), ou democrático, uma vez que demonstra o quão integradas ao sistema os cidadãos, partes nucleares do próprio fazer político, efetivamente estão.

Nesse sentido, os níveis de participação política, conforme já foi anteriormente expressado ao longo deste trabalho, demonstram um declínio no que se refere aos sistemas tradicionais, institucionalizados, enquanto o engajamento com plataformas paralelas tem se intensificado. O movimento é por uma política antissistêmica e assistêmica, contra a política típica, contra o próprio sistema. Nesse sentido o engajamento é fortemente influenciado, e por consequência, a própria participação, quando permitida.

Buscamos então medir a liberdade de associação como medida de tendência, não meramente como expressão da liberdade de associar-se, mas também como elemento compositor da própria participação política, no sistema consagrado, como movimento crítico de construção e melhoramento contínuo do sistema, de dentro pra fora, sem que a mudança no entanto represente um disruptura do mesmo. Consideraremos, para tão, por convenção, a ideia de população politicamente ativa, aquelas que no termo do conceito se encontram politicamente atuante, mas utilizaremos do sistema de peso (baixo, médio, alto) para caracterizar se efetivamente a liberdade de associarem-se livremente, observando critérios limitadores de tal liberdade, caso a caso, uma vez que estes existam.

### 4.3. O índice de desenvolvimento político

Abaixo apresentamos os resultados preliminares do índice de desenvolvimento político fruto deste trabalho de pesquisa. Conforme já informado o tamanho e os componentes do grupo amostral selecionado refletem a premissa da disponibilidade de dados para pesquisa e a capacidade de análise de tais dados. Deixamos claro que os dados apresentados foram analisados de forma preliminar, porém com seriedade, buscando a fidelidade do resultado à concretude real, de modo a permitir inferências baseadas no contexto do grupo em questão e para além deste, uma vez que é visivelmente atestável a diversidade da amostra. Reiteramos a necessidade de expandir a pesquisa para um aprofundamento da própria base de dados analisadas, uma vez que a complexidade política de uma sociedade sempre merece um olhar cuidadoso e detalhado, principalmente quando o movimento é de uma comparação entre terceiros.

A coleta de dados passou por uma leitura de partes selecionadas dos documentos constitucionais dos países analisados (uma vez que tais textos se constituem o norte político, ou pelo menos assim se presume) em busca de um maior entendimento da organização que se institui dentro dessas sociedades, a maneira como se organizam politicamente e como isso reflete não somente a história da própria política interna mas para além, a maneira como o político é enxergado como parte integrante daquela sociedade, dentro do campo de entendimento desenvolvido ao longo desta pesquisa.

O índice apresentado não se propõe e nem deve ser analisado como um documento final, mas um trabalho em progresso, não somente por que o movimento de pesquisa prossegue em seu aperfeiçoamento, mas também por que os resultados necessitam um futuro aprofundamento da própria coleta de dados, análise e debate dos prospectos e inferências.

A tabela abaixo, conforme explicado anteriormente, apresenta resultados com pesos aplicados, de peso variados entre 1, 2 e 3, dentro da premissa fraco, médio

e forte aplicabilidade dentro do critério analisado. Na inexistência do dado ou na incapacidade do pesquisador em afirmar confiavelmente sobre tal elo, foi utilizado a expressão **NA\***. Os pesos foram inseridos a partir da análise da aplicação do critério caso a caso, baseado na pesquisa realizada.

Confira abaixo os resultados alcançados com a aplicação do modelo proposto

País Analisado	Liberdade Estatal					Liberdade Política	Liberdade cidadã		Resultado
	Sistema Oficial	Sistema P. Aparente	Separação de Poderes	Garantias Constituci.	Estabilidade do Sistema P.	Sistema Eleitoral	Liberdade de Expressão	Liberdade de associação	Somatório Parcial
Brasil	3	2	2	1	2	3	2	3	18
Uruguai	3	2	1	1	2	3	3	3	18
Venezuela	3	1	1	1	1	2	1	1	11
Canada	3	3	3	1	3	3	3	3	22
USA	3	2	2	1	3	1	2	3	17
Alemanha	3	3	3	1	3	2	3	3	21
Reino Unido	3	3	3	1	3	1	3	3	20
Itália	3	2	3	1	3	1	3	3	19
África do Sul	3	2	3	1	1	2	2	2	16
Egito	3	1	1	1	1	NA*	1	1	9
Turquia	3	2	3	1	2	3	1	2	17
Arábia Saudita	1	2	1	1	2	NA*	1	1	9
Irã	1	2	1	1	1	3	1	1	11
Rússia	3	2	2	1	2	3	1	1	15
China	3	1	1	1	2	2	1	1	12
Tailândia	3	1	1	1	1	1	1	1	10
Indonésia	3	2	3	1	1	3	1	2	16
Japão	3	3	3	1	3	1	3	3	20
Coreia do Sul	3	3	3	1	3	3	3	3	22
Coreia do Norte	3	1	1	1	1	NA*	1	1	9
Austrália	3	3	3	1	3	2	3	3	21

Tabela 1. Índice comparado de desenvolvimento com a aplicação dos pesos aos critérios pré-estabelecidos.

Finalmente, os resultados são compilados com uma soma das notas alcançadas caso a caso, adicionados a última coluna da tabela, na forma de um ranking posicional, levando em consideração unicamente a nota alcançada, onde em caso de empate técnico de pontuação dentro dos critérios, optamos por igualar as posições e cambiar em ordem alfabética os empates técnicos. Desta forma, de um total de vinte países analisados, alcançamos um ranking de doze posições referenciais, das maiores para as menores pontuações.

Confira abaixo o resultado:

<b>Posição Ranking</b>	<b>Países Analisados</b>	<b>Somatório Final</b>
1	Canadá	22
1	Coreia do Sul	22
2	Alemanha	21
2	Austrália	21
3	Reino Unido	20
3	Japão	20
4	Itália	19
5	Brasil	18
5	Uruguai	18
6	USA	17
6	Turquia	17
7	África do Sul	16
7	Indonésia	16
8	Rússia	15
9	China	12
10	Venezuela	11
10	Irã	11
11	Tailândia	10
12	Egito	9
12	Arábia Saudita	9
12	Coreia do Norte	9

Tabela 2. Resultados Índice de Desenvolvimento Político.

Tomamos a liberdade de utilizar esse ranking de forma a promover algumas inferências, suposições, análises. O índice, para além de nos permitir tal análise bruta, também é uma ferramenta interessante de medição de tendência, uma

vez que o ranking pode demonstrar características compartilhadas que influenciam ao resultado: desenvolvimento político.

É válido e interessante começar a análise dos resultados a partir da clara divisão estabelecida entre os maiores índices alcançados pelos quatro primeiros colocados em comparação no topo da tabela em relação aos demais colocados mais abaixo. Notavelmente se verifica que os maiores índices de desenvolvimento político do grupo analisado possuem uma clara correlação com um maior poderio econômico, países esses considerados desenvolvidos economicamente, embora não busquemos aqui construir uma relação causal entre esses dois critérios. No entanto, podemos sim afirmar que um maior desenvolvimento político interfere numa maior capacidade de resposta ao ambiente econômico imperante.

Antes do início do estabelecimento dos critérios aplicados ao índice tomamos o cuidado de não incluir o sistema de governo como critério, exatamente por que embora consideremos o sistema eleitoral um fator interessante de desenvolvimento, pensamos que seria interessante verificar o sistema imperante de governo como resultado, não como causa do desenvolvimento político, isto é, de que forma a organização do governo é reflexo da figura coletiva ou individual e as consequências para tal.

Ora, não é surpresa então que os países que alcançaram maiores índices dentro dos critérios do índice aqui proposto usufruem de um sistema de governo que preza o parlamentarismo frente ao presidencialismo ou outras formas de governo que não fortalecem o parlamento em sua capacidade de construção coletiva, enfraquecida no individualismo e personificação de um presidente individualmente e diretamente eleito. Logo, Canadá, Coreia do Sul, Alemanha, Austrália e Reino Unido usufruem da semelhança de serem nações parlamentaristas, onde a figura do primeiro ministro, legitimado no âmbito do parlamento, impõe a necessidade do próprio debate, da própria participação do coletivo como forma de construção coletiva. Embora nem mesmo essas nações passem ilesas do processo de individualização, podemos sim afirmar que o parlamentarismo, como identidade cultural, é responsável por respostas mais efetivas por se constituírem em respostas políticas propriamente ditas, coletivas.

Ora, é válido também destacar que a leitura, mesmo que direcionada, das constituições dos países analisados, não demonstrou qualquer tipo de mecanismo ou artifício de defesa da politicidade ou do político no âmbito destes documentos, mostrando que para além do não entendimento da necessidade e importância do político, não estamos também preparados para um ambiente cada vez mais hostil à existência deste como núcleo da vida em sociedade no âmbito do Estado.

Além disso, é interessante também perceber que a presença da monarquia é um fator relevante dentro desse grupo seletivo que se encontra no ápice do índice. Não se trata de defender a existência ou não da monarquia, para muitos anacronismo que se coloca por si só, porém é relevante destacar a simbologia como fator unificador, uma vez que a monarquia não possui poder político relevante, constituindo em mero instrumento de identificação histórica social, história, coletiva, desempenhando um fundamental papel e relevante de construção da identidade nacional e, em seguida, de legitimação política do próprio parlamento estabelecido.

No miolo do índice, observamos países que podemos julgar como menos desenvolvidos politicamente, onde o Brasil e Uruguai encontrando-se em posição relativa mais bem colocada do que os Estados Unidos da América, porém ainda uma vez sem nenhuma surpresa. Ambos os países latino americanos possuem inegavelmente maior tradição estatal que os EUA, refletindo não somente no próprio Estado efetivado e suas características histórias e políticas, mas também na psique social, onde o Estado é uma construção do povo para o povo, fato não observado na mentalidade típica *yankkee*<sup>148</sup>.

O fator religioso prega um papel interessante no próprio desenvolvimento político, com exceção da Coreia do Sul e do Japão, países de matriz cultural e civilizacional extremo-ocidentais, podemos verificar que o meio para o topo superior da tabela é em sua maioria esmagadora composta por sociedades de matriz cultural e histórica cristã, ou que comungam com os valores tidos ocidentais (caso dos países previamente citados como exceções) com confiança. Por outro lado, o meio

---

<sup>148</sup> A ideia de Estado norte americana não corresponde a ideia de construção de Estado social ocidental típica, construção gestada e herdada pelos que comungam da matriz continental europeia. É o que autoriza José Luiz Borges Horta a reconhecê-los como parte de uma diferente civilização: a civilização extremo-ocidental. cf. HORTA; RAMOS; *Entre as veredas da cultura e da civilização. cit.*, p. 270.

inferior da tabela é onde se encontram os países que promovem uma matriz cultural religiosa díspare do ocidental, países muçulmanos e/ou que não compactuam com os valores ocidentais típicos, construções históricas que são.

Nesse sentido, conforme destaca Samuel P. Huntington em '*O Choque de civilizações*', não é como se os países de matrizes culturais religiosas diferentes das cristãs não possuíssem o interesse de serem considerados democráticos, porém os marcos históricos pelo qual se desenvolveram as civilizações acabaram por resultar em composições e concepções de mundo diversas, onde os valores culturais, e por consequência os políticos, conflitam quando analisados naquilo que se julga avanço e imperativo no Ocidente, frente ao Ocidente. Não devemos reduzir a análise apenas a esse fator mas com certeza uma análise verdadeira imporá a necessidade de um entendimento historicista para uma fiel compreensão do problema real, não meramente sua superficialidade.

Confirma nessa análise também o fato de que a experiência dita democrática não é efetivamente vivida pelos países do meio inferior da tabela, pelo menos não em sua totalidade. Entre os países analisados nesse grupo temos vários exemplos de tentativas variadas da aplicação da essência democrática como formação nacional, porém muitas vezes sem sucesso. A democracia exige a liberdade como imperativo: de expressão, de associação e política de fato, o que não é observada em medidas variáveis, mas como constante dentro dessa parte do grupo verificado. De fato, as tendências autocráticas e ditatoriais são uma tônica nesse grupo, com o exemplo mais extremo na Coreia do Norte de *Kim Jong-un*, mas também com movimentos de censura e perseguição na outrora algo democrática Venezuela, por exemplo.

Algumas nações, no entanto, nem ao menos tentam se fantasiar em caricaturas democráticas, assumindo totalmente a vertente que melhor lhes interesse, como é o caso da Arábia Saudita e do Ira, repúblicas fundamentalistas onde os livros sagrados equivalem a verdadeiras constituições paralelas, subvertendo e dominando o próprio documento nacional. A teocracia é abraçada como um elemento de formação daquele povo e a imposição dos valores ocidentais, exportados e vendidos

como verdades universais, não só não frutifica como também não é interessante para essas sociedades por que simplesmente não é aplicável, não se estabelece.

Talvez um dos casos mais emblemáticos, paradoxais, dignos de notas e estudo seja o caso chinês, onde embora a democracia não seja um objetivo e nem característica cultural, não se transformou em um impedimento para o desenvolvimento econômico e o recolocamento do país no cenário internacional nas últimas décadas. Certamente a China subverte toda a ideia de que uma democracia é fundamental para promoção do desenvolvimento propriamente dito, porém temos que ter cuidado para analisar o caso da China, muito complexo e diverso. É válido apenas ressaltar que no que falta de democracia a China, sobra em Estado forte e centralizador, com objetivos claros de desenvolvimento, planejador em séculos, não em meras décadas, e em que vale trazer a cultura para tal linha de pensamento, a comunidade chinesa não é propriamente a maior ambicionaria por democracia propriamente dita, pois tais valores não são claramente pertencentes à sua matriz histórica.

Finalmente, didaticamente, fica claro que desenvolvimento político está diretamente ligado às matrizes culturais e históricas que nos compõem como seres políticos, como consciência coletiva inconsciente (e consciente) operante, onde o sistema político e a própria política corrobora para tal. O sistema de governo prega um grande fator nesse sentido, em luz ao movimento histórico de individualização e despolitização tão fortemente destacado ao longo deste texto. A política se traduz em pílula, remédio, tratamento contra a doença do século, uma vez que é uma resposta coletiva, que exige uma organização. Esta não se basta meramente na tela dos computadores ou no compartilhamento instantânea, requer que a alma seja envolvida para acender a chama que clama pela própria política. Crescimento econômico não significa desenvolvimento político, mas desenvolvimento político resultara no desenvolvimento dos demais indicadores de prosperidade. A construção coletiva então ajuda a desconstruir o indivíduo como meramente força unitária e o introduz como força motriz do sistema de governo, no caso do parlamentarismo, que em nossa opinião se constitui o mais avançado dos sistemas políticos. O econômico não deve ser perseguido como objetivo final do Estado, individualizado, mas o Estado deve

construir coletivamente a prosperidade de seu povo, de sua segurança, de seu bem-estar, fazendo frente a tendências externas que são perniciosas a própria existência do Estado como construção coletiva.

#### **4.4. Uma breve análise da aplicação do índice ao caso brasileiro**

É interessante fazer uma breve análise da situação brasileira, tentando identificar de que forma o processo descrito neste trabalho afeta e colabora para o entendimento da despolitização da própria sociedade brasileira, quais os impactos e como a breve aplicação do índice aqui proposta pode demonstrar algumas informações e caminhos relevantes para reverter tal processo.

O processo de despolitização é evidente no caso da nação brasileira; não só nos tornamos apáticos como democracia como também passamos por processos de dominação da política por outras esferas da sociedade. Vivemos uma verdadeira ditadura jurisdicional e um sequestro total da pauta política pela pauta econômica, um apagão ético que introduz pouco a pouco medidas neoliberais, destruindo o Estado de Direito e os avanços perpetrados no âmbito da Constituição cidadã de 1988, podando direitos e desfigurando aquele que poderia ser considerado o mais próximo Estado de bem-estar social que o Brasil já vivenciou.

Ora, uma análise do caso brasileiro não pode e não deve desconsiderar a história política brasileira, consolidada certamente como resultado de uma cultura política diversa e frutífera como no caso do Brasil. No entanto, podemos também considerar que em alguns momentos de tal história foram apresentados caminhos de reforma política que poderiam ter alçado o país a níveis de desenvolvimento político mais elevados.<sup>149</sup>

---

<sup>149</sup> Como não lembrar, por exemplo, pôs queda de Jânio Quadros em 1962, quando vivemos sobre o regime parlamentarista por mais de um ano, logo mais derrubado pelo após uma campanha nociva e falaciosa, e também recordar o quase plebiscito que buscou estabelecer o parlamentarismo após a ditadura militar, que poderia ter fortalecido o parlamento e implementado o parlamentarismo pelo Brasil, onde, após um longo período de censura, acreditou-se que o caminho seria a representação direta, expressão individual do anseio para construção coletiva, mas também como movimento imediatista, que abriu caminho para lançar as bases para a crise que se aprofunda na nação hoje. Ouçamos a autocrítica de José Luiz Borges Horta: “Somos de opinião que, naqueles anos, cometeram-se,

Conforme destaca Fernando Henrique Cardoso, o debate como instrumento de construção política se perde e a ligação entre os representantes e representados se torna uma relação superficial e difícil:

“A questão a ser resolvida é a da reconstituição de laços de confiança entre governos e governados. Sem uma mensagem inspiradora como ponto de partida, será difícil reconstruir as instituições, uma vez que não se trata só de reformá-las, mas de captar mudanças de valores e de comportamentos, mudanças culturais, processos longos que se dão mais no plano da sociedade que no da política.”<sup>150</sup>

Conforme demonstramos, esse não é um movimento somente verificado na democracia brasileira, mas uma tendência que se repete nas maiores democracias observadas. No caso brasileiro ela toma um formato de crise institucional em virtude das próprias características políticas, construções históricas que resultaram no sistema político que possuímos atualmente.

O sistema presidencialista brasileiro é um ponto de inflexão quando observamos o contexto da política nacional: em uma sociedade cada vez menos politizada o presidente da República se torna uma personificação da vontade popular, instrumento de deslegitimação do parlamento e da própria política, uma vez que se encontra em eterno conflito entre sua vontade pessoal (teoricamente a vontade de seus representados) e da construção coletiva do parlamento. Podemos afirmar, então, que o modelo de votação direta, conforme o caso da nação brasileira, é responsável por aprofundar o processo de despolitização, enfraquecendo a ideia dos partidos políticos (embora existam mais de vinte legendas), uma vez que centraliza o processo

---

por parte da oposição, dois grandes erros. O primeiro deles foi fragmentar-se, a partir das estratégias de GOLBERY; houvesse o PMDB recebido o contingente de líderes que o Regime acomodou no PDT (Partido Democrático Trabalhista), no PT (Partido dos Trabalhadores) e no PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e teria atingido uma hegemonia incontestada, podendo, num segundo momento, inclusive gerar dois partidos — em vez disto, em prol da democracia, temos sofrido com partidos sem consistência ideológica, criados pelo apelo pessoal de um ou dois líderes de expressão regional; no bipartidarismo teríamos tido uma maior identificação ideológica, ainda que tal fosse apenas uma transição para um pluripartidarismo natural, não artificializado pelos generais. O segundo grande erro, que dispensa comentários, foi exigir diretas para presidente, ao invés de propor o parlamentarismo. Há recente biografia do PMDB, organizada pelo respeitado líder político mineiro, TARCÍSIO DELGADO, que elucida muitos importantes momentos da vida brasileira: DELGADO, Tarcísio. *A história de um rebelde; 40 anos 1966-2006*. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2006.” (HORTA, José Luiz Borges Horta. *Histórias, Constituições e reconstitucionalização do Brasil*. Revista Brasileira de Estudos Políticos, 2006, p. 17.)

decisória, despoticamente, na mão do presidente, suposto representante único direto do próprio povo, aplicação máxima da ótica identitária.

O resultado do índice coloca o país numa colocação intermediária, demonstrando que é necessário um esforço para repactuar o país em uma luta pela política, pela democracia, uma vez que fica evidente que reformas políticas são necessárias para que o desenvolvimento político se efetive e prossiga. É nesse ponto que o índice apontaria que talvez a opção pelo presidencialismo representou não somente um atraso a tal desenvolvimento, mas também um promotor de instabilidade institucional constante, momento esse verificado na história recente do país. Nesse tocante adverte Mart’alverne sobre o viés parlamentar como fomentador de estabilidade nacional:

“Talvez por esta importância do poder Legislativo – incômoda para grande parte dos juristas brasileiros, impregnados com a supremacia sobre tudo e todos do controle jurisdicional da constitucionalidade – as disputas políticas se lançam em torno da conquista do Poder Legislativo: seja no momento das eleições ou no instante da formação da governabilidade, o Legislativo passa a ser a chave do sistema político e, ainda que não o assuma ou mesmo que uma estrutura político-partidária precária (formada, neste sentido, por sistema eleitorais e partidários), é nele que a discussão dos problemas da sociedade integrará ou não a agenda positiva/negativa dos debates e resultados. Assim, no Poder Legislativo está a possibilidade da construção e da convivência do binômio conflito/consenso.”<sup>151</sup>

E prossegue o autor afirmando:

“Sustento que um sistema parlamentarista oferece, para o caso brasileiro, a potencialidade de institucionalização do consenso/conflito e, com isso, dotar a democracia brasileira de estabilidade.”<sup>152</sup>

**Talvez a experiência brasileira no que se refere ao parlamentarismo seja um exemplo da mais pura ignorância e preconceito do conceito, expressão pura de desinformação e de manutenção de um sistema de poder que subordina a nação a uma condição de subdesenvolvimento político.**

---

<sup>151</sup> MONT’ALVERNE BARRETO LIMA, Martonio; *Opções De Sistemas De Governo Para O Brasil: O Caminho Da Construção Da Estabilidade Democrática. In: Reformas Políticas no Brasil – Realizações e Perspectivas.* Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2003, p. 90.

<sup>152</sup> MONT’ALVERNE BARRETO LIMA, *Opções De Sistemas De Governo Para O Brasil, cit.*, p. 90.

Acreditamos que não somente uma reforma resultaria em um salto qualitativo do ambiente político brasileiro como também seria responsável por ampliar outros aspectos que impactam diretamente no índice aqui propostos, seriam eles: liberdade de expressão e liberdade de associação, uma vez que a liberdade de debate e de exposição de ideias é necessários para que a própria política se desenvolva, sem censura, sem oportunismo ideológicos.

Além disso, no caso brasileiro, é urgente a necessidade de fortalecer o Estado contra um sequestro da pauta política não somente por uma agenda economicista, mas também por uma pauta judiciária, visto que o judiciário nacional passa por um momento de hipertrofia que tenta subordinar a todas as demais esferas do Estado. A onda conservadora e moralista, se estabelece dentro da nova ótica capitalista de individuo, que tenta resolver, individualmente, qualquer problema, inclusive os políticos, desconsiderando a ideia de construção coletiva da politicidade.

**O Brasil, assim como as demais nações democráticas, necessita fortalecer seus esforços para que a política seja reconduzida ao centro da vida pública,** de forma a permitir que se combata não somente a existência de candidatos não políticos, disfarçados em suas ideologias e demagogias, mas além disso, fortalecer os estados nacionais como instrumento de combate a uma ótica globalista que é efetivamente uma proposta de colonização capitalista. Somente o fortalecimento dos Estados nacionais, mediante a política, pode resultar em um momento

## 5. Manifesto pelo direito à política: por um retorno ao Estado político.

Ao longo deste trabalho foram apresentados o decorrer de meses de estudo sobre o processo de despolíticação que vem sendo há algum anos observado por José Luiz Borges Horta<sup>153</sup>, ainda incipiente à àquela tempo, porém confirmado anos depois como força capaz de desconstruir o status quo estabelecido ao ser sequestrado por agendas diversas que não a própria reforma do político ou seu desenvolvimento. Àquele tempo tínhamos apenas começos dos relatos como as primaveras árabes que buscavam democracia e a capitulação para os livros de história de ditadores sanguinários e nefastos, lutavam bravamente na esperança de um novo recomeço para suas nações, assoladas pela miséria e pela desesperança de autocracias sanguessugas, centralizadoras de riquezas.

Atualmente vemos fortalecer tais movimentos, como os observados em 2010-11, como movimentos antissistêmicos, que se veem frustrados com o desenrolar democrático, não atendidos, deixados a parte do banquete que converteu as riquezas em especulações concentradas nas mãos de tão poucos. O econômico subverteu a política, a dominou e acabaria por tornar-se núcleo, destruindo a ideia do político como fomentador da vida pública, das relações pessoais, da própria sociedade. A globalização como falácia vendeu maravilhas que seriam divididas, mas efetivamente se restringiu a uma pequeno grupo.

‘Globalizar-se’ foi facilitado por uma reorganização radical dos sistemas de transporte, que reduziu os custos de circulação. A containerização – uma inovação fundamental – permitiu que peças feitas no Brasil pudessem ser utilizadas para montar carros em Detroit. Os novos sistemas de comunicações permitiram a organização rigorosa da cadeia produtiva de mercadorias no espaço global (lançamentos da moda de Paris puderam ser quase imediatamente enviados a Manhattan por meio das maquiladoras de Hong Kong). Barreiras artificiais do comércio, como tarifas e cotas, foram reduzidas. Acima de tudo, uma nova arquitetura financeira global foi criada para facilitar a circulação do fluxo internacional de capital-dinheiro líquido para onde fosse usado de modo mais rentável. A desregulamentação das finanças, que

---

<sup>153</sup> Sobre o tema, cf. HORTA, José Luiz Borges. *Urgência e Emergência do Constitucionalismo Estratégico*. Revista brasileira de estudos constitucionais: RBEC / Instituto Brasileiro de Estudos Constitucionais: 2007.

começou no fim dos anos 1970, acelerou-se depois de 1986 e tornou-se irrefreável na década de 1990.”<sup>154</sup>

Conforme análise aqui desenvolvida, o econômico se julga capaz de realizar o trabalho da política, se julga mais eficiente e mais desenvolvido, e faz uso de sua agenda e de sua força, impondo, com sua narrativa, um enredo que convence, que ganha seguidores. Sabemos, no entanto, que o advento da quarta revolução industrial é também um movimento perigoso para a própria economia, uma vez que não só esvazia o Estado de pessoas, mas o próximo passo nos parece o próprio esvaziamento da economia de pessoas. Não há necessidade de pessoas quando podemos produzir tudo que precisamos e temos o capital necessário para consumi-lo, e ao introduzir a própria desnecessidade de pessoas, após destruímos o político, não estaríamos tornando o mundo um lugar muito mais perigoso, mas desequilibrado, desvirtuado de propósito e objetivo? Tal análise faz-se necessária, pois um Estado sem política é por consequência um Estado de poucos, e um Estado de poucos é vulnerável a se tornar um Estado de ninguém. Não é alarmismo pensamos essa possibilidade pois o Estado economicista que aqui destacamos está diretamente ligado à ideia que poderíamos chamar de *neuhoberianismo*, isto é, um novo Estado de natureza, do cada um por si, individualista, onde o grosso de nossa sociedade seria convertida não mais em força de reserva, mas efetivamente em força descartável, destituída de política, história, Estado e também de capacidade de consumo.

É um sistema fadado ao desastre, conforme alerta o pensamento de Jacques Sapir em seu *El Nuevo Siglo XXI*:

“El Siglo XXI multipolar, tanto en sus aspectos económicos como geopolíticos, construido en torno de y por estrategias estatales, como las aplicadas por parte de los nuevos actores internacionales, diferirá en gran medida del conocido después de los años 90. Este nuevo siglo político tiene su propio régimen estable de desarrollo. En cual irá por derroteros distintos de aquellos que fueron explorados durante estos últimos quince años. Pero —y no hay de hacerse ninguna ilusión— el giro hacia un nuevo régimen mundial, tanto económico como geopolítico, no se producirá con suavidad.

---

<sup>154</sup> HARLEY, David. *O Enigma do Capital e as crises do capitalismo*. Tradução: João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011, p.22.

Una larga crisis, a buen seguro atravesada por cortas recuperaciones, nos espera.”<sup>155</sup>

Nesse sentido o século presente se caracteriza como um século de luta, uma luta que se faz necessária por ser travada diariamente, em todas as frentes de batalha, a **luta pelo político**. O fato do Estado político ter se convertido em um Estado economicista diz respeito ao fato de que estaremos também deixando que o sistema capitalista e suas vulnerabilidades sistêmicas funcionem como ondas que pouco a pouco erodam o leito de uma praia desprovida de rochas, pedaço a pedaço, desmembrando sua capacidade de se manter firme e de ser reconhecida como o que é propriamente.

O nacionalismo que há muito assusta é confundido com o nacionalismo que resultou no surto coletivo no continente europeu nas primeiras metades do século XX e daria combustível para a primeira e a segunda guerra; no entanto **é necessário pensarmos um nacionalismo para além do medo**, para além da paranoia de um novo conflito bélico e pensarmos um nacionalismo estratégico, que faça frente à guerra que já estamos travando, como nações saqueadas por um ótica econômica que se move obscuramente e que é responsável por colocar a maioria esmagadora das nações em um posição subserviente frente a um capital internacional financeiro traiçoeiro e especulativo. O nacionalismo que deveríamos defender é um nacionalismo que nos afirme novamente como Estados nacionais capazes de fazer frente a uma agenda econômica desenfreada que consome e onera a todos (alguns muitos mais que os outros) e que efetivamente premia pouquíssimos.

“O século XX acrescentou outra dimensão revolucionária ao nacionalismo. O nacionalismo se tornou também um movimento socialmente revolucionário, exigindo oportunidades econômicas e educacionais iguais para todos os membros do grupo nacional e a promoção ativa do bem-estar das classes socialmente menos privilegiadas.”<sup>156</sup>

É a hora de reafirmarmos o nacionalismo como instrumento de politização, como arma de combate para a recondução do político ao centro da vida social, como nunca deveria ter deixado de ser. Esse movimento urgente é parte de um

<sup>155</sup> SAPIR, Jacques. *El Nuevo Siglo XXI – Del siglo americano al retorno de las naciones*. Barcelona: Editions du Seuil, 2008, p. 257-258.

<sup>156</sup> CRESPIGNY, Anthony de; CRONIN, Jeremy; *Ideologias Políticas*. Trad. Sérgio Duarte. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981, p. 132.

movimento que deve se dar em escala global, entre as maiores democracias, um movimento de retomada do seu poder e soberania como nações, como fomentadoras culturais e legitimadas por pelo direito de autoafirmação de seus povos.

No entanto, é importante também que sejam observadas as condições mínimas para que tal nacionalismo floresça como positividade para o fortalecimento nacional e não como mero instrumento de dominação social ideológica. Acreditamos que a política tem esse papel, é responsável por tal diferenciação, e qual somente na democracia é possível que tal movimento se realize com verdade. Nesse sentido vale ressaltar a capacidade da democracia, dentro de seus instrumentos políticos de fazer frente ao populismo e propostas demagógicas, mas somente dentro da política é possível buscar um caminho para tal.

É dever ético da Constituição não somente demonstrar o norte dos objetivos da nação mas também se mostrar armadura contra as investidas contra a própria democracia, funcionando como instrumento de promoção de politicidade, como movimento de ideologização e como sonho utópico da vida em sociedade. Neste momento em que se mostra urgente um retorno a política, um retorno à própria politização como centro da vida em sociedade, é necessário pensarmos se não é o momento de também levar o direito ao político ao centro da Constituição, garantindo-o como no mesmo patamar de outros direitos consagrados. É força ética de efetivação da vida política necessária para a consolidação do ser ocidental.

Tomamos os ensinamentos de Marcelo Andrade Cattoni de Oliveira, Professor Titular de Direito Constitucional e Teoria da Constituição da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais:

“A titularidade do poder constituinte é hoje entendida como pertencente ao *povo* como instância plural de legitimidade e não como massa homogênea de indivíduos. Sua natureza jurídica é reconhecida, bem como seu caráter de excepcionalidade,<sup>98</sup> de modo a evitar uma repetição da instabilidade presente no constitucionalismo francês de fins do século XVIII e de todo o século XIX. Embora não haja dúvidas de que o poder constituinte não se limita, do ponto de vista jurídico, pela ordem com a qual rompe, reconhece-se que ele não é plenamente ilimitado, havendo compromissos éticos, culturais e sociais que devem ser respeitados. A esses, cabe, mais do que nunca antes, acrescentar compromissos ambientais e bioéticos. Além disso, afirma-se a distinção entre poder constituinte originário, poder constituinte derivado e demais

poderes constituídos, cabendo a estes dois últimos uma atuação apenas dentro das possibilidades traçadas por aquele primeiro.”<sup>157</sup>

Ou seja, é na Constituição, como instrumento de construção coletiva, que encontraremos força para implementar essa potência ética, parte imperante da própria vida social, para a restauração do político. É parte de um constitucionalismo que preza pelo Estado como fomentador da nação, um Estado que se afirma como expressão da força cultural e histórica, e que defenderá esses marcos através da implementação ética desses marcos em seu texto.

E é nesse sentido que buscamos identificar se algumas das cartas constitucionais mais avançadas pregavam abertamente a política como um direito consagrado, porém obtivemos apenas demonstrações tímidas, deveras incipiente frente a um problema tão desenvolvido e encorpado, como é o problema da despolitização das sociedades, que se apresenta como tendência ao redor do globo.

É necessário, conforme destacamos ao longo deste trabalho, um retorno às origens, um retorno ao político. A política, indicamos, é o centro da vida pública, da vida em comunidade e deve ser reintroduzida como elemento não meramente fundador, mas como elemento de condução do desenvolver da história social, como força vital que anima o Estado como efetiva capacidade de modificação da sociedade.

Agora, começa a ficar claro a construção de um enredo que tenta nos tornar mais e mais despolitizados, desvinculados de um mundo político, pregando a técnica como instrumento de formação da realidade, saímos em combate contra essa ideia parasita, que insiste em sugar toda a eticidade do Estado como fomentador da Nação.

“O Estado moderno, como organização política mundialmente difundida, está situado em um sistema mundial de Estados-nação que emerge mediante relações conflituosas e tensas historicamente estabelecidas na arena internacional. A coordenação administrativa interna dos Estados-nação, desde o seu início, depende de condições monitoradas reflexivamente de natureza internacional. As relações internacionais são contemporâneas às origens dos ‘Estados-nação’ (Giddens, 2008: 30). Por sua vez, o surgimento do Estado moderno também é o que possibilita a criação dessa nova ordem internacional. ‘O termo ‘internacional’, de fato, somente tem o seu significado completo com a emergência dos Estados-nação

---

<sup>157</sup> CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade; *Teoria da Constituição*. Belo Horizonte: Initia Via, 2012, p. 116-17.

que, por causa de seu caráter estritamente demarcado, fornece uma forma muito particular às questões 'internas' versus 'externas'"<sup>158</sup>

### **Defender a politicidade e o Estado é defender a própria nação. O**

nacionalismo como uma força de expressão do Estado, em um contexto cada vez mais internacionalizado de relações, é fundamental para que os Estados consigam se colocar em uma posição não submissa, uma vez que o nacionalismo pode e deve funcionar como um escudo, legitimador, não como uma premissa de extremização. O medo dos extremos é um reflexo do medo da própria ideologização, pois uma sociedade ideologizada é uma sociedade que não aceita com docilidade as imposições políticas, e representa então uma sociedade que se informa e que se organiza, ciente que há impactos em tais relações e, politizada, toma para si as rédeas de formação do seu Estado-nacional.

Octavio Ianni descreve o processo de dissociação do Estado e da sociedade, tal processo como apresentamos aqui efetivamente passa pelo processo de desideologização da sociedade:

“Cria-se, desenvolve-se e aprofunda-se uma singular dissociação entre o Estado e a Sociedade. Em outras palavras, as diretrizes econômico-financeiras, políticas e culturais prevalecentes no âmbito do Estado são cada vez mais evidentemente alheias às necessidades econômico-financeiras, políticas e culturais da maior parte da Sociedade civil. O povo, enquanto um conjunto de classes e grupos sociais subalternos, é esquecido pelos dirigentes, já que estes estão empenhados em ‘modernizar’, ‘racionalizar’ ou ‘dinamizar’ as instituições nacionais de forma a intensificar a ‘inserção’ da ‘emergente’ economia na dinâmica do capitalismo mundial. Os governantes, em conformidade com as diretrizes e injunções das estruturas mundiais de poder, isto é, corporações transnacionais, Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BIRD) e Organização Mundial do Comércio (OMC), entre outras, empenham-se em ‘reformular’ o Estado e o conjunto das instituições nacionais, com o objetivo de acentuar a acomodação do ‘mercado emergente’ com o mercado mundial.”<sup>159</sup>

A dissolução do Estado-nação é efetivamente um objetivo do capitalismo transnacional, defende Ianni, um resultado que só pode ser alcançado a partir do processo de individualização, de quebra democrática a partir do próprio

---

<sup>158</sup> FERREIRA, Luciane Ouriques. O. Estado-Nação, poder e modernidade: revisitando conceitos. In: *Medicinas indígenas e as políticas da tradição: entre discursos oficiais e vozes indígenas [online]*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013, pp. 30.

<sup>159</sup> IANNI, Octavio. *O Declínio do Brasil-Nação*. São Paulo: Revista de Estudos Avançados, v.14, nº40, 2000, p. 53.

processo de esvaziamento democrático, pela disseminação da ótica de boicote ao próprio sistema político, não somente como forma de protesto, mas também com movimento de erosão das bases democráticas como conhecemos. Nesse sentido, para o autor, a sociedade civil como frente de tomada política de decisão é um sintoma do que nos tornamos:

“É óbvio que amplos setores da Sociedade civil, precisamente os subalternos, ou seja, os que não têm acesso às estruturas ‘nacionais’ e transnacionais de poder, esses setores são levados a um verdadeiro choque: desnorteiam-se e desagregam-se. É como se a Sociedade civil em pouco tempo se tornasse acéfala. Em lugar do metabolismo mais ou menos efetivo que se desenvolvia com o projeto nacional, agora instala-se a dissociação, ou desencontro, devido às diretrizes assumidas pelos governantes, diretrizes essas alheias ou mesmo em contraposição às inquietações e reivindicações da Sociedade civil.<sup>160</sup>

A sociedade civil como membro organizado de atividade política deveria se constituir em apenas um local de organização para a política; entretanto, nos dias de hoje, se converte em um poder de formação de entidades que, para além de disseminar a ideia da falência aparente do Estado, se julgam representantes paralelos da própria sociedade. Como não lembrar o caso das dez medidas contra a corrupção, documento em que se elegiam um serie de imperativos para o combate a corrupção, construído supostamente em conjunto com a sociedade civil e a casta jurídica. Esse documento demonstra não somente a incapacidade da sociedade civil em debater, mas seu caráter anarquista, uma vez que se constrói a parte do parlamento. Efetivamente quando as propostas chegaram para diálogo no parlamento, rápido se verificou que o caráter das medidas não estavam prontas para enfrentar um embate de ideia (e nem havia o interesse de que tal debate chegasse efetivamente a ser realizado) com os representantes eleitos pelo povo. Era interesse das entidades organizadas em torno da proposta que esta fosse aprovada inteiramente sem debate e sem modificações, demonstrando o caráter apolítico da coisa.

Nesse sentido, Salgado denunciou com clareza a ideia de um Estado poiético que busca construir-se sem debate, sem diálogo, efetivamente apolítico, conforme podemos verificar por propostas como estas.

“O grave risco do Estado poiético é a sua natureza para tender para a autocracia através da burocracia. É

---

<sup>160</sup> IANNI, *O Declínio do Brasil-Nação. Cít*, p.54.

que, depois de ter criado as premissas da catástrofe econômica, com ela ameaça para obter mais poder. Sua lógica é a de cada vez mais aumentar o seu poder, do que se pode facilmente inferir que o seu rumo é a eliminação dos ‘entraves’, pois, se se perde a docilidade do parlamento, a consequência é caminhar para instaurar o Estado autocrático. Para dar suporte ideológico ao processo de alienação do poder, procura-se também justificar a alienação do direito à informação. Para isso, uma falácia prática: o povo, dono do poder, não pode saber dos assuntos do Estado; precisa ser tutelado.”<sup>161</sup>

Nesse sentido, defender a política é defender o Estado, é defender o homem ocidental e sua historicidade, é defender a continuação de um legado. O Estado precisa ser garantido em sua eticidade, em sua politização. É nosso dever ético atender esse chamado em um momento de tamanha disruptura.

---

<sup>161</sup> SALGADO, *O Estado Ético e o Estado Poético. cit.*, p.16.

## 5. Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Phillippe de Oliveira. *Crítica da razão antiutópica*. São Paulo: Edições Loyola, 2018.

BAUMAN, Zygmunt. *La globalización. Consecuencias Humanas*. Trad. Daniel Zadunaisky. Mexico: Fundo de Cultura Económica, 2008,.

BAUMAN, Zygmunt. *Vida para Consumo; a transformação das pessoas em mercadoria*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2008.

BECKER, Paula; RAVELOSON, Jean-Aimé. *O que é democracia*. Luanda: Friedrich Ebert Stiftung, 2011.

BERCOVICI, Gilverto. (ORG) *Cem anos da Constituição de Weimar*. São Paulo: Quartier Latin, 2020.

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Trad. Carlos Nelson Colinho Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BOBBIO, Norberto. *Direita e Esquerda; Razões e significados de uma distinção política*. Trad. Marco Aurelio Nogueira. São Paulo: Editora UNESP, 1995.

BOBBIO, Norberto. *Estado, Governo e Sociedade; Para uma teoria geral da política*. Trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2007.

BOVERO, Michelangelo. *Para uma Teoria Neobobbianna da Democracia*. Trad. Marceloa de Azevedo Granato. São Paulo: FGV Direito SP, 2015.

BRANKO, Milanović. *Global inequality; a new approach for the age of globalization*. Massachusetts: Harvard University Press, 2016.

BUGIATO, Caio Martins. *Declínio do Estado Nação?*. Campinas: Unicamp, 2011, p. 49. (Mestrado, Relações Internacionais).

CASTEL, Robert. El Ascenso de las Incertidumbres; Trabajo, protecciones, estatuto del individuo. Trad. Victor Goldstein. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010.

CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade; Teoria da Constituição. Belo Horizonte: Initia Via, 2012.

COCKBURN, Patrick. A Origem do Estado Islâmico e o Fracasso da “guerra ao terror” e a ascensão jihadista. Trad. Antônio Martins. São Paulo: Autonomia Literária, 2015.

CRESPIGNY, Anthony de; CRONIN, Jeremy; Ideologias Políticas. Trad. Sérgio Duarte. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

CUARTANGO, Román. El Poder del Espíritu; Hegel y el Êthos Político. Madrid: Abada Editores, 2016.

DAHL, Robert A. Sobre a democracia. Tradução: Beatriz Sidou. Brasília: Unb, 2009

DUFOUR, Dany-Robert. A cidade perversa: liberalismo e pornografia. Trad. Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1.ed, 2013.

FERREIRA, Luciane Ouriques. O. Estado-Nação, poder e modernidade: revisitando conceitos. In: Medicinas indígenas e as políticas da tradição: entre discursos oficiais e vozes indígenas [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013.

FIORI, José Luis. A governabilidade na nova ordem econômica. Rio de Janeiro: UERJ/IMS, 1995.

FUKUYAMA, Francis. O Fim da História e o Último Homem. Trad. Aulyde S. Rodriguez. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

FUKUYAMA, O Fim da História e o Último Homem, cit., 1992.

FURTADO, Celso. O mito do desenvolvimento econômico. São Paulo: Círculo do Livro, 2008.

GARCIA, Emerson. Princípio da separação dos poderes; os órgãos jurisdicionais e a concreção dos direitos sociais. DE JURE. Belo Horizonte: REVISTA JURÍDICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS. Disponível: <<https://aplicacao.mpmg.mp.br/xmlui/handle/123456789/175>> acesso em 05 de novembro de 2019.

GOMES, Angela de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, Jorge. (Org) O populismo e sua história; Debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GÜELL, Pedro (Orgs). Notables, Tecnócratas y Mandarines. Elementos de la sociología de las elites en Chile (1990-2010). Santiago: Ediciones UDP, 2011.

GUIMARÃES, Ribeiro Soares; JANNAZI, José; MARTINO, Paulo de; IDH, INDICADORES SINTÉTICOS E SUAS APLICAÇÕES EM POLÍTICAS PÚBLICAS. UMA ANÁLISE CRÍTICA. Recife: Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, vol. 7, n. 1, may. 2005, p. 74-75. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-88392003000300007](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392003000300007)

HALL, Peter A; LAMONT, Michele. Why Social Relations Matter for Politics and Successful Societies. The Annual Review of Political Science. Massachusetts: Annual Review, Vol. 16:49-71, 2013. <https://www.annualreviews.org/doi/pdf/10.1146/annurev-polisci-031710-101143>.

HAN, Byung-Chul. Sociedade da Transparencia. Trad. Enio Paulo Giachini. Petropolis, Rj: Vozes, 2015

HAN, Byung-Chul. Psicopolítica. Trad. Alfredo Bargés. Barcelona: Herder, 2014

HAN, Byung-Chul. *Sociedade do Cansaço*. Trad. Enio Paulo Giachini. Petropolis, RJ: Vozes, 2017.

HARIRI, Yuval Noah. *SAPIENS; A Brief History of Humankind*. Montreal: McClelland & Stewart, 2017.

HARLEY, David. *O Enigma do Capital e as crises do capitalismo*. Tradução: João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

HARLEY, David. *O Neoliberalismo; Histórias e implicações*. Trad. Adail Sobral. São Paulo: Loyola, 2005.

HARLYE, David. *O Enigma do Capital e as crises do capitalismo*. Tradução: João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Fenomenologia do Espírito*. Trad. Paulo Meneses. Petrópolis: Vozes, 2014, §28, pag 35.

HELLER, Hermann. *Teoria del Estado*. Trad. Luis Tobio. México: Fondo de Cultura Económica, 1942.

HENN, Matt; FOARD, Nick. *Youth People, Political Participation and Trust in Britain*. London: Parliamentary Affairs, 2012.

HIRST, Paul; THOMPSON, Grahame; *The Future of Globalization. Cooperation and Conflict*. California: Journal of the Nordic International Studies Association, Vol. 37, p. 250. Copyright ©2002 NISA Sage Publications (London, Thousand Oaks, CA and New Delhi).

HOBBS, Thomas. *Leviathan; ou Matéria, Forma e Poder de uma República Eclesiástico e Civil*. Trad. Rosina Angina. São Paulo: Editora Martins Fontes, 3.ed, 2014.

HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Extremos. O breve século XX – 1914-1991*. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBBSAWM, Eric. *Globalização, Democracia e Terrorismo*. Trad. José Viegas. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 79. (grifos nossos)

HORTA, José Luiz Borges Horta. Histórias, Constituições e reconstitucionalização do Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, 2006.

HORTA, José Luiz Borges. *Direito Constitucional da Educação*. Belo Horizonte: Decálogo, 2007.

HORTA, José Luiz Borges. Urgência e Emergência do Constitucionalismo Estratégico. *Revista Brasileira de Estudos Constitucionais: RBEC*, São Paulo: Instituto Brasileiro de Estudos constitucionais, v. 6, n. 23, p. 783–806, jul. set. 2012.

HORTA, José Luiz Borges. Urgência e Emergência do Constitucionalismo Estratégico. *Revista brasileira de estudos constitucionais: RBEC / Instituto Brasileiro de Estudos Constitucionais*: 2007.

HORTA, José Luiz Borges; FREIRE, Thales Monteiro; SIQUEIRA, Vinicius de. A Era pós-ideologias e suas Ameaças ao Estado de Direito. *Confluências*, Niterói, UFF, v. 14, n. 2. dez. de 2012.

HORTA, José Luiz Borges; *Historia do Estado de Direito*. São Paulo, Alameda, 2011 e ainda *O Estado de direito; História, Teoria e Crítica*. COSTA, Pietro; ZOLO, Danilo. (Orgs) Trad. Carlo Alberto Dastoli. São Pualo: Martins Fontes, 2006.

HORTA, José Luiz Borges; RAMOS, Marcelo Maciel. Entre as veredas da cultura e da civilização. *Revista Brasileira de Filosofia*, São Paulo, Instituto Brasileiro de Filosofia, A. 58, N. 233, jul.dez. 2009.

HUNTINGTON, Samuel Phillips. *O Choque de Civilizações; e a Recomposição da Ordem Mundial*. Trad. M.H. Cortez. Rio de Janeiro: Objetiva, 1996.

IANNI, Octavio. *A era do globalismo*. Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 11ed, 2003.

IANNI, Octavio. *O Declínio do Brasil-Nação*. São Paulo: Revista de Estudos Avançados, v.14, nº40, 2000.

INGLEHART, Ronald F; NORRIS, Pippa. Trump, Brexit, and the Rise of Populism: Economic Have-Nots and Cultural Backlash. Disponível:

[https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=2818659](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2818659).

INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian; Modernização, Mudança Cultural e Democracia. A sequência do desenvolvimento Humano. Trad. Arnold Peron. São Paulo: Francis, 2009.

KLEIN, Naomi. The Shock Doctrine; The rise of disaster capitalism. New York: Metropolitan Books, 2007.

LACLAU, Ernesto. A Razão Populista. Trad. Maria Ermenita Galvão. São Paulo: Editora Três Estrelas, 2013.

LEVITSKY, Steven; ZIBRATT, Daniel. Como as Democracias Morrem. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

MACRIDIS, Roy C. Ideologias Políticas Contemporâneas. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.

MAGNOLI, Demétrio. (Org) História das Guerras. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

MAGRANI, Eduardo. A Internet como Ferramenta de Engajamento Político Democrático. Curitiba: Editora Juruá, 2014.

MAYOS, Gonçal. Cultural Is Political; Girs Culturals I Postcolonials, Gonçal Mayos et all. (Orgs) Barcelona: Dracmaycat, 2017.

MAYOS, Gonçal. Homo Obsoletus; Precaridade e desempoderamento na turboglobalização. Barcelona: Red ediciones, 2019.

MAYOS, Gonçal: La sociedad de la Incultura - ¿Cara oculta de la sociedad del conocimiento? BREY, Antoni; INNERARITY, Daniel; MAYOS, Gonçal. (Orgs) La Sociedad de la Ignorancia y otros ensayos. Barcelona: Libros Infonomia, 2009.

MAZZUCATO, Mariana. O Estado Empreendedor; Desmacarando o mito do setor público vs. Setor privado. São Paulo: Portifolio-Penguin, 2014.

MONT'ALVERNE BARRETO LIMA, Martonio; Opções De Sistemas De Governo Para O Brasil: O Caminho Da Construção Da Estabilidade Democrática. In: Reformas Políticas no Brasil – Realizações e Perspectivas. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2003.

MORAGA, Enrique Gomáriz; Sistema político y políticas públicas en América Latina. Revista del CLAD, n. 38, jun. 2007.

MOUNK, Yascha. The People vs. Democracy. Why Our Freedom Is in Danger and How to Save it. Massachusetts: Harvard University Press, 2018.

MOUNK, Yascha. The People vs. Democracy. Why Our Freedom Is in Danger and How to Save it. Massachusetts: Harvard University Press, 2018.

MURADAS, Daniela. A negociação coletiva transnacional no novo mundo do trabalho. Revista Fórum de Direito Sindical, Belo Horizonte: Editora Fórum, v. 1, 2015.

NUNES JUNIOR, Amandino Teixeira. A judicialização da política no Brasil; estudo de casos de comissões parlamentares de inquérito e fidelidade partidária. Brasília: Câmara dos Deputados, 2016.

O'DONNELL, Guillermo. Teoria Democrática e Política Comparada. Rio de Janeiro, vol. 42 n. 4, 1999.

ONU. Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento, 4 de dezembro de 1986.

ONU. Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948. Artigo XIX. Preâmbulo.

ORWELL, George. 1984. Trad. Heloisa Jahn e Alexandre Hubner. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

OSSANDÓN, José. Economistas en la elite: entre tecnopolítica y tecnociencia. In: OIGNANT, Alfredo; Notables, Tecnócras y Mandarines. Elementos de la sociología de las elites en Chile (1990-2010). Santiago: Ediciones UDP, 2011.

PEREIRA, Helder Rodrigues. A crise da identidade na cultura pós-moderna. Revista Mental, Barbacena: v.2, n.2, jun. 2004. In: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-44272004000100007](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-44272004000100007). Consultado em Set. 2019.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Ideologias Econômicas e Democracia no Brasil. Revista de Estudos Avançados. São Paulo: Pione, v.3, n°6, 1989.

PIERRE, Rosanvallon. A democracia Inacabada. Trad. Celina Lagrutta. São Paulo: Alameda, 2018.

POLANYI, Karl. A Grande transformação: as origens de nossa época. Trad. Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Editora Corpus, 2000.

ROSA, Alexandre Morais da. Discurso Neoliberal e Estado Democrático de Direito. Ciências Sociais Aplicadas em Revista, Marechal Candido Rondon, UNIOESTE, v. 8, n. 15, 2º sem: 2008.

SAGAR, Ambuj. D; NAJAM, Adil; The human development index: a critical review. Ecological Economics. London: Elsevier, 1998.

SALGADO, Joaquim Carlos. O Estado Ético e o Estado Poiético. Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, v. 27, n. 2, p. 37–68, abr. jun. 1998.

SALGADO, Karine. A República o justo e suas consequências na leitura de Kant. In: HORTA, José Luiz Borges, SALGADO, Karine; História, Estado e Idealismo alemão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.

SANTOS, Milton. Por uma nova globalização; do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SAPIR, Jacques. El Nuevo Siglo XXI – Del siglo americano al retorno de las naciones. Barcelona: Editions du Seuil, 2008.

SELIGSON, Mitchell A. The Rise of Populism and Left in Latin America. *Journal of Democracy*: Baltimore: The Johns Hopkins University Press, V. 18, N. 3, p. 82. MOUNK, Yascha. O povo contra a democracia. Por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la. Trad. Débora Landsberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SIMÃO, José Luiz de Almeida; RODOVALHO, Thiago. A Fundamentalidade do Direito à Liberdade de Expressão: A Justificativa Instrumental e Constitutiva para a inclusão no catálogo dos direitos e garantias fundamentais na constituição federal de 1988. Caderno do Programa de Pós-Graduação em Direito PPGDir/UFRGS. Porto Alegre: Volume XXI, Nº1, 2017.

EASTON, David. An Approach to the Analysis of Political Systems. *World Politics*, Volume 9, Nº3, abril, 1957.

SROUR, Robert Henry. Classes, Regimes, Ideologias. São Paulo: Ed. Ática, 1990.

STOKER, Gerry. Why Politics Matter. Making Democracy Works. London: PALGRAVE, 2017.

VIEILLAR-BARON, Jean-Louis. Hegel Penseur du politique. Paris: Éditions du Félin, 2016.

VILLAR BORDA, Luiz. Estado de Derecho y Estado Social de Derecho. *Revista Derecho del Estado*, Bogota, Universidade Externado de Colombia, n. 20, dic. 2007.

WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. Trad. José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. Trad. José Marcos Marian. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

WEITZ, Eric D., *Weimar Germany; Promise and Tragedy*. New Jersey: Princeton University Press, 2018.

## Resumo

O ataque ao Estado e ao Estado de direito tem se intensificado ao longo da primeira e segunda década do século XXI. Não somente assistimos atônitos a sociedade, que cada vez se torna mais e mais despolitizada, mas também podemos verificar um crescente do ódio a própria política e as ideologias, alinhado a uma aversão crescente ao debate como local de construção possível de ideias.

A globalização e a economia têm um papel definidor para entender o processo de despolitização das democracias na atualidade. O processo de abertura total pode ser responsável pela imposição de uma doutrina do indivíduo, amparada na “super capitalização” da própria sociedade, em todos os seus aspectos, destituindo o cidadão da sua capacidade de participar politicamente do Estado e efetivamente introduzindo uma ideia de anarquismo econômico. Nesse sentido vemos surgir a cultura do *coach*, do mérito, do faça você mesmo. São sintomas de uma doutrina que se dissemina, que não acredita e não vê o Estado como ente responsável pela tutela de seus cidadãos, fonte máxima de proteção e promotor de direitos.

O contexto que se instaura é de um desmonte dos Estados Nacionais, erodidos por dentro pela própria despolitização dos entes que o compõem, que pouco a pouco começam a compactuar com ideias que propriamente representam a diminuição, a venda, a destruição dos pactos, ideias e objetivos básicos éticos que deram origem e servem de guia para o próprio desenrolar do Estado.

Não obstante, a extremização e a busca por políticas paralelas à política tradicional se multiplica. É um resultado de uma sociedade que não quer e não está participando do parlamento tradicional, nem mesmo como força de reforma, de debate, que anseia em ser ouvida. Surgem assim os Trumps e Bolsonaros, como reflexo de uma sociedade que se sente ameaçada por uma política que não lhes representa e busca algum tipo de segurança nos discursos nacionalistas.

Entender o que se desenrola no âmbito político é entender o que está por vi como sociedades, uma vez que a política é definidora para o desenrolar do próprio Estado. Um Estado que substitui a política por uma ideologia outra (como o economicismo) está fadado a ser um Estado a ser recolonizado e destruído em seus valores mais íntimos.

### **Abstract**

The State, as Rule of Law (*Rechtsstaat*) is under intensive attack over the past two decades of 21th century. Our society is becoming, not only, more despolitized but it is easily verify an increscent rage against political institutions and ideologies, aligned to a strong aversion to the own debate of ideas possibility of collective construction of reality.

Globalization and economics play a significant role in oder to understand the democratic depolitization process nowadays. The total opening should be considered resposable by the imposition of individual doctrine, patronized along with the super capitalization of society, not mattering the analyzed aspect, metamorphosing political citizen into individual and effectively imposing an economic anarchy within more intimate State's core. Nevertheless, hatch aside the coach, meritocracy, do it yourself culture. These are symptoms of a disseminated doctrine, which do not support the State as responsible for tutelary of its political citizens, founding source of protection and rights creator.

The attempt to destroy the National State, eroded from within, by the despolitization of its citizens, little by little start to support the idea of downsizing institutions, properly selling and destroying its pacts, ideas and basic ethical goals.

In this sense, we become political extreme as society and search for parallel ways of doing politics, none than the traditional path to politics. The output is a society that do not collaborate and work along with its parliament, not even by trying to reform it and do not see it as a debate environment. Pop up Trumps and Bolsonaro, as direct result of this feeling of need to be protected, a new representation for the nation, and effective capability of security its citizens from extern threating.

Make a knowledge of this political context is important in order to understand what comes next as society's outputs, once politics are defining aspects of the State life. A State that attempt to surpass the politics like that (by using economics, for example) is fated to be a State threated of being (re)colonized in its more sacred intimate values.